

ARQUIVOLOGIA NO AMAZONAS

**PANORAMA DOS PRIMEIROS 10 ANOS
DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA
UFAM (2009 A 2019)**

**ELIANE SILVEIRA GONÇALVES
LEANDRO COELHO DE AGUIAR
RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO
(ORGS,)**

COLEÇÃO DIÁLOGOS COM A ARQUIVOLOGIA

ELIANE SILVEIRA GONÇAVES
LEANDRO COLEHO DE AGUIAR
RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO
(ORG.)

ARQUIVOLOGIA NO AMAZONAS:
PARONAMA DOS PRIMEIROS 10 ANOS DO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA
UFAM (2009 A 2019)

Manaus
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS



REITOR

Professor Doutor Sylvio Mário Puga Ferreira

VICE-REITORA

Professora Doutora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe



Copyright © 2021 Pelo(s) autor (s)

Este livro reúne textos em comemoração aos 10 anos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, comemorados em 2019, e foi organizado pelo Núcleo de Pesquisa, Estudos e Práticas em Arquivologia – NuPEARq, em parceria com o Projeto Diálogos com a Arquivologia.

As ideias contidas nesse livro são de responsabilidade de seus autores e não expressam necessariamente a posição dos organizadores e da editora.

Ilustração da Capa: Waldemar Designer
Revisão Português: Alexandre dos Santos
Editoração Eletrônica: Leandro Coelho de Aguiar



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

A772 Arquivologia no Amazonas: panorama dos primeiros 10 anos do Curso de Arquivologia da UFAM (2009 a 2019) / Eliane Silveira Gonçalves, Leandro Coelho de Aguiar, Rodolfo Almeida de Azevedo (Orgs.) - Manaus (AM): EDUA, 2022. (Diálogos com a Arquivologia; n° 1)
280p.; 23cm.

ISBN: **978-65-5839-049-7**

E-Book. Formato: PDF. Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Arquivologia – Manaus (AM). 2. Curso de Arquivologia – UFAM. I. Gonçalves, Eliane Silveira (org.). II. Aguiar, Leandro Coelho de (org.). III. Azevedo, Rodolfo Almeida de. (org.). IV. Diálogos com Arquivologia. V. Série. VI. Título.

CDD: 025.341

CDU: 025.171(811.3)

Sumário

Apresentação 07

Prefácio 12

Katia Viana Cavalcante

PARTE I - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DIDÁTICA

Capítulo 1

Os primórdios do Curso de Arquivologia da UFAM 14

Rodolfo Almeida de Azevedo

Capítulo 2

**10 anos do Curso de Arquivologia da UFAM através da
análise dos PPCs** 39

Leandro Coelho de Aguiar

PARTE II - PANORAMA ENTRE 2009 E 2019

Capítulo 3

A pesquisa e a extensão no curso de Arquivologia da UFAM 68

*Eliane Silveira Gonçalves, Leandro Coelho de Aguiar,
Rodolfo Almeida de Azevedo*

Capítulo 4

**Percepções sobre os arquivistas formados em 10 anos do
curso de Arquivologia / UFAM** 98

Eliane Silveira Gonçalves

Capítulo 5	
A produção científica dos formandos de Arquivologia da UFAM	139
<i>Roger de Souza Becerra Mendez</i>	

Capítulo 6	
Evasão discente no Curso de Arquivologia da UFAM	171
<i>Solange Huber dos Santos</i>	

PARTE III - PESQUISAS NA ÁREA

Capítulo 7	
A pesquisa social nas organizações: interlocuções e condições de acesso nos arquivos policiais	200
<i>Marcelo Araújo Silva</i>	

Capítulo 8	
“Olhares cegos”: transformando fotografias em sons – a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual	231
<i>Evanildo Freitas do Nascimento Júnior</i>	

<i>Sobre os autores</i>	277
--------------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Arquivologia no Amazonas: panorama dos primeiros 10 anos do Curso de Arquivologia da UFAM (2009 a 2019)* foi pensada inicialmente para comemoração dos 10 anos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, ocorrido em 2019, mas teve seu lançamento postergado justamente em decorrência da pandemia¹. Sua idealização se deu dentro do Núcleo de Pesquisa, Estudos e Práticas em Arquivologia, com apoio do projeto “Diálogos com a Arquivologia, sendo convidados os atuais professores, e aqueles que contribuíram na construção do curso no passado, bem como ex-alunos para comporem a obra.

Esta obra tem como objetivo não só comemorar os 10 anos do curso de graduação, como também servir de marco no processo de consolidação e afirmação da área de conhecimento e profissional arquivístico no Amazonas. Desta forma, entendemos que a publicação dela não é somente uma importante reflexão acerca dos primeiros anos do ensino superior em Arquivologia, é sinônimo de conquista de mais espaço para esse campo de conhecimento que tanto contribui para o acesso à informação e à preservação da memória.

O curso de Arquivologia da UFAM foi criado em 2009, através do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, sendo o

¹Aproveitamos aqui para externar nossas condolências a todos que sofreram perdas de parentes, amigos e colegas, oriundos desse momento tão trágico de nossa humanidade.

primeiro da região Norte, uma luta e conquista idealizada pelos professores do Departamento de Biblioteconomia da mesma Universidade, que identificaram a demanda da sociedade pelo profissional arquivista, buscando assim forças para essa empreitada.

Chamamos atenção acerca da importância desses professores que não somente idealizaram o projeto, como também sustentaram o andamento do curso, até que os primeiros concursados da área fossem convocados. Cabe ressaltar o apoio, até hoje, direta e indiretamente no fortalecimento e amadurecimento do curso de pessoas como: Célia Regina Simonetti Barbalho, Kátia Viana Cavalcante, Raimundo Martins de Lima, Suely Oliveira Moraes Márquez, professores e mestres que estão, inclusive, nos anais como membros da Comissão de Elaboração do Primeiro Projeto Político de Curso - PPC, como também os demais docentes da Biblioteconomia e da Arquivologia que, pelo curso, passaram e nos apoiaram. Esse livro também é uma homenagem a eles que, pelos corredores e salas, deixaram suas marcas.

A obra também servirá de registro para todos que queiram conhecer um pouco do curso, uma ação coletiva e grande significado, porque oportuniza aos futuros profissionais os caminhos da Arquivologia na região Norte e, especificamente, no Amazonas.

Cabe ressaltar aqui o papel de nossos alunos, pois de forma geral, a vida de um estudante de graduação no Brasil nunca é fácil, onde, a felicidade de entrar em um curso superior se mistura com a luta do dia a dia, pelas múltiplas jornadas e pelas incertezas do mercado de trabalho. Acreditamos que

esse livro será um lembrete para aqueles que já se formaram. Quanto aos discentes que aqui estão e chegarão, sempre será possível receber as recompensas de cada lágrima e suor ao longo de suas trajetórias.

Temos a honra de compartilhar nesta obra, trabalhos de ex-alunos que superaram os mais diversos problemas ao longo do curso, e hoje fazem parte dessa história. Seus textos, frutos de seus trabalhos de conclusão de curso, refletem e exaltam esse momento de comemorações. Os quatro autores foram convidados, após produzirem excelentes trabalhos, sendo condecorados com o Prêmio de Melhor TCC do Curso de Arquivologia da UFAM, inclusive tendo trabalhos que concorreram a prêmios nacionais. Nesse cenário, exaltamos, principalmente, o ex-aluno Evanildo Freitas do Nascimento Júnior, que, com orientação da professora Carla Mara da Silva Silva, recebeu, em 2019, o Prêmio de Melhor Trabalho Monográfico, pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ). Em outras palavras, alunos e futuros estudantes, sonhem e persistam em seus objetivos, pois, o caminho de um futuro melhor passa pela educação pública e de qualidade, mesmo com todas as dificuldades que esse caminhar representa.

A obra foi pensada em três eixos temáticos, visando refletir sobre a história e contexto do curso, assim como com as múltiplas possibilidades de pesquisas realizadas tanto pelos professores quanto pelos alunos.

Na primeira parte, *Trajectoria Histórica e Didática*, temos dois trabalhos. O primeiro, autoria do professor Rodolfo Almeida de Azevedo, procurou apresentar *Os primórdios do Curso de Arquivologia da UFAM*; cabe

ressaltar que ninguém mais propício para relatar essa história do que um ex-aluno do curso. O segundo trabalho, do professor Leandro Coelho de Aguiar, buscou refletir os *10 anos do Curso de Arquivologia da UFAM através da análise dos PPCs*, cabendo ressaltar que o professor era o coordenador do curso e presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE) durante a última grande atualização do Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso ocorrido em 2019.

Na segunda parte, *Panorama entre 2009 e 2019*, temos quatro trabalhos. O primeiro, um trabalho coletivo realizado pela professora Eliane Silveira Gonçalves, em conjunto com os professores Leandro Coelho de Aguiar e Rodolfo Almeida de Azevedo, intitulado *A pesquisa e a extensão no curso de Arquivologia da UFAM*, onde refletiram sobre pesquisas e extensões realizadas pelos diversos professores ao longo dos primeiros 10 anos. A segunda obra, novamente a professora Eliane Silveira Gonçalves buscou refletir a *Percepções sobre os arquivistas formados em 10 anos do curso de Arquivologia da UFAM*. A terceira, autoria do ex-aluno Roger de Souza Becerra Mendez, foi um trabalho de grande fôlego porque buscou refletir *A produção científica dos formandos de Arquivologia da UFAM*, através dos trabalhos de conclusão de curso dos alunos nos últimos 10 anos. O último dessa parte foi também da ex-aluna Solange Huber dos Santos, que buscou refletir a *Evasão discente no Curso de Arquivologia da UFAM*, um importante material não só para o curso, mas também para a própria Universidade, pois, possibilita observar os motivos que nossos alunos tiveram de deixar o ensino

universitário, servindo de instrumento para os debates realizados durante a reformulação do PPC em 2019.

Na terceira parte, *A pesquisa na área*, temos dois trabalhos. O primeiro trabalho, do ex-aluno, Marcelo Araújo Silva, buscou refletir *A pesquisa social nas organizações: interlocuções e condições de acesso nos arquivos policiais*. O segundo, premiado nacionalmente, do ex-aluno, Evanildo Freitas do Nascimento Júnior, intitulado “*Olhares cegos*”: *transformando fotografias em sons – a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual*. Eles exaltam justamente as possibilidades de pesquisas diversa que podem ser desenvolvidas em nossa área, assim como a qualidade de nossos alunos.

Por fim, cabe ressaltar e agradecer o aceite do convite em escrever o Prefácio desta obra, da parte da professora Katia Viana Cavalcante, integrante da Comissão Elaboração do primeiro PPC do curso, e até hoje nos auxilia com sua experiência, tanto ministrando disciplinas quanto nas conversas no corredor da nossa UFAM.

Nossos sinceros agradecimentos a todos que participaram direta e indiretamente ao longo desses 10 anos no curso de Arquivologia UFAM, contribuindo nas linhas que se tornaram esta obra.

Esperamos que aproveitem.

Eliane Silveira Gonçalves
Leandro Coelho de Aguiar
Rodolfo Almeida de Azevedo

PREFÁCIO

Vou contar um segredo, ao receber o convite dos “meninos da Arqui”, senti um vórtice de emoções difíceis de descrever sem ficar com os olhos marejados de lágrimas, tentei equilibrar o sistema, mas confesso foi difícil, levei algum tempo para alcançar a calma diante de tantas lembranças despertadas.

Assim, sinto-me mais do que honrada com este convite para prefaciar “**Arquivologia no Amazonas Panorama dos primeiros 10 anos do Curso de Arquivologia da UFAM (2009 a 2019)**”, assevero que a obra concebe uma contribuição significativa para a sedimentação da Arquivologia contribuindo para a prospecção de novos cenários e paradigmas na *Archival Science*.

As perspectivas trazidas por esta obra permitem ao leitor uma visão ampla da construção, da trajetória histórica e de técnicas pertinentes aos dois universos do curso de Arquivologia, o ontem e o amanhã.

As reflexões, as demandas sociais expostas mediante as contextualizações da pesquisa, da extensão e do ensino nos permite reconhecer a potencial e a dinâmica dos profissionais arquivistas aqui relatadas. Por esta razão, entre outras que se desvelam no conteúdo deste livro, é com orgulho e grata satisfação que apresento e recomendo.

Boa leitura!!!

Prof. Dra. Kátia Viana Cavalcante

PARTE I
TRAJETÓRIA HISTÓRICA E DIDÁTICA

CAPÍTULO 1

OS PRIMÓRDIOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA UFAM

Rodolfo Almeida de Azevedo²

INTRODUÇÃO

O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas teve início em 2007, por meio da Resolução do Conselho Universitário da UFAM 079/2007, incluído no programa do Governo Federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Isto é, consistia em uma série de medidas cujo objetivo era o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Ele foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).³

No que tange à Arquivologia no Brasil, por meio do REUNI, foram criados sete novos cursos: o da FURG (Rio Grande, RS), o da UFPB (João Pessoa, PB), o da UFAM (Manaus, AM), o da UFSM (Belo Horizonte, MG),

²O autor desta reflexão é egresso da segunda turma de Arquivologia da UFAM, de 2010, e, desde 2015, docente do respectivo curso.

³ Dados retirados do site <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 18 fev. 2021.

o da UFSC (Florianópolis, SC), o da UFPA (Belém, PA) e da UFMA (São Luís, MA) (FLORES; PEDRAZZÁ; RODRIGUES, 2012, p. 167).

Flores, Pedrazzá e Rodrigues, (2012) ressaltam que o primeiro impacto do Reuni na formação dos arquivistas no Brasil foi o quantitativo dos números de cursos, com um aumento de 100% de graduações; isto é, o apoio que os cursos tiveram, em seu benefício, refletiu no uso de estruturas físicas de outros cursos, de boa ou ótima qualidade. Como impacto negativo, os autores informam vagas para concursos e a falta de professores com graduação em Arquivologia.

O curso de Arquivologia da UFAM foi criado pelo então Departamento de Biblioteconomia, ligado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Nessa unidade foram criados, além do curso de Arquivologia, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Música e Licenciatura Letras, Língua e Literatura Japonesa, todos em turno noturno.

A primeira turma de Arquivologia foi iniciada no ano de 2009, com 42 alunos advindos dos processos seletivos da universidade (LIMA, 2011, p. 304). No entanto, o objetivo do referido capítulo não é contar essa história do curso criado, mas apresentar o momento de "gestação", destacando as primeiras pesquisas que fundamentaram e justificaram a criação do primeiro curso de Arquivologia da região norte do Brasil. Em outras palavras, os pioneiros que semearam a semente, as memórias deles, as dificuldades enfrentadas para criação de um curso sem profissional da área, entre outros aspectos. É essa história que pretendemos apresentar.

Em virtude do contexto de isolamento ocasionado pela pandemia da Covid19 e a impossibilidade de ser realizada entrevista, utilizamos a técnica de questionário para coleta de dados, mais indicada para os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, foi encaminhado um formulário com perguntas abertas para alguns professores do curso de biblioteconomia, que fizeram parte dessa história e idealizaram a criação do curso. Os selecionados foram: Dayse Enni Botelho, decana do curso de Biblioteconomia; Raimundo Martins de Lima, Kátia Viana Cavalcante, Célia Regina Simonetti Barbalho, docentes do curso de biblioteconomia que participaram da comissão de criação do curso de Arquivologia, e Tatiana Brandão Fernandes que, na época, era discente do curso de biblioteconomia e realizou as primeiras pesquisas sobre a temática.

PRIMEIRAS PESQUISAS

As pesquisas científicas são a base para o desenvolvimento de qualquer sociedade. São através delas, sejam básicas ou aplicadas, comprovando ou refutando teorias e teses, que conseguimos visualizar de maneira correta a realidade dos fenômenos, servindo de alicerce para a construção de ações ou mesmo políticas que venham melhorar a realidade.

O que norteia uma pesquisa científica é um problema, que pode advir de uma discussão teórica ou da própria realidade prática, esta última inspirou professores do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas a questionarem: “havia demanda mercadológica para profissional arquivista na cidade de Manaus?”

Destaca-se que, em virtude da falta de um curso específico na área, a demanda do mercado, no que tange à gestão de arquivos, sejam arquivos correntes ou permanentes, era exercida por profissionais com formação em outras áreas, como, por exemplo: bibliotecários, historiadores, administradores, entre outros. Tal fato é importante ser conhecido, pois, explica o impacto dessas outras áreas na lógica metodológica de organização dos documentos e na própria concepção do entendimento de arquivo.

As primeiras pesquisas que deram base para criação do curso de Arquivologia na UFAM foram realizadas nos anos de 2001 e 2002, elas tiveram como objetivo averiguar a demanda mercadológica na cidade de Manaus. Tratam-se de projetos de iniciação científica e foram realizados pela aluna de biblioteconomia Tatiana Brandão Fernandes⁴.

Sobre essas pesquisas, percebemos que podem ser consideradas o marco inicial da gestação do curso de Arquivologia. A esse respeito, a discente do curso de biblioteconomia lembrou que:

Em 2002 quando eu estava no terceiro período do curso de Biblioteconomia fui convidada pelas profas. Célia Barbalho e Nazaré Pinheiro Ferreira (profa. substituta à época) para tocar projeto de pibic que havia sido submetido à câmara. Tinha como título Estudo da demanda por profissionais graduados em Arquivologia: um estudo no setor privado. Eu

⁴ Tatiana Fernandes é docente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas desde 2010.

entrei no NEPCI esta época e fiquei responsável por tocar esta pesquisa como bolsista sendo orientada pelas duas professoras. O projeto foi pensado pelo curso de Biblioteconomia e coordenado pelas duas professoras. O curso tinha intenção de **solicitar a graduação em Arquivologia** e necessitava conhecer a demanda de profissionais na área no Estado para justificar o projeto de abertura (FERNANDES, 2020, GRIFOS NOSSOS).

Destaca-se na fala de Fernandes, já naquela época, os anseios que o curso de Biblioteconomia tinha de criar um curso de graduação em Arquivologia, porque considerava, mesmo que empiricamente, a necessidade de haver um profissional na cidade de Manaus, sendo essa a principal justificativa da realização das referidas pesquisas.

Tatiana Fernandes realizou dois projetos de iniciação científica, iniciando o primeiro nos anos de 2001, intitulado: “Estudo da demanda por profissionais graduados em Arquivologia: um estudo no setor privado em Manaus (2001)”, e “Arquivos Públicos: Demanda por profissionais (2002)”. Ambos projetos tiveram por objetivo verificar a demanda por profissionais em Arquivologia na cidade de Manaus, um na área privada e outro na pública.

Importante ressaltar que, no contexto da referida pesquisa, havia uma carência ou mesmo um desconhecimento do que seria Arquivologia na região. Isto é, à época, havia seis cursos de graduação no Brasil: Universidade de Brasília – UNB (1991), Universidade Estadual de Londrina - UEL (1998), Universidade Federal da Bahia – UFBA (1998), Universidade Federal de

Santa Maria – UFSM (1977), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (1977), Universidade Federal Fluminense – UFF (1978).

Quanto a primeira pesquisa, para alcançar os objetivos propostos, limitou-se em verificar a demanda por profissionais graduados em Arquivologia, nas empresas do setor privado de Manaus (FERNANDES, 2002, p. 10). Nesse cenário, a autora relatou que foi utilizado o Cadastro Empresarial do SEBRAE 2000 – CD ROM. Ela verificou a quantidade total de 19.068 empresas, distribuídos nos portes de micro, pequeno, médio e grande. Foram extraídos desse total uma amostragem de 200 empresas de início, o qual houve uma diminuição de 50%, totalizando 100 instituições pesquisadas.

Destaca-se que, no referido contexto, a economia amazonense girava em torno do Polo Industrial de Manaus, gerando aproximadamente 117 mil empregos diretos. Nesse sentido, Fernandes (2020) ressaltou ainda que as principais dificuldades enfrentadas para realização desta pesquisa foi, além do referencial teórico, a pesquisa de campo, isto é:

[..] pois trabalhou com o cadastro de empresas do SEBRAE que tinha aproximadamente 18.000. Conseguimos reduzir para médio e grande porte e ainda assim, eram 100 empresas para duas pessoas aplicarem entrevista. Foi realizado entrevista *in loco*, pois não obteve resultado com a aplicação de questionários por e-mail. No final, realizou-se as entrevistas onde foi possível fazer, acabando realizando em locais menores também para conseguir concluir os 10%.

Essa pesquisa constatou que 91% das empresas pesquisadas admitiram que toda empresa necessitava de um setor de arquivo para o desenvolvimento de suas atividades, de um lado. De outro, apenas 9% não consideraram importante a existência desse setor.

Outro resultado importante constatado foi referente à necessidade de um profissional qualificado para gerenciar o setor de arquivo, admitindo ser importante a criação de um curso de graduação que formasse esse especialista, tendo como resultado 52%. Ademais, 37% consideraram importante a criação de um curso e apenas 11% menos necessário. Apesar desta pesquisa demonstrar a necessidade de um setor de arquivo, conseqüentemente um indivíduo preparado para executar as atividades de maneira adequada, após dez anos de criação do curso, percebemos que ainda há um percentual pequeno que atua na iniciativa privada⁵.

No ano de 2002, Fernandes iniciou a segunda pesquisa de iniciação científica sobre a referida temática, cujo objetivo geral foi conhecer na administração pública, nas esferas federal, estadual e municipal, a existência de profissionais habilitados para atuarem nos arquivos dos seus respectivos órgãos (FERNANDES, 2003, p. 21). Verificou-se a formação do profissional que atua nos arquivos da administração pública, levantou-se as deficiências da mão de obra que atua nos arquivos públicos da cidade de Manaus e examinou-

⁵Maiores detalhes poderão ser visualizados no capítulo 4.

se as expectativas quanto ao emprego de mão de obra especializada. Nesse projeto, Fernandes destacou que o universo era bem menor e não teve muitas dificuldades, visto que o Referencial teórico também foi uma continuação do projeto anterior. A pesquisa foi elaborada e orientada pela Profa. Maria Lenir Oran Fonseca Feitosa⁶.

Convém mencionar que pesquisas como essa se destacam como basilares para as primeiras impressões científicas da realidade da cidade de Manaus, ainda mais quanto a necessidade do profissional Arquivista. A autora ainda foi questionada quanto realizar projetos de iniciação científica sobre a demanda para esse profissional, como aluna de biblioteconomia. Tatiana destacou que:

Como aluna de Biblioteconomia eu não tive nenhuma resistência, pelo contrário, foi bem legal, apesar de ter tido dificuldade com o referencial teórico, pois em 2002 eram poucos os autores disponíveis na área no Brasil. Não havia revista da área no Brasil. Os únicos livros que eu utilizei não estavam disponíveis na biblioteca, mas no acervo das professoras. Lembro que trabalhei com as obras físicas do Malheiro, Jardim e Odília Fonseca (era uma coletânea de textos), Paes. Não tinha anais de evento nesta época disponíveis eletronicamente.

⁶Docente aposentada desde o ano de 2004. Possui mestrado em educação pela Universidade Federal do Amazonas, o qual defendeu a dissertação no ano de 1997, intitulada: *Arquivo Público do Amazonas: Da missão à ação*.

Enfatiza-se que o curso de biblioteconomia da UFAM possui em sua grade curricular, desde 1974, a disciplina optativa Arquivística, sendo oferecida periodicamente, e tem por objetivo capacitar o aluno a planejar e organizar arquivos de 1ª, 2ª e 3ª idades, cuja ementa esclarece:

Natureza e tipos de arquivos. Planejamento e organização de arquivos administrativos e técnicos. Fluxo de informação, levantamento e análise e tabela de temporalidade. Teorias das 3 idades. Sistemas e métodos de arquivamento: alfabético, numérico, geográfico, cronológico e por assunto. Controle de recebimento, transmissão e expedição de documentos.

Fernandes ressalta que os resultados influenciaram positivamente seu posicionamento pela abertura do curso, naquele momento como aluna, e anos mais tarde como professora. Observou no campo que quem ocupava aquele espaço eram bibliotecários e muitas empresas do Distrito Industrial de Manaus que passavam por processos de certificação, porque necessitavam de mão de obra específica para a organização de arquivos. Isto é, o que se tinha eram bibliotecários com especialização em arquivo, o que não atendia totalmente a necessidade dos setores (FERNANDES, 2020).

Fernandes ressalta que entrou na UFAM como professora em 2010, ano que o curso de Arquivologia estava com a sua primeira turma e sente-se honrada por fazer parte dessa história. Destaca ainda que a participação nas pesquisas contribuiu para um melhor entendimento sobre

Arquivologia, pois, além da iniciação científica, participou em 2005 do Congresso Brasileiro de Arquivologia e pode conhecer um pouco mais da área, apesar do pouco contato com a literatura nos anos que realizou a pesquisa.

OS PIONEIROS

Quanto aos pioneiros, enquanto unidade, destaca-se o então Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas, que através de inúmeras ações, seja de pesquisa, extensão ou mesmo atividades práticas, identificou no mercado de trabalho amazonense a necessidade do profissional arquivistas.

Ao que se refere aos pesquisadores, destacam-se, nesse cenário, os nomes de: Célia Regina Simonetti Barbalho, Kátia Viana Cavalcante, Raimundo Martins de Lima, e Suely Oliveira Moraes Márquez, então docentes do curso de Biblioteconomia que deixaram seus nomes registrados no primeiro Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia, versão 2009. Também não podemos deixar de mencionar o nome da aluna de Biblioteconomia Tatiana Fernandes que, como supracitado, realizou pesquisas de iniciação científica nos anos de 2001 e 2002, com o objetivo de averiguar a demanda mercadológica do profissional arquivista, tanto na área pública, quanto privada na cidade de Manaus. Isto é, a pesquisa de iniciação científica

realizada no ano de 2001 foi elaborada e coordenada pela professora Célia Regina Simonetti Barbalho. Barbalho⁷, que retornava do doutorado.

Em entrevista realizada, Barbalho (2020) relatou como foi pensado o curso de Arquivologia, onde destacou que:

O Colegiado do curso de Biblioteconomia, aproveitando longos períodos de greve, fez umaintensa reflexão sobre seu currículo. Associado a isto, foi realizada uma pesquisa de pibic dimensionando o mercado de trabalho e em seguida o governo lançou o Programa Reuni. Todos estes eventos, contribuíram para a construção do curso. Na verdade, a ideia era criar também o curso de museologia. Os três teriam um conjunto de disciplinas comuns ligadas à ciência da Informação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2008)

Segundo a professora Dayse Enne Botelho⁸ “O Curso de Arquivologia nasceu com uma discussão sobre a mudança do nome do Curso de Biblioteconomia para Ciência da Informação. Queríamos ter um tronco comum de disciplinas para os três bacharelados: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia” (BOTELHO, 2020).

⁷Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (1984), mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1995) e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), e ao retornar do doutorado submeteu a referida pesquisa a câmara de pesquisa da UFAM, sendo aprovada.

⁸ Docente decana do Curso de Biblioteconomia, aposentada em 2019.

O projeto da criação do curso de Museologia não se concretizou, mas o curso de Arquivologia foi criado seguindo as diretrizes de um tronco de disciplinas comuns, tanto que a grade curricular, versão 2009, só teria disciplina específica da área a partir do 4º período, o que facilitaria aos professores de biblioteconomia assumirem as disciplinas, até a contratação de docentes da área.

Nesse contexto, o professor Raimundo Martins de Lima⁹ apresentou-se como outro nome que se engajou para criação do curso. Também foi o primeiro coordenador do curso de Arquivologia, pós-implementado. Lima (2020) possui uma das primeiras publicações sobre o curso de Arquivologia, intitulado “O Curso de Arquivologia da UFAM”, apresentado na primeira Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - I REPARQ, realizada em Brasília no ano de 2010 e contou com a participação de todos os coordenadores dos Cursos de Arquivologia do Brasil.¹⁰

Lima (2020), em entrevista, relembrou que, no primeiro quartel da década de dois mil, o curso de Biblioteconomia da UFAM aprovou a

⁹ Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (1980), mestrado pela Universidade Federal da Paraíba (1998) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (2014). É professor do curso de Biblioteconomia desde 1990.

¹⁰Dados retirados do site II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia Disponível em <http://reparq2011.blogspot.com/p/i-reparq.html>. Acesso em 19 de maio 2020.

realização de um projeto de pesquisa (PIBIC), para conhecer a realidade do mercado local da área de arquivo e identificar a demanda por profissionais arquivistas.

A ideia inicial, porém, não era a criação do Curso de Bacharelado em Arquivologia, mas a oferta de cursos de especialização. Nessa época, não existiam cursos de graduação em Arquivologia em Manaus e no estado do Amazonas, assim como em toda região norte, bem como eram raras as iniciativas em termos de cursos de pós-graduação nessa área.

A pós-graduação *lato sensu* realmente se concretizou, chamada de Gestão de Arquivos Empresariais, oferecida concomitante ao curso de graduação, no ano de 2009. Mais tarde, a graduação foi iniciada em março e a pós-graduação iniciada em novembro.

A pós-graduação foi coordenada pela professora do curso de biblioteconomia, Suely Oliveira Moraes Márquez¹¹. Apesar de Márquez não possuir formação específica na área, possui um conhecimento complementar em Organização de arquivos de 1ª idade ou corrente (1993) e Conservação de documentos: encadernação e restauração (1996).

¹¹Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (1995), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2007), e atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPG/UFAM (2018). Professora da Universidade Federal do Amazonas desde 1998.

Outro nome que merece destaque nesse hall de pioneiros que ajudaram na criação do curso foi Kátia Viana Cavalcante. Cavalcante¹², docente que contribuiu com o curso em dois aspectos, tanto no planejamento, o qual pode ser comprovado através de seu nome configurar no primeiro Projeto Político Pedagógico do curso, quanto na prática como docente, sendo a professora de biblioteconomia que mais ministrou disciplinas para o curso de Arquivologia.

Esses e outros nomes tiveram grande importância para a concretização de uma ideia: a criação do curso de Arquivologia, concretizando-se no ano de 2007, sendo o primeiro curso da região norte do Brasil.

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO DE ARQUIVOS EMPRESARIAIS

No ano de 2009, o então curso de Biblioteconomia, ofereceu uma pós-graduação *lato sensu*, intitulada “Gestão de Arquivos Empresariais” iniciada em novembro daquele ano e com término em fevereiro de 2011.

¹²Possui graduação em biblioteconomia pela Universidade Federal da Amazona, Especialização em Ciência da Computação. Mestrado em Comunicação e Semiótica (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e doutora Desenvolvimento Sustentável (2013) pela Universidade de Brasília. Docente do curso de biblioteconomia desde 1990.

Ela tinha por objetivo desenvolver nos profissionais, competências de planejamento e gestão de sistemas de informação arquivística empresarial, bem como capacitar pessoas de nível superior, para o desempenho das práticas arquivística, tais como: gestão, conservação, disseminação da informação, de modo a garantir o acesso rápido à informação, à preservação da memória pública e privada(FOLDER, 2009). Em outros termos, ofereceu, em regime modular, as seguintes disciplinas:

GRADE CURRICULAR PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ARQUIVOS PRIVADOS	
DISCIPLINA	EMENTA
1. Introdução a Arquivologia	Origem, objetivos, classificação, importância, evolução diagnóstico da situação dos arquivos no Brasil. Teoria das Três idades dos arquivos. Legislação e ética do arquivista.
2. Gestão da Informação em Organizações Públicas e Privadas;	As organizações na era do conhecimento. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas e privadas. Inteligência competitiva: conceitos, objetivos e processos. Fontes de informação para IC. Gestão do conhecimento: Geração, mapeamento, codificação e compartilhamento. Projetos de Gestão do Conhecimento.
3. Arquivos Empresariais	Arquivo como instrumento de informação. Arquivos empresariais: funções, classificação e estruturas. Equipamentos e acessórios para arquivos empresariais. Influência da nova década nos arquivos empresariais, centro de Documentação, terceirização de arquivos. Novas Tecnologias em Arquivos: CD- Rom, digitalização e microfilmagem. Manual de rotinas. Arquivos e Documentos em ambientes de qualidade: programas 5S, TQS e ISSO-9000.
4. Descrição Arquivística	Conhecimento de instrumentos normativos para a descrição de documentos arquivísticos compatíveis com as normas internacionais.

5. Gerenciamento Eletrônico de documentos	Análise de recursos tecnológicos voltados ao gerenciamento de documentos. Aplicação de estratégias em ambientes de redes de informação.
6. Análise Documentária	Sistemas de armazenamento e de recuperação da informação. Linguagem documentária. Indexação.
7. Metodologia da Pesquisa	Conhecimento e Informação. Fatos, teorias e leis: do senso comum ao conhecimento científico. O espírito reflexivo e a criatividade como instrumentos de trabalho. Métodos e técnicas de pesquisa: o binômio problema/solução, o sujeito, o objeto e o projeto na relação espaço/tempo; formas de associação de ideias, o novo e o velho como informação; mudanças de paradigmas. Elaboração e desenvolvimento do projeto monográfico; contexto e perspectivas de intervenção. Objetivos, estratégias e avaliação de projetos. Elaboração de artigo científico.
8. Gestão da Informação em Arquivo Correntes e Intermediários	Os arquivos correntes e intermediários: conceitos, funções e finalidades; os procedimentos e as operações técnicas da gestão de documentos.
9. Marketing e Arquivo	Análise do papel e da função dos arquivos, serviços voltados para o gerenciamento de negócios e para a preservação e difusão de acervos históricos de interesse da comunidade em geral.
10. Arquivos Permanentes	Conceito, função e objetivos e estrutura organizacional de arquivos permanentes. Instrumentos de pesquisa e sua importância para a História.
11. Documentação Audiovisual	Gerenciamento e tratamento documental de material audiovisual.
12. Conservação Preventiva de Documentos de Arquivo	Políticas de conservação e preservação para documentação de arquivos em papel e outros suportes, noções de fatores ambientais e biológicos na conservação.
13. Gestão de Práticas em	Conceitos de Tecnologia de Informação associados a arquivos (hardware e software). Gestão de documentos eletrônicos. Conceitos sobre rede, internet e construção de páginas html.

Arquivos Digitais	Digitação e disponibilização de documentos. Recuperação de textos e imagens. Projeto prático de construção de página html, digitalização de documentos e disponibilização em rede.
14. Metodologia da Pesquisa	Orientação de trabalho monográfico.
15. Trabalho de Conclusão de curso	

Fonte: Projeto Político Pedagógico do curso de Gestão de Arquivos Privados. 2009.

Segundo o projeto do Curso de especialização em Gestão de Arquivos Empresariais (2009), o curso teve carga horária de 420, oferecido no período noturno, e configurava-se enquanto Especialização (Res. 01/2001-CNE, nº068/2002-CONSEPE, nº003/2005-CONSAD), na modalidade presencial, sendo oferecidas 45 vagas. Teve como público alvos profissionais graduados ligados à área da Ciência da Informação: Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia ou áreas afins que atuam ou pretendiam atuar no desenvolvimento da atividade empresarial.

Como justificativa, o referido projeto ressalta que, na época, existia a necessidade de mais estudos nessa área, para haver o maior reconhecimento do arquivo empresarial devidamente organizado pelas diversas organizações. Logo, para a realização dele, estabeleceu-se como objetivo principal o reconhecimento do conceito de arquivo empresarial, de suas principais funções e da tipologia documental existente. Também se pretendeu apresentar a

situação atual dos arquivos empresariais, quais os principais problemas na organização desse tipo de arquivo, apontados pelos diversos autores (2009).

OS DESAFIOS

Diante de qualquer empreitada, há inúmeros desafios, principalmente quando se trata de elaborar algo que não é de seu domínio, essa foi a realidade enfrentada para criação do curso de Arquivologia da UFAM, sem profissional formado na área para auxiliar e nortear o caminho a ser percorrido, justificando com isso o perfil do primeiro projeto político pedagógico do curso.

Pode-se observar que o projeto político pedagógico do curso de Arquivologia era muito semelhante ao de Biblioteconomia, tanto que nos primeiros semestres as disciplinas gerais, em sua maioria, eram oferecidas por outros cursos. Elas foram: Psicologia Geral, Psicologia Social, Sociologia, Filosofia, Lógica, Língua Portuguesa, entre outras. Somente a partir do 4º semestre houve disciplinas específicas, como é o caso de “Gestão de Documentos” e “Fundamentos de classificação em Arquivologia”. Essa disposição das disciplinas foi pensada de modo proposital, visto que não se tinha professor da área quando foi criado o curso.

Em se tratando de desafios, destaca-se nas falas dos entrevistados dois aspectos: o primeiro foi a dificuldade enfrentada na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso, como mencionado anteriormente, porque não existia profissional com formação na área entre os membros do projeto. Posteriormente, a contratação de professores com formação na área, não foi algo de exclusividade do curso de Arquivologia.

Quanto ao processo de seleção de professores do curso de Arquivologia da UFAM, importante destacar a opção feita pelos docentes do então do curso de Biblioteconomia, da exigência de graduação em Arquivologia, diferente de outros cursos que optaram pelo requisito: doutorado em Ciência da Informação. Tal escolha se deu da necessidade do professor dominar as áreas técnicas, que somente através da graduação, seria possível.

No que se refere a não permanência de professores do curso de Arquivologia, este autor toma a liberdade de usar suas experiências como egresso da segunda turma deste curso, que conviveu com docentes, sendo egresso do curso e atualmente docente. Destaco lembranças de fala desses profissionais como as diferenças culturais, climáticas, como barreiras para a permanência na região, bem como o distancia da capital amazonense de outros, principalmente no Sul e Sudeste, pois todos os professores que passaram nos concursos foram dessas regiões.

No que concerne aos desafios da construção do PPP do curso de arquivologia, Barbalho (2020) ressalta que a principal dificuldade enfrentada foi, inicialmente, construir a proposta pedagógica, já que todos os docentes que foram nomeados para essa tarefa eram da biblioteconomia. Nesse sentido, foi reunido um conjunto de estrutura curricular de outros cursos de arquivologia, já ofertados no país, para compor uma que fosse considerada uma proposta preliminar para a implantação, pois, havia expectativa de que os professores que seriam contratados para o curso fossem da área. Em outros tempos, poderiam qualificar o trabalho realizado. A esse respeito, Barbalho (2020) ainda relata que, para auxiliar na elaboração do PPP, houve um contato com os profissionais do arquivo público do Estado e de outros cursos de arquivologia que já haviam sido implantados.

Lima (2020) esclarece que os contatos ocorreram via e-mail, com as coordenações acadêmicas dos principais cursos existentes e diretamente aos sites deles, para solicitar e obter cópia das suas estruturas pedagógicas, os quais foram consultados da UFF, UFSM, UNIRIO e UFRGS. Ele ainda informa que a estrutura curricular do curso contemplaria conteúdos gerais e específicos e uma configuração que visasse a oportunizar alternativas para uma formação compatível com as características da sociedade amazônica e do novo profissional arquivista (LIMA, 2009, p 304).

Botelho (2020) complementa que: “para não errarmos muito, fizemos parecido com o de Biblioteconomia, por serem semelhantes. Depois, abrimos o vestibular, em seguida à aprovação do PPP. Simultaneamente foi aberto novamente edital para a contratação dos dois professores. Só conseguimos de Museologia e não houve inscrição de ninguém para Arquivologia”.

O problema da falta de inscritos para vaga de professor de Arquivologia permanece, a fim de buscar soluções, teve-se de alterar nos próximos editais os pré-requisitos de titulação. Posteriormente, esse problema se transformou na dificuldade de permanências desses profissionais que passavam em concurso, ou seja, assumiam o cargo e pouco tempo depois pediam exoneração em virtude de passarem em concursos em locais ou próximos de suas cidades natais. A exemplo, o primeiro professor a assumir o cargo não passou um mês e pediu exoneração.

Lima (2020) reforça essa dificuldade, ressaltando que as principais foram selecionar professores com formação em Arquivologia para virem trabalhar no Curso, dada a distância entre Manaus e as cidades do eixo Sul e Sudeste, onde havia profissionais disponíveis. Além disso, nessa época, em 2009, em virtude da aprovação do REUNI, outras universidades federais brasileiras haviam criado cursos de Arquivologia, e os profissionais disponíveis preferiam concorrer às vagas nos cursos do Nordeste e os demais eixos mencionados.

Diante dessa falta de professor com formação na área, iniciou-se o

curso com os professores efetivos e substitutos de Biblioteconomia, ficando o prof. Raimundo Martins responsável pela coordenação. Como eram disciplinas comuns ao de Biblioteconomia, nos primeiros períodos, foi possível ser ministrada por professores com formação em outras áreas. A respeito desse contexto, Martins relatou que diante da dificuldade na contratação de professor, houve a necessidade de alterar a sequência da oferta das disciplinas para que a primeiras turmas não fossem prejudicadas.

Botelho (2020) relembra que foi aberto editais de concurso e ninguém se inscreveu, “começamos a ficar preocupados, pois as disciplinas mais técnicas se aproximavam e não tínhamos professores da área. Quando esse momento chegou, o professor Martins teve contato com a arquivista Gleice Nogueira, que se comprometeu em ministrar as duas disciplinas técnicas do período, como professora voluntária! Foi um alívio”.

Naquele período foi realizada a divulgação do concurso, com apoio de outras universidades que já tinham o Curso de Arquivologia. De acordo com Botelho (2020), foi “quando conseguimos dois candidatos, se não me falha a memória e aprovação de um. Este professor assumiu de imediato, mas ele ficou somente 1 mês e pediu demissão”. Por conseguinte, houve a necessidade de abertura de novo edital aberto e divulgação maciça. Com efeito, foi registrado quando alunos recém-formados do Curso de Arquivologia de Santa Maria e outros arquivistas se inscreveram para ocupar as 5 vagas oferecidas pela PROEG. Assim, conseguiu-se ter o Curso com professores da área.

Botelho (2020) ainda esclarece que outro problema enfrentado foi

a estrutura do Departamento, “não tínhamos salas o suficiente para instalar estes professores. Foram colocados todos no NEPCI, enquanto negociamos junto ao ICHL, a PROEG e Reitoria, não só espaço físico, mas como equipamentos”.

Ressalta-se que nos dez anos do curso de Arquivologia, o tema dos dois problemas permaneceu, onde foram apenas modificados. Isto é, nesse período, sete professores concursados pediram exoneração. Essa descontinuidade prejudicou o planejamento do curso, visto que somente no ano de 2020 foi possível alterar o PPP do curso, já mencionado, criado para que fosse alterado assim que se realizasse contratação de profissionais da área.

MEMÓRIAS

Nesse ínterim de idealização e concretização, muita coisa aconteceu, como, por exemplo: dezenas de reuniões, debates e discussões; todas foram travadas em prol do desenvolvimento da região. Como verificado nas primeiras pesquisas realizadas, identificou-se a necessidade desse profissional, diante disso os professores do curso de biblioteconomia decidiram assumir essa responsabilidade, ou seja, gerar e criar.

A esse respeito, Barbalho (2020) destaca que um fato marcante na trajetória do curso foi verificar a intensidade do curso de Arquivologia em procurar um rompimento com o curso de biblioteconomia, no lugar de trabalhar em parceria. Em outras palavras, tal posicionamento demonstrou o perfil de algumas escolas de arquivologia, caracterizadas por uma busca por

autonomia, visto que, historicamente, a área sempre foi vista como auxiliar do Direito, da História ou da Ciência da Informação.

Sobre essa questão da autonomia, Lima (2009, p. 301) aponta que seria:

[...] temporário essa vinculação do Departamento de biblioteconomia [...] uma vez que o curso de arquivologia só poderia assumir autonomia administrativa e pedagógica quando o seu quadro de pessoal docente alcançar pelo menos metade do número mínimo que a legislação interna da UFAM exige (oito docentes de carreira, com dedicação exclusiva).

Botelho (2020) ressalta que um fato marcante foi a situação que passaram para criar e implantar o Curso de Arquivologia. Esclareceu ainda que o Departamento de Biblioteconomia, com muito esforço e responsabilidade de seus competentes professores, enfrentou todos os obstáculos. Segundo a professora, foram momentos de muita tensão e cansaço físico, que durante três anos ou mais, conseguiram com êxito honrar o compromisso assumido com a UFAM, criando e implantando o Curso de Arquivologia, sem deixar, em nenhum momento, refletir no Curso de Biblioteconomia!

REFERÊNCIAS

- Feitosa, Maria Lenir Oran Fonseca. **Arquivo Público do Estado do Amazonas: Da Missão à Ação**. Manaus Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- FERNANDES, Tatiana Brandão. **Estudo da Demanda por Profissionais Graduados em Arquivologia**: Um estudo no setor privado em Manaus. Manaus: UFAM, 2002. Projeto PIBIC PIB – H012/2001.
- FERNANDES, Tatiana Brandão. **Arquivos Públicos**: Demanda por qualificação profissional. Manaus: UFAM, 2003. Projeto PIBIC PIB – H020/2003.
- FLORES, Daniel; PEDRAZZI, Fernanda Kieling; RODRIGUES, Sérgio Ricardo da Silva. Impacto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na formação de Arquivistas no Brasil. In. MARIZ, Ana Carla Almeida; JARDIM, José Maria. SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino de Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- LIMA, Raimundo Martins. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. In. MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cyntia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **A formação e a pesquisa nas Universidades públicas brasileiras/ Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: thesaurus, 2011.
- MAUÉS, Olgaíses; SOUZA, Micheli Borges. **A expansão da educação superior no Brasil e a política da formação de professores**, 2015. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS. DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA. Projeto pedagógico do curso de Biblioteconomia. 2008.

CAPÍTULO 2

10 ANOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFAM: A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, ATRAVÉS ANÁLISE DOS PPCs

Leandro Coelho de Aguiar

INTRODUÇÃO

O curso de Bacharelado em Arquivologia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi aprovado por meio da Resolução n° 079, em junho de 2007, do Conselho Universitário (CONSUNI), e suas atividades acadêmicas iniciaram em março de 2009, com a entrada da primeira turma. Sua criação foi planejada através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras (REUNI), programa do Governo Federal, iniciado em 2008, e buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Foram os professores do Departamento de Biblioteconomia da UFAM que pensaram a criação do curso de Arquivologia, ainda no final da década de 1990, realizado entre 2001 e 2002, a partir de um estudo de viabilidade e identificação de demandas por profissionais arquivistas do mercado de trabalho regional¹³. Constatou-se na época a inexistência de cursos

¹³Projeto: “Estudo de demandas por profissionais graduados em Arquivologia: um estudo do setor privado em Manaus”. Integrantes: Célia Regina Simonetti Barbalho - Coordenadora / Tatiana Brandão Fernandes - Integrante. Período do projeto: 2001- 2002.

de graduação em Arquivologia na região Norte, assim como eram raras as iniciativas de cursos de pós-graduação, mesmo em nível de especialização.

Assim sendo,

Projetada para atender às necessidades desse mercado local, a proposta do curso buscou adequar sua estrutura curricular à dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos, de modo a responder objetivamente às demandas da UFAM, dos futuros alunos e da sociedade amazonense em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009. p. 03).

Entre 2009 e 2017, o Curso de Arquivologia da UFAM fez parte do Departamento de Arquivologia e Biblioteconomia (DAB), e integrava a estrutura do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Em julho de 2017, os dois cursos do DAB passaram a integrar a então recém-criada Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) que, seguindo uma nova tendência das unidades acadêmicas da UFAM, não se divide em departamentos, mas em colegiados. Nessa perspectiva, a FIC passou a ter quatro colegiados: Arquivologia, Biblioteconomia, Jornalismo e Relações Públicas.

Há entre os gestores da educação superior o entendimento de que um curso de graduação consegue seu amadurecimento após os quinze primeiros anos de existência. Os cinco primeiros anos, de organização interna, normalmente caracterizam-se por docentes de outras áreas e a entrada dos primeiros da área, ainda com certa instabilidade da permanência desses últimos, principalmente em se tratando de cursos em universidades

consideradas periféricas. Acrescenta-se nesse cenário o alto índice de desistência dos discentes, falta de infraestruturas pedagógicas, como laboratórios práticos e de pesquisas específicos da área.

Por sua vez, os cinco anos seguintes de estruturação se caracterizam pela formação das primeiras turmas e seus egressos adentrando ao mercado de trabalho, iniciando assim a visibilidade do curso na sociedade, como também a consolidação do quadro permanente do corpo docente, e em alguns casos, o retorno dos próprios egressos, agora como docentes.

Por fim, essa temporalidade, considerada já de consolidação, com o quadro permanente formado, em sua maioria de doutores, apresenta menor índice de desistência de discentes, maior visibilidade do curso e da área, principalmente com a entrada dos egressos em posições estratégicas, como também na estruturação dos primeiros laboratórios práticos e de pesquisa, além da criação de cursos de pós *lato sensu* e *stricto sensu*.

De acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), todo curso de graduação passa por avaliações regulares, sendo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

[...] produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. On-line).

Acerca das avaliações dos cursos, as duas primeiras ocorrem logo nos primeiros anos. A primeira, para autorização, realizada quando uma instituição pede autorização ao MEC para sua abertura. A segunda, para reconhecimento do curso, ocorrendo quando a primeira turma entra na segunda metade do curso, sendo verificado se foram cumpridos os itens do projeto apresentado para assentimento (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. On-line).

Além das duas primeiras, há também avaliações regulares para renovações, previstas para acontecerem a cada três anos, podendo ser *in loco* ou não, de acordo com o cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC) e a realização do Enade (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). On-line).

As avaliações seguem instrumentos próprios, observando itens como a organização didático-pedagógica, o corpo docente e discente (no caso da segunda para reconhecimento), técnico-administrativo e as instalações físicas. Na avaliação, as notas são atribuídas em uma escala de 1 a 5, onde 5 é a nota máxima, 3 é positiva e as notas 1 e 2 são consideradas insatisfatórias. Destaca-se que, quando uma instituição recebe notas insatisfatórias, ela tem um prazo para se adequar às exigências; caso contrário, o curso pode sofrer sanções, inclusive o descredenciamento.

Em tese, as avaliações realizadas pelo MEC servem de termômetro acerca da trajetória do curso, principalmente nos primeiros anos, tendo em vista que os cursos começam com o conceito 3, podendo subir, manter-se nessa

classificação ou descer nas avaliações posteriores, mostrando assim se alcançaram ou não os critérios de avaliação.

O curso de Arquivologia da UFAM passou pelas duas primeiras avaliações no período de 2009, para autorização, e 2013, para reconhecimento, possuindo e mantendo o conceito 3, não sendo convocada pelo MEC para mais nenhuma avaliação desde então¹⁴.

Em 2019, comemorou-se os 10 anos de seu início, até então com 469 alunos¹⁵ entre concluintes, em andamento ou egressos, ou seja, com sete turmas concluídas, e um total de 105 formados. Também em 2019, foi concluída a primeira grande reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), implantada no primeiro semestre de 2020.

O PPC é o instrumento que orienta a concepção do curso de graduação, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem da graduação, respeitando as Leis Federais n° 9.394/1996 e n°13.005/2014, como também as Resoluções do

¹⁴A realização das avaliações, assim como a periodicidade delas são definidas pelo próprio MEC, sendo o curso avisado com certa antecedência para poder se organizar. Até o início de 2021, o curso de Arquivologia não recebeu nenhuma notificação do MEC para avaliação.

¹⁵A data base para contagem foi o semestre 2019.1.

CNE/CES nº 20/2002, 02/2007, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Bacharel em Arquivologia¹⁶.

Todo projeto pedagógico deve obedecer às diretrizes curriculares nacionais, contemplando o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil do profissional concluinte e tudo quanto se refira ao desenvolvimento do curso. Outra recomendação é que os cursos de graduação tenham seus Núcleos Docentes Estruturantes ativos, para que os PPCs possam ser atualizados periodicamente, tendo em vista as demandas acadêmicas e de mercado.

No caso do Curso de Arquivologia da UFAM, identificou-se a realização de atualizações pontuais ao longo dos primeiros 10 anos, mas somente em 2019 aconteceu a primeira atualização de PPC.

¹⁶Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014); Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquivologia (Resolução CNE/CES 20, de 13 de março de 2002); e Diretrizes sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial (Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007).

Quadro 1. Quadro de transição

ANO	SEMESTRE	CURRÍCULO 2009 PERÍODOS	CURRÍCULO 2020 PERÍODOS
2020/1	1º	3º; 5º; 7º, 9º	1º
2020/2	2º	4º; 6º; 8º	2º
2021/1	1º	5º; 7º, 9º	1º; 3º
2021/2	2º	2º; 6º; 8º	2º; 4º
2022/1	1º	7º, 9º	1º; 3º; 5º
2022/2	2º	8º	2º; 4º; 6º
2023/1	1º	9º	1º; 3º; 5º; 7º
2023/2	2º	-	2º; 4º; 6º; 8º
2024/1	1	-	1º; 3º; 5º; 7º, 9º

Fonte: Universidade Federal do Amazonas. Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2020, p. 30.

Como pode ser observado no Quadro 1, a previsão é que o curso ofereça duas grades simultâneas até o primeiro semestre de 2023, quando será ofertada a última disciplina (Trabalho de Conclusão de Curso), do 9º período da grade de 2009.

Como toda reformulação de PPC, compreendemos que se trata de um diálogo político e de interesses, porque busca a melhor formação do profissional e sua ação no mercado de trabalho, mas também por existir interesses individuais dos envolvidos, diretamente no seu planejamento. Logo, o PPC do curso de Arquivologia da UFAM não foi diferente disso, o debate teve início em 2015, prolongando-se até 2019, tendo várias propostas debatidas, até chegar ao texto final.

Assim sendo, o ano de 2019 pode ser considerado o início de um terceiro momento, o de consolidação do curso, pois, marcou não somente as

comemorações de seus 10 anos início, mas também a primeira grande reformulação do PPC do curso, assim como a consolidação do seu corpo docente, a criação dos primeiros laboratórios práticos didáticos e de pesquisa, e a entrada dos egressos no mercado de trabalho e em postos de destaque.

A seguir, serão apresentadas as principais características das duas versões dos PPCs ativos no curso e ofertadas a partir de 2020, assim como uma breve análise das justificativas e dos objetivos das mudanças na formação do profissional arquivista.

A GRADE CURRICULAR ENTRE 2009 E 2019: DA CRIAÇÃO À MANUTENÇÃO DO CURSO

O primeiro PPC do curso de Arquivologia da UFAM, iniciado em 2009, foi elaborado pelos professores do curso de Biblioteconomia, tendo como comissão de elaboração, as professoras Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho, Dra. Kátia Viana Cavalcante, Ma. Suely Oliveira Moraes Márquez, e o professor Dr. Raimundo Martins de Lima.

O projeto teve embasamento nos dados coletados, no estudo de demanda realizado entre 2001 e 2002, e confirmou a demanda por tal profissional no mercado de trabalho local, sendo identificada a carência, tanto em setores públicos quanto privados, principalmente, tendo em vista a inexistência na região Norte de qualquer curso de graduação em Arquivologia, em que é raro os cursos de especialização.

A comissão de elaboração do PPC embasou suas ações na concepção do profissional arquivista como aquele que consegue dar conta

[...] de um mercado de trabalho em expansão, fato que potencializa o seu exercício em arquivos públicos, privados, pessoais, centro culturais e centros de documentação,[...] é o principal responsável pela gestão documental, conservação, preservação e disseminação dos conteúdos contidos nos documentos, bem como pela elaboração de projetos, planejamentos e implantação de instituições e sistemas arquivísticos, programação e organização de atividades culturais que envolvam a informação documental produzidas pelos mantenedores desses arquivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 6.)

O perfil do profissional a ser formado em 2019 foi pautado em competências e domínios de:

[...] habilidades vinculadas aos conteúdos teórico-práticos da própria área de Arquivologia e de outras que integram o seu campo interdisciplinar, aspectos que impõem a busca pelo aprimoramento contínuo e a observação de padrões éticos de conduta, ante os desafios da profissão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009. p. 9)

Acerca das competências do profissional a ser formado, a estrutura curricular foi fundamentada em duas linhas de ação, a saber:

- a) de natureza geral
 - Identificar as fronteiras que desmarca o respectivo campo de conhecimento;

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
 - Formular e executar políticas institucionais;
 - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos e projetos;
 - Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
 - Desenvolver atividades profissionais autônomo, tais como assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- b) de natureza específica
- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
 - Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
 - Planejar e criar instrumentos de gestão de documentos que permitem sua organização, avaliação e utilização;
 - Realizar operações de arranjo, descrição e difusão; e
 - Realizar pesquisas sobre produtos, tratamentos, transferência e uso de informações arquivísticas.
- (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 8)

As duas linhas de ações corroboram os objetivos específicos do curso, isto é:

- a) Atuar crítica e eficazmente na identificação de demandas por informações de natureza arquivística de qualquer nível de complexidade, propondo soluções que conduzam à conscientização do seu valor primário e secundário na sociedade;
- b) Realizar tratamentos arquivísticos de documentos e informações de qualquer natureza e suporte de registro, apoiando nas técnicas e tecnologias da informação disponíveis;

- c) Gerenciar serviços arquivísticos por meio das ações de planejamento, organização, administração e assessoria e de prestação de serviços em redes e sistemas de informação de natureza arquivística;
 - d) Monitorar e apoiar o desenvolvimento social e os avanços científicos e tecnológicos, por meio de atividades de pesquisas relacionadas ao uso e ao comportamento da informação arquivística
- (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 9).

Diante dos objetivos, do perfil, das competências e habilidades do futuro profissionais moldadas no PPC 2009, foi necessário moldar tais referenciais de forma prática na estrutura curricular do curso.

Antes de observar a estrutura curricular, cabe ressaltar algumas informações acerca da característica do curso e ingresso dos alunos. Ficou decidido que o curso seria noturno, a ser realizado entre 9 e 15 semestres, com oferta de 40 vagas anuais¹⁷, entrada única sempre no primeiro semestre, sendo 50% pelo vestibular da UFAM, através do Processo Seletivo Contínuo (PSC), e 50% pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A carga horária total era de 2.640 horas, correspondendo a 145 créditos, sendo 60 horas de disciplinas optativas e 2.430 horas-aula de disciplinas obrigatórias, incluindo as 240 de estágio supervisionado, 90 destinadas ao trabalho de conclusão de curso, e 150 destinadas às atividades acadêmicas científicas culturais

¹⁷No ano de 2013, houve uma mudança na quantidade de oferta de vagas, passando para 42 vagas anuais.

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 14).

A matriz curricular de 2009 contemplava dois grupos de conteúdos, de formação geral, com a “função de repassar aos alunos o aporte teórico necessário para as análises epistemológicas e histórico-social relativas ao processo de formação das competências e habilidades projetadas”, de um lado; de outro, de formação específica, com “conteúdos técnico instrumental voltado ao domínio de habilidades linguísticas, metodológicas, informáticas e outros ligados aos ciclos documentais e informacionais e à gestão de sistemas e serviços de documentação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 11-12).

Os conteúdos foram divididos em cinco grupos de disciplinas/atividades: (1) formação geral, (2) formação específica, (3) formação complementar, (4) atividades complementares, e (5) estágio curricular. Tal divisão buscava, tanto “repassar aos alunos o aporte teórico necessário para as análises epistemológicas e histórico-sociais relativas ao processo de formação das competências e habilidades projetadas”, passando pelo viés de “oportunizar alternativas, para haver uma formação profissional compatível com as características da sociedade contemporânea e do novo profissional arquivístico”, quanto mais priorizar “abordagens que enfatizam os ciclos documentários e informacionais em suas relações de interdependência com os processos de cidadania e de gestão, dentro e fora das organizações

públicas e privadas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 10-11).

Segue abaixo o quadro com as disciplinas, divididas por período e por formação (geral ou específica) da Grade Curricular do PCC 2009.

Quadro 2 - Grade Curricular do PPC 2009

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período
PSICOLOGIA GERAL I FCO 001	PSICOLOGIA SOCIAL FCO 003	DIREITO ADMINISTRATIVO O FCU 027	GERAÇÃO DOCUMENTAL EM ANQUIVOS HQ 001	ARRANJO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS HQ 003	PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO HQ 007	GERENCIAMENTO DE ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HQ 010	PRESERVAÇÃO E RESTAURADO DE DOCUMENTOS HQ 013	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO HQ 017
EPITEMOLOGIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO IBS 114	INFORMÁTICA INSTRUMENTAL IEC 111	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO O EM UNIDADE DE INFORMAÇÃO IBS 117	FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO EM ANQUIVOS HQ 002	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS HQ 004	ANÁLISE DOCUMENTARI A HQ 008	ESTUDO DE USUÁRIO HQ 011	GERAÇÃO DE ANQUIVOS HQ 014	
INTRODUÇÃO A FILOSOFIA IHF 001	COMPLEMENTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA IEE 091	INTRODUÇÃO A COMUNICAÇÃO IBS 118	ESPAÑOL I IIE 018	DIREITICA HQ 005	ESTÁGIO SUPERVISIONAD O II HQ 009	ESTÁGIO SUPERVISIONAD O III HQ 012	ESTÁGIO SUPERVISIONAD O IV HQ 016	
LÍNGUA PORTUGUESA I IHP 184	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO IHS 002	HISTÓRIA DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO IHS 119	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO FCU 049	ESTÁGIO SUPERVISIONAD O I HQ 006	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO IHS 023	METODOLOGIA DA PESQUISA I IHS 102	METODOLOGIA DA PESQUISA II IHS 103	
SOCIOLOGIA I IHS 011	LOGICA I IHE 043	INGLES I IHE 143		DIREITO NOTARIAL FCU 051		PALEOGRAFIA IHS 030	GERAÇÃO E USO DE BANCO DE DADOS HQ 015	

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2009, p. 13-14.

Analisando a grade curricular, é possível observar algumas características marcantes acerca da estrutura do curso em seus primeiros 10 anos de existência, a saber:

- I A grande quantidade de disciplinas ofertadas por colegiados / departamentos externos ao da Arquivologia: 17 na Arquivologia, e 22 em outros colegiados / departamentos, sendo 8, somente na Biblioteconomia;
- II O aluno tinha contato com a primeira disciplina ofertada por docentes da Arquivologia somente no 4º período, tendo os três

- primeiros períodos, total de 15 disciplinas, exclusivamente ofertadas por outros colegiados / departamento;
- III Concentração de disciplinas ofertadas na Arquivologia entre o 5º e o 8º período: das 19 disciplinas ministradas no período, 14 foram pela Arquivologia, sendo que no 9º período, o aluno tem somente TCC, cujo pré-requisito é ter feito todas as disciplinas anteriores, o que causou muito atraso;
 - IV Certa confusão acerca das siglagens das disciplinas, principalmente comparando suas ementas. Nesse caso, duas situações chamam atenção:
 - V Casos das disciplinas “Organização e Métodos (IHQ 004)” e “Planejamento de Unidade de Informação (IHQ 007)”, sigladas na Arquivologia, sendo que a disciplina “Teoria da Administração em Unidade de Informação (IHB117)” era siglada na Biblioteconomia, mas, de acordo com suas ementas, possuem correlação direta e até mesmo de continuidade com as mencionadas acima;
 - VI A disciplina de “Metodologia da Pesquisa II (IHB102)”, de acordo com sua ementa, tem por objetivo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), siglada na Biblioteconomia.

Acerca da estrutura curricular, alguns pontos devem ser observados. Primeiro, a aproximação dos dois cursos, como já foi mencionado, porque os professores da Biblioteconomia foram os idealizadores do curso de Arquivologia. Com efeito, após a criação, esse último passou a compor o Departamento de Arquivologia e Biblioteconomia. Segundo a situação de que os professores da Biblioteconomia compuseram o corpo docente e a coordenação nos primeiros anos do curso de Arquivologia, até que os primeiros concursados da área fossem chamados, o que aconteceu a partir de 2010. A partir dessas observações, ao longo dos 10 anos, compreende-se que

o curso sofreu bastante com a não permanência dos concursados específicos das cadeiras de Arquivologia.

Outro ponto que deve ser chamado atenção é o planejamento de que a UFAM tivesse os três cursos vinculados à área da Ciência da Informação, ou seja: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O que de certa forma criaria uma aproximação natural das três áreas, inclusive na estruturação curricular. Todavia, por questões burocráticas, o curso de Museologia nunca saiu do papel.

Tal aproximação com a Biblioteconomia, mesmo sem a criação do curso da Museologia, influenciou totalmente na estruturação curricular do curso de Arquivologia nesses primeiros 10 anos, tanto que muitas disciplinas foram ofertadas nos dois cursos. Por isso também que há tanta disciplina siglada e ou ministradas pelos professores da Biblioteconomia.

Fato é que a estruturação curricular do curso de Arquivologia de 2009 teve de ser pensada não somente nas necessidades de formação do profissional e do mercado de trabalho, mas também, nesse primeiro momento, na falta de professores da própria área de Arquivologia e na aproximação dos dois cursos, até a chegada dos primeiros professores da área e eles conseguissem continuar o curso, bem como realizar as reformulações necessárias no PPC e da grade curricular.

Todavia, por vários motivos, pedagógicos e administrativos, a primeira grande reformulação do PPC não foi realizada nesse período, ocorrendo apenas pequenas alterações, proporcionando assim uma

desatualização de muitas disciplinas e da própria estrutura curricular, principalmente diante das novas demandas do mercado de trabalho.

A GRADE CURRICULAR 2020: CONSOLIDAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL FORMADO

Como já foi mencionado, o curso de Arquivologia levou 10 anos para fazer sua primeira grande reformulação do PPC, situação que já era aguardada por todos, tendo em vista a defasagem curricular, tanto da organização da grade, das disciplinas obrigatórias e optativas, quanto das regras de estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares. Também já foi mencionado que os debates do NDE do curso de Arquivologia tiveram início em 2015¹⁸, culminando com a proposta final em 2019, seguindo as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025, da UFAM¹⁹.

¹⁸Cabe ressaltar que toda essa demora, 2015 até 2019, foi em parte pela decorrência das mudanças ocorridas na composição do NDE do Curso de Arquivologia, tendo em vista que muitos professores concursados nesse período pediam exoneração em um curto espaço de tempo.

¹⁹A UFAM busca cada vez mais alinhar as ações dentro da universidade com o seu PDI. Ela possui o Plano de Desenvolvimento Institucional, desde 2001, passando já por 3 versões. Ver mais em: <https://proplan.ufam.edu.br/index.php/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>

Importante ressaltar que a criação do curso em 2009 decorreu de um estudo de demanda que confirmou a necessidade no mercado local, haja vista as carências desse profissional em instituições públicas e privadas, principalmente em decorrência da Zona Franca de Manaus. Todavia, 10 anos se passaram e há o consenso de que o curso ainda necessita de reconhecimento social, tanto das instituições públicas e privadas acerca das competências e possibilidades do profissional arquivista, quanto aos candidatos do vestibular e do Enem.

Para o PPC 2020, foram utilizados dados de trabalhos de pesquisa e extensão realizados por professores e alunos ao longo dos 10 anos²⁰. Tais

²⁰Dois projetos de extensão, o primeiro, realizado em 2016, pelo prof. Rodolfo Almeida de Azevedo, em parceria com a Profa. Me. Eliane Silveira Gonçalves, intitulado “Arquivo o quê? Divulgando o Curso de Arquivologia nas Escolas de Manaus”, que buscou percorrer as escolas públicas do Estado do Amazonas, apresentando a profissão de Arquivista, assim como identificando, junto dos alunos e da comunidade, as percepções sobre a Arquivologia como profissão e área do conhecimento. O outro projeto, realizado em 2018, pelo Prof. Me Leandro Coelho de Aguiar, em parceria com a Profa. Dra. Danielly Oliveira Inomata, intitulado “Os profissionais da informação em novos espaços de atuação: aproximações entre universidade e indústria”, buscou mapear as demandas, habilidade e competências necessárias aos profissionais da informação - incluso o Arquivista e ao Bibliotecário - junto das indústrias da Zona Franca de Manaus. Assim como dois trabalhos de conclusão de curso. O primeiro, defendido em 2018 pela aluna Solange Huber dos Santos, intitulado *Evasão discente no ensino superior: Estudo de caso no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas*, e analisou a evasão discente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, entre 2009 e 2018. O outro trabalho, defendido em 2019 pelo aluno Roger de Souza Becerra

trabalhos contribuíram direto e indiretamente ao debate, para que fosse pensado o perfil do profissional egresso formado, como também suas competências e habilidades, assim como a própria estrutura curricular que alicerçaria tal formação.

Alguns pontos da versão do PPC 2019 se mantiveram inalteradas em relação ao texto do PPC 20020, como, por exemplo, os objetivos gerais e específicos, assim como o número de vagas (42), a forma de entrada e funcionamento do curso entre 9 e 15 períodos letivos.

A grande mudança ocorrida no texto de 2020 foi acerca da estrutura e dos conteúdos curriculares, influenciando diretamente na oferta das disciplinas e sua distribuição na grade, a começar pela distribuição da carga horária, conforme se observa no quadro 3.

Mendez, intitulado *A produção científica discente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas: uma análise dos trabalhos apresentados pelos formandos ao longo de 10 anos (2009-2019)*, analisou os Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, defendidos ao longo dos 10 anos do curso (2009-2019).

Quadro 3 - Comparativo da Carga horária da Matriz Curricular das versões dos PPCs de 2009 e 2020

Distribuição	PPC 2009	PPC 2020
Carga horária total	2640	2.565
Carga Horária Teórica e Prática	2430	2.385
Disciplinas Optativas	60	180
Estágio Curricular Supervisionado – ECS	240	150
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	90	180
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC	150	300

Fonte: produção do autor, com dados do PPC 2009 e PPC 2020.

No quantitativo de carga horária total para integralização do curso, a mudança foi pequena, o PCC 2020 passou a ter menos 75 horas do que o PPC 2009. As mudanças podem ser vistas justamente na distribuição interna da carga horária, com uma diminuição de disciplinas obrigatórias, teóricas e práticas, ou seja: 2.430 horas para 2.385; assim como as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, diminuindo de 4 para 2 disciplinas, e sua carga horária de 240 horas para 150. Por outro lado, houve aumentos na quantidade de carga horária de optativas, isto é: 60 horas para 180 horas, de Trabalho de Conclusão de Curso, com o aumento para duas disciplinas. Essas últimas com a carga horária de 90 para 180 horas. Por último, a carga horária de Atividades Acadêmico-Científico-Cultural, de 150 para 300 horas.

Quadro 4 - Grade Curricular do PPC 2020

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período
INTRODUÇÃO A ARQUIVOLOGIA ISQ 010	FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS ISQ 010	CRÍTICA DE DOCUMENTOS ARQUITETONICOS ISQ 017	CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUITETONICOS ISQ 018	AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUITETONICOS ISQ 011	ABRANGIDA DOCUMENTAL E DEBUCIO ARQUITETONICA ISQ 019	ESTAGIO SUPERVISIONADO I ISQ 041	ESTAGIO SUPERVISIONADO II ISQ 042	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO ISQ 044
FUNDAMENTOS DA CIENCIA DA INFORMACAO ISQ 014	GERACAO E USO DE BANCO DE DADOS ISQ 010	HISTORIA, MEMORIA E PATRIMONIO ISQ 019	TECNOLOGIA DA INFORMACAO ISQ 010	ORGANIZACAO E PLANEJAMENTO EM ARQUITETONICA ISQ 010	MEIOS, USO E DEFIACAO DE ARQUITETONICA ISQ 018	PLANEJAMENTO DE ARQUITETONICA ISQ 017	DOCUMENTOS ACROGRAFICOS, FOTOGRAFICOS E DORSOS EN ARQUITETONICA ISQ 040	
OPORTUNA DE LETURA E PRODUCAO TEXTUAL I ISQ 100	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO ISQ 001	HISTORIA DOS REGISTROS E DO CONHECIMENTO ISQ 019	GERENCIAMENTO TENCNICO EM ARQUIVOLOGIA ISQ 011	INPLANTACAO ISQ 000	GERENCIAMENTO ELETRONICO DE DOCUMENTOS ISQ 018	METODOLOGIA DA PESQUISA ISQ 018	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I ISQ 041	
CENCIA POLITICA APLICADA A ARQUIVOLOGIA ISQ 101	INSTITUCION DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO FDC 600	INGLES INSTRUMENTAL I ISQ 101	OPORTUNA	REPRESENTACAO DE INFORMACAO E VOCABULO COORDENADO EM ARQUITETONICA ISQ 014	OPORTUNA	PRESERVACAO E CONSERVACAO DE DOCUMENTOS ISQ 018		
INTRODUÇÃO A COMERCIALIZACAO ISQ 110	COMPLEMENTO DE MATEMATICA E ESTATISTICA ISQ 001	INTRODUÇÃO A ADMINISTRACAO FAA 011		OPORTUNA				

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2020, p. 8-9.

Tais mudanças buscaram equilibrar algumas diretrizes da própria experiência do aluno, principalmente, diminuir a quantidade de estágio, sem perder de vistas a qualidade, tanto que se retirou as duas disciplinas de Estágio. Nesse movimento, aumentou a carga horária (de 60 para 75 horas cada) das duas que permaneceram, incluindo uma parte teórica, e não somente prática, visando assim a possibilidade de ações como, por exemplo: debates e reflexões acerca das ações e experiências no estágio.

Além disso, convém destacar que havia o intuito de possibilitar uma maior experiência em pesquisa, dando mais tempo para realização do projeto; por fim, o aumento da carga horária das Atividades Complementares, visando

adequar o novo PPC aos debates do MEC, pretendeu implementar a proposta de que o equivalente a 10% da carga horária do curso fosse feita em atividade de extensão, assim como apoiar a maior ação do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive valorizando as experiências dele em cursos e eventos da área.

Outra mudança importante entre as duas versões do PPC que possui maior relevância na própria proposta de profissional a ser formado, foi acerca da estrutura curricular, como pode ser observado no quadro 4.

Comparando as duas grades, de 2009 e 2020, podemos observar alguns pontos:

- I Redimensionamento entre as disciplinas ofertadas por outros colegiados/ departamentos, ofertadas pelos docentes da Arquivologia. Com a reformulação, passou-se a ter 25 disciplinas sigladas na Arquivologia e 8 sigladas em outros colegiados / departamentos (antes eram 17 e 22, respectivamente);
- I O aluno terá contato com disciplinas específicas da Arquivologia desde o primeiro período, assim como foram redistribuídas ao longo de todos os períodos, e a partir do 4º, as obrigatórias apenas de Arquivologia, ficando ao aluno a opção de pegar disciplinas sigladas em outro colegiado / departamento como optativas;
- II Atualização e reorganização das disciplinas, principalmente de disciplinas sigladas em outros colegiados / departamentos, mas com professores da Arquivologia e vice-versa. Assim sendo: foram mantidas apenas 9 disciplinas (com atualização de ementas). Foram extintas 37 e criadas 23; todavia, em algumas, a extinção foi apenas provocada por causa da mudança de carga horária ou nomenclatura, o que obrigatoriamente teve de ser criada uma nova;

- III Espaços na grade curricular para flexibilização e recuperação de disciplinas atrasadas. Isto é, na Grade de 2009, do 1º ao 8º período o aluno tinha todos os horários completos, dificultando qualquer encaixe de disciplinas atrasadas. Com a grade 2020, a partir do 4º período, haverá semestres com 4 disciplinas, facilitando o encaixe em horários vagos de disciplinas atrasadas e/ou realização de mais optativas;
- IV As disciplinas de Estágio Supervisionado Obrigatório. Diminuíram de 4 disciplinas com 60 horas práticas cada, ou seja, para duas disciplinas com 75 horas cada, sendo 60 horas práticas e 15 horas teóricas, onde ocorrerão encontros em sala de aula, visando o debate sobre as dinâmicas e resultados dos estágios;
- V A prioridade na dinâmica da pesquisa, onde serão ofertadas duas disciplinas voltadas para a preparação e realização da pesquisa de TCC, assim como a criação de outras que contribuirão na própria prática da pesquisa ao longo do curso;
- VI A desburocratização do pré-requisito de TCC. Na grade 2009, o aluno teria de realizar todas as disciplinas anteriores para poder se inscrever em TCC, agora há uma quantidade menor de pré-requisitos, podendo até mesmo fazer algumas disciplinas de forma concomitante ao TCC.

De acordo com o PPC 2020, a estrutura curricular do curso de Arquivologia foi organizada a partir de três eixos:

EIXO 1 – FORMAÇÃO GERAL: Este eixo, com característica interdisciplinar, tem por objetivo reunir as disciplinas cujos conteúdos apresentam, discutem as bases do trabalho do arquivista, de acordo com os princípios éticos profissionais e humanistas do seu campo profissional e, de forma interdisciplinar, dialogando com outras áreas, como das Ciências Sociais, Humanas, Exatas, Tecnológicas.

EIXO 2 – ESPECÍFICOS: Este eixo tem por objetivo reunir as disciplinas cujos conteúdos contemplam

diretamente as atividades do arquivista, envolvendo temáticas e conteúdos teóricos e práticos que, de forma articulada, oferecendo subsídios para o exercício das funções de planejamento, organização, direção e controle dos processos de elaboração, execução e avaliação dos planos, programas e projetos, bem como dos recursos e produtos de informação dos arquivos.

EIXO 3 – PESQUISA E PRÁTICA: Este eixo tem por objetivo reunir, por um lado, as disciplinas cujos conteúdos abordam procedimentos teóricos e práticos voltados à realização de estudos e pesquisas pelo discente, quanto para orientá-lo no planejamento e na execução de trabalhos acadêmicos, de iniciação científica e de conclusão do Curso, de um lado. Por outro, tem por objetivo reunir as disciplinas cujos conteúdos práticos contemplem a complexidade e a dinâmica do mercado de trabalho, nas instituições e da sociedade em geral.

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2020, p. 28)

Tal planejamento apoia-se em:

[...] em um conjunto de diretrizes e estratégias que configuram as intencionalidades do Curso de Arquivologia da UFAM, estando estruturadas em forma de conteúdos, cargas horárias e práticas pedagógicas e objetivando subsidiar a construção das competências e habilidades de uma formação humana e profissional e a qualificação das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia, 2020, p. 78).

Tal visão contida no PPC 2020 abre perspectiva para que o aluno tenha as condições mínimas, de entendimento geral sobre a profissão, como

também a autonomia para escolher e priorizar linhas de atuação que ele ache mais apropriada e necessária para o desenvolvimento de habilidades técnicas e socioculturais próprias. Nesse sentido, as atividades e os conteúdos de naturezas filosófica e sócio humanista que integram o grupo das disciplinas de conteúdos de formação geral, terão a responsabilidade de repassar aos alunos os aportes teóricos necessários à análise dos contextos socioculturais que os cercam e à reflexão crítica permanente de suas práticas acadêmicas e profissionais.

Já as habilidades técnicas que integram as disciplinas de conteúdos de formação específicas, deverão ser capazes de habilitar os alunos ao criar, inovar e adaptar sistemas e processos dos ciclos documentário e informacional.

Em outras palavras, é um mecanismo escolhido para compor a grade curricular e contribui justamente na formação autônoma do aluno e no aprofundamento de linhas de atuação dentro de sua formação, ou seja, são as habilidades de pesquisa e prática, vinculadas as 3 optativas obrigatórias.

Um dos pontos centrais da estruturação curricular do PPC 2020 foi justamente a de não escolha em uma determinada linha (humana, tecnológica, gestão etc.), mas possibilitar, através dos três eixos acima apresentados, uma logística de curso para que o aluno possa ter uma formação autônoma, como também escolher, de acordo com suas necessidades, gostos e demandas identificadas por ele, consoantes as linhas de formação e aprofundamento de sua intencionalidade. Assim sendo, a estrutura da grade

curricular foi pensada, estrategicamente, para instrumentalizar o aluno ao longo de sua formação, através de disciplinas obrigatórias, optativas e flexibilização do horário, para que ele possa fazer disciplinas de escolha que auxilie em sua formação. Em suma, foi uma proposta pensando também na possibilidade de diminuir possíveis efeitos de uma defasagem natural que ocorre na grade, tendo como base as demandas profissionais do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram apresentados até aqui características mais relevantes das duas versões dos PPCs ativos no curso de Arquivologia na UFAM, a partir de 2020, principalmente as respectivas estruturas curriculares, com objetivo de criar subsídios para uma análise comparativa, chamando atenção em relação ao perfil e habilidades do profissional arquivista formado, isto é, de acordo com os PPCs, principalmente com o novo, iniciado no primeiro semestre de 2020.

A primeira conclusão possível, ainda na perspectiva geral, é acerca do momento a qual se encontra o Curso, com claros sinais de entrada no momento de sua consolidação, tendo em vista fatores como, por exemplo: a perspectiva cada vez maior de consolidação do quadro permanente dos docentes, principalmente, com a expectativa de maioria com o título de doutor, como também o aumento do reconhecimento social, seja pelo índice decrescente do número de desistência entre os discentes, seja pelo aumento da

relação candidato/vaga nos últimos processos seletivos de entrada no curso, e/ou pela entrada cada vez maior dos egressos no mercado de trabalho, inclusive em cargos já de chefia de importantes instituições públicas e empresas privadas. Além disso, há a estruturação do curso, isto é, a partir da criação de laboratórios práticos/didáticos, laboratórios de pesquisa dos docentes. No caso desse último ponto e ao doutoramento da maioria dos docentes em médio prazo, inicia-se o pensamento acerca da possibilidade da criação de cursos de pós *lato sensu* e *stricto sensu*.

Diante da análise comparativa entre os dois PPCs, de 2009 e 2020, e entendimento acerca dos critérios de avaliação que orientam o instrumento de avaliação do MEC, acredita-se que aumentará a nota do curso na próxima avaliação do curso.

Antes de discorrermos acerca da renovação do PPC do Curso, cabe ressaltar a importância dos professores do curso de Biblioteconomia que idealizaram o projeto e sustentaram o curso durante boa parte dos 10 anos. Nesse sentido, ressaltamos a importância do PPC 2009 e de toda a estrutura curricular nela implantada, onde, mesmo possuindo limitações provocadas por diversas ordens, o importante foi que contribuiu para a formação dos primeiros profissionais arquivistas.

Por fim, a análise do PPC 2020 destaca a importância em si da própria reformulação, tendo em vista que demorou 10 anos para ser realizada. Nesse sentido, a dinâmica, tanto da produção científica quanto do mercado de trabalho, faz com que os instrumentos de avaliação e reflexão dos PPCs sejam

contínuos e atuantes, para que assim as mudanças e renovações possam ocorrer em períodos menores.

As mudanças de conteúdo do PPC 2020, em seus mais diversos pontos, alguns apresentados acima, principalmente na estrutura curricular, com o aumento de disciplinas da área e sigladas na Arquivologia, a flexibilização da estrutura curricular, não ficam presas em uma determinada linha (humana, tecnológica, gestão etc.), utilizando para tal a própria reestruturação das disciplinas, dos pré-requisitos e a utilização das optativas, como ferramenta para o aluno escolher a temática que irá se aprofundar.

Outro ponto, na mesma linha de argumentação, foi a criação de um eixo específico para pesquisa e prática, possibilitando assim a instrumentalização do aluno em alcançar condições mínimas de entendimento geral sobre a profissão. Isto é, no intuito de contribuir para a autonomia (aprender a aprender) quanto ao desenvolvimento de habilidades técnicas e socioculturais.

Logo, esperamos que este trabalho possa servir de estímulo, tanto aos professores - para que possam consolidar e priorizar os espaços e instrumentos de avaliação e reformulação do PPC -, quanto aos alunos, a fim de que possam participar da construção de conhecimento acerca da prática e dos instrumentos de ensino da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Avaliação Externa in loco de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia**. AM: UFAM, 2009.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia**. AM: UFAM, 2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016 – 2025**. Disponível em: <https://proplan.ufam.edu.br/index.php/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

PARTE II

PANORAMA ENTRE 2009 E 2019

CAPÍTULO 3

O PANORAMA DA PESQUISA E A EXTENSÃO NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA ENTRE 2009 E 2019

Eliane Silveira Gonçalves
Leandro Coelho de Aguiar
Rodolfo Almeida de Azevedo

INTRODUÇÃO

O curso universitário de Arquivologia foi aprovado na Universidade Federal do Amazonas em 2007, em conjunto a outros diversos cursos, a partir do Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras (REUNI), desenvolvido pelo governo federal da época, tendo a primeira turma iniciada em março de 2009. Logo, foi o primeiro curso de Arquivologia da região Norte²¹.

A história de sua criação tem como base de pesquisa científica coordenada por professores e alunos do Departamento de Biblioteconomia da mesma universidade, isto nos últimos períodos da década de 1990 como, por exemplo, investigações científicas sobre as necessidades profissionais na capital do Amazonas, Manaus. Em outras palavras, trouxe dados suficientes para se pensar a inserção da área arquivística na capital amazonense, anos depois.

²¹O capítulo 1 descreve a trajetória do Curso de Arquivologia.

Em observância de diferentes literaturas sobre o tema “educação superior”, percebe-se nesse espaço a ampliação e estímulo nas competências cognitivas, sociais e morais dos indivíduos, de modo a fazê-los capazes de conviver em grupo e contribuir na sociedade diversificada da atualidade. Esses estímulos e competências estão interligados na obtenção de conhecimento não só do Ensino, como também na associação com pesquisas científicas e nas práticas extensionistas.

Convém esclarecer que a pesquisa científica no Brasil passou a fazer parte do universo das instituições públicas de ensino superior na década de 1950, com a criação de cursos de pós-graduação. Nesse mesmo período, diferentes instituições, como o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – CAPES e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, foram instituídos como apoio à pesquisa científica e tecnológica, com atuação até os dias atuais.

A pesquisa científica está pautada em obter conhecimento de forma sistemática, através de ampla análise do objeto de estudo e por intermédio de distintas metodologias que também são frutos de fontes científicas. Essas ações, se bem utilizadas, transformam-se em instrumento complementar no aprendizado do aluno, porque amplia o conhecimento do professor e, como exemplifica a história do curso de Arquivologia da UFAM, pode expandir uma área de conhecimento, transformando assim a vida de milhares de pessoas.

As ações extensionistas, muitas das vezes, são caracterizadas como uma ponte entre as instituições de ensino superior com a sociedade. A legislação sobre essa dinâmica e apresentada na Resolução Nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, observado a seguir uma delas:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Conforme a resolução já citada, as atividades de extensão devem compor no mínimo 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, e sua prática, entre diversos motivos, deverão ser realizadas no sentido de auxiliar na interação com a comunidade acadêmica, ou seja, com a sociedade em geral e assim estabelecer trocas de conhecimento científico no contexto social. Em outras palavras, a prática de atividade extensionista contribuirá para a formação do estudante não só como profissional, como também em cidadão consciente com as mudanças dentro e fora do *campus* universitário e em diferentes universos, sejam eles de natureza educacional, social, cultural, político, tecnológico, entre outros.

Após essas considerações iniciais, esclarece-se que o presente trabalho terá como foco a pesquisa e extensão. Isto é, duas ações que pertencem à tríade: Ensino – Pesquisa – Extensão, compreendidas como indissociáveis, mas, algumas vezes, necessitam de atenção específica para avaliação dos cursos universitários, pois, no dia a dia existem dificuldades que podem interferir na atuação de forma igualitária na tríade. Em outros termos, dificuldades como “falta de preparo, pelo preconceito com alguns desses pilares, falta de incentivo, desvalorização profissional, condições precárias de trabalho ou sobrecarga de tarefas” (SILVA; RESENDE, 2017, p. 33).

Logo, tanto a Pesquisa quanto à Extensão está inseridos no universo do ensino superior como instrumentos de construção, absorção e troca de conhecimento científico e tecnológico, isto no sentido de colaborar na formação do alunado e docentes envolvidos, como também contribuir na transformação da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho será realizado a partir do método bibliográfico e documental, para apresentar as pesquisas e as extensões realizadas no curso de Arquivologia UFAM desde sua criação, em 2009.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NO TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Ao nos debruçarmos sobre a origem da universidade no Brasil, identifica-se tentativas desde o período colonial. No entanto, somente na Primeira República é que são promulgados dispositivos legais referentes ao

ensino superior no Brasil (FÁVERO, 2006). Segundo a mesma autora, apesar desses dispositivos legais, somente a partir do ano de 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). No entanto, não há um consenso sobre qual seria a primeira universidade criada no Brasil.

No site da Universidade Federal do Amazonas encontra-se a informação de que:

[...] em 1909, que surgiu a primeira Instituição de ensino superior do país, a Escola Universitária Livre de Manáos, criada por inspiração do tenente-coronel do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Em sessão de 12 de fevereiro de 1909, o Conselho Constituinte elegeu Eulálio Chaves para promover o reconhecimento oficial da Escola e cuidar da publicação de seus Estatutos. A Lei n.º. 601, de 8 de outubro de 1909, considerou válidos os títulos expedidos pela Escola Universitária²².

No mesmo site especifica-se que a Escola Universitária Livre de Manáos tinha o objetivo de ministrar os cursos das três armas, destinados à instrução militar de oficiais da Guarda Nacional, além de outros cursos, como, por exemplo: Engenharia Civil, Indústrias, Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas, Agrimensura, Agronomia e Letras.

Em seguida, iniciaram também os cursos de Odontologia e Medicina, como já era previsto no artigo 1º do Estatuto de criação. Nesse contexto, em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária mudou de nome, passando a chamar-se Universidade de Manaós. Após a sua desintegração em cursos isolados em 1926, foi refundada em 12 de junho de 1962, por força da Lei Federal 4.069-A, recebendo o nome de Universidade do Amazonas e constituída pela reintegração das instituições de ensino superior isoladas que atuavam no Estado. A partir da Lei Federal 10.468, de junho de 2002, a instituição passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Ressaltamos que este trabalho não pretende adentrar na divergência sobre qual seria a primeira universidade, mas apenas contextualizar essa origem, ou seja, os primeiros anos do século XX, relacionados a tal tema.

No Brasil, essa instituição se consolidou muito recentemente, a partir das primeiras décadas e mais fortemente na segunda metade do século XX, sob inspiração de modelos existentes na Europa e nos Estados Unidos. A esse respeito, Gonçalves (2015, p. 1233) explica que, na literatura do tema, a reiteração histórica revela uma articulação entre Ensino e Pesquisa. Com efeito, a Extensão começou a surgir como uma forma de estender o conhecimento para a sociedade, ou seja, ela foi compreendida no Brasil, oficialmente e por décadas, como um caminho de difusão (divulgação de conhecimento ou de cultura ou prestação de serviço), de benefício à população carente (assistência) e ainda como voltada ao desenvolvimento na ditadura civil-militar.

Destaca-se que as universidades constituíram-se como lugar de produção do conhecimento, posteriormente agregando a função de formação de profissionais, com caminhos e tempos distintos, conforme o país, e trazem como marcas inerentes o reconhecimento de um dado tipo de conhecimento, o científico, e uma autonomia autocentrada que lhe permitiram estabelecer o que merece(ia) ser pesquisado e o tipo de diálogo ou monólogo em relação à sociedade, ou com quais setores ele é estabelecido (GONÇALVES, 2015, p.1232).

Consoante a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal (MOITA; ANDRADE, 2009, p 269). Isto significa que as instituições de ensino superior devem trabalhar esses três eixos de forma equivalente.

A universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque na sociedade, seja ao ensino, seja à pesquisa, como também à extensão. Se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, essa responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se

associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida, quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA; ANDRADE, 2009, p 269).

Sendo a universidade pública um espaço para produção, disseminação e acúmulo de conhecimentos, ela deve estar fundamentada nos três pilares para a construção desse conhecimento: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em se tratando de atividades relacionadas ao ensino na UFAM, destaca-se a oferta atual de 112 cursos presenciais, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, como também por meio do Ensino à Distância, com formação em diversas áreas, totalizando mais de vinte mil alunos matriculados.

Em suma, é oferecido aos alunos dos cursos de graduação a oportunidade de concorrerem a bolsas ofertadas pelos seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica, Programa de Monitoria, Programa de Mobilidade Estudantil (PROMES), Programa Interinstitucional e Intercampi de Mobilidade Estudantil (PRIIMES).

Ao que se refere à atividade de Extensão na UFAM:

Extensão é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Essa ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado²³.

Em seu Estatuto, no Capítulo III, Art.52, a Universidade Federal do Amazonas confirma que “A extensão terá por objetivo desenvolver um processo educativo, cultural e científico, em articulação e com a participação da comunidade externa, para assegurar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade.” Nesse sentido, almejando aproximar universidade e sociedade através de ações extensionistas, a UFAM conta com sete modalidades, sendo elas: Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE), Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), Ligas Acadêmicas (LACAD), Projetos de Autossustentação Financeira (AS), Fluxo Contínuo Custo Restrito (CR), Programa de Extensão Institucionalizado.

Segundo *Catálogo das Ações de Extensão UFAM/2018*, foi realizado naquele ano 811 projetos, sendo 100 Pibex, 471 Pace, 35 Custo restrito, 27 Autossustentáveis, 22 Lacard e 114 Parec. Alcançou-se em torno

de 1.200 docentes, com forte concentração nas modalidades Pace e Pibex. O envolvimento dos discentes é um caso à parte, tamanho o impacto da extensão no processo de formação para a cidadania. Segundo os dados já consolidados para 2018, a presença deles nas ações de extensão alcançou o patamar de 6.912.

Quanto à pesquisa, segundo dados da Pró-reitora de Pesquisa da UFAM, possui-se um número de 5 residências, 11 especializações, 36 mestrados e 16 doutorados. Conforme relatório PROPESP/UFAM 2020, conta-se com 460 projetos em execução, coordenados por professores; 276 grupos de pesquisa certificados juntos ao CNPq; 357 laboratórios de pesquisas, sendo 157 multiusuários; e 2.139 alunos de graduação realizaram iniciação científica.

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, consoante observado nos dispositivos constitucionais, constituem-se em princípios indissociáveis, no âmbito das universidades brasileiras. Em se tratando da UFAM, observa-se que tais ações são executadas harmoniosamente, respeitando a legislação. No tópico seguinte serão apresentados os dados de pesquisas e extensão executadas entre os anos de 2009 e 2019 do curso de Arquivologia.

PANORAMA DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NOS 10 ANOS

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama das realizações de ações de extensão e pesquisa, coordenados pelos professores do curso de Arquivologia ao longo dos primeiros 10 anos, observando assim o crescimento quantitativo da atuação do corpo docente; isto é, mostrando, de certa forma, o amadurecimento das práticas universitárias para além da sala de aula.

Cabe aqui ressaltar alguns pontos antes de iniciar a exposição dos dados. Primeiro, o corpo docente do curso de Arquivologia da UFAM ainda está em processo de consolidação, onde a principal característica observada ao longo desses 10 anos foi o desligamento de 7 professores concursados.

Ao longo dos seus primeiros 10 anos, já passaram pelo curso 13 professores. Atualmente, o curso possui 6, o quantitativo máximo até então. Tal situação acaba por influenciar as práticas de extensão e pesquisa, tendo em vista que se torna necessário a consolidação do tempo na instituição do corpo docente.

O segundo ponto é acerca do levantamento dos dados aqui apresentados. Foram utilizados os dados levantados em 2017, pela então coordenação do curso acerca dos projetos realizados entre 2009 e 2017 e complementado com um novo levantamento realizado no início de 2020, isto com informações referentes aos anos de 2018 e 2019, fechando assim os primeiros 10 anos do curso. Nesse movimento, levou-se em consideração

apenas os professores que estavam ativos no recorte temporal dos dois anos e foi utilizado o currículo Lattes para coleta dos dados²⁴.

Quanto ao terceiro ponto, cada uma das modalidades, tanto de projetos de extensão quanto de pesquisa, possui suas especificidades próprias, principalmente acerca do tempo de execução de cada um, como recurso metodológico. Com efeito, os projetos foram computados, levando em conta a abertura de um processo para sua proposição e o ano de início de execução²⁵. Tal metodologia remete a dois casos em especial, os projetos de PACE, onde podem ocorrer casos de dois com o mesmo nome em um mesmo ano, ou seja, isto se dá ao fato de que foram propostos dois projetos com mesmo nome para serem executados, em semestres diferentes. Outro caso são os projetos de pesquisa institucionalizados, pois oficialmente só podem ter duração de até 2 anos, mas que, para análise aqui, será computado somente no ano de início de execução.

²⁴O levantamento foi realizado no dia 15/05/2020. Todos os 6 currículos *Lattes* analisados foram atualizados entre 25/11/2019 e 14/05/2020.

²⁵Cada modalidade de projeto possui seu tempo de execução diferente, por isso que os dados acima tabulados levam em consideração o ano de início do mesmo, e não tempo de execução; afinal, tal informação pode variar. Nos projetos de extensão: o PACE tem duração de 6 meses; o Pibex, duração de 1 ano; e o Parec, por ser evento, não possui especificação de tempo, podendo ser de 1 dia, ou um projeto com várias atividades ao longo do ano. Nos projetos de pesquisas: os institucionalizados, de até 2 anos, podendo ser renovado; o Pibic, duração de 1 ano; e os “não identificados” não possuem regras definidas, depende de cada tipo e características.

Como podemos observar da Tabela 1, ao longo dos primeiros 10 anos do curso, os professores vinculados ao colegiado de Arquivologia participaram como coordenador ou vice coordenador de 58 projetos, sendo, 43 de extensão e 15 de pesquisa. Identificando assim o caráter mais extensionista do corpo docente nesse período.

Tabela 1. Quantidade de projetos de extensão e pesquisa iniciados, por categoria e modalidade, entre 2009 e 2019

Categoria	Modalidade	Total
Extensão	<u>Pace</u>	34
	<u>Parec</u>	5
	<u>Pibex</u>	4
Subtotal extensão		43
Pesquisa	Institucionalizado	2
	Pibic	7
	Não identificado	6
Subtotal pesquisa		15
Total		58

Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.

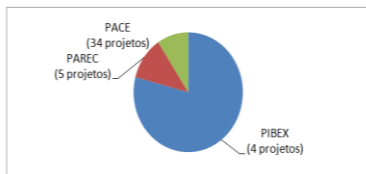
Outra observação, agora através dos Gráficos 1 e 2, é que, enquanto na categoria projetos de extensão, observa-se a maioria de projetos do PACE, cuja característica é a maior participação da comunidade discente no projeto, de um lado. De outro, uma menor ação de PIBEX, cuja característica é ser um projeto vinculado a apenas um único discente, na categoria projetos de pesquisa. Observa-se também justamente o inverso, uma maior quantidade de PIBIC, nesse cenário, porque possui a mesma característica restrita de

quantidade de participantes do PIBEX. Mesmo levando em conta que os projetos de pesquisa “não identificados”, sejam coletivos, igual aos projetos da modalidade “institucionalizados”, mesmo assim, ocorreria um empate, resultado muito diferente da análise da categoria dos projetos de extensão.

Tal análise pode ser entendida levando em conta dois fatores, primeiro, tratar-se de uma influência da própria característica extensionista do corpo docente, que acabam divulgando muito mais os projetos de extensão, em detrimento dos projetos de pesquisa, o que nos leva ao segundo fator: a alta quantidade de projetos PIBIC, algo que remete ao interesse de alunos em fazer uma pesquisa específica e, nesse caso, procurando o professor para orientação.

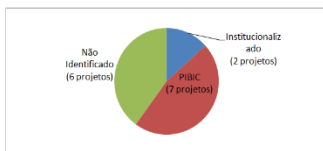
No Gráfico 2 é possível observar a dinâmica ao longo dos 10 anos da participação nos projetos de extensão e Pesquisa, tanto no somatório das duas categorias, quanto individualmente. É possível ratificar, como já foi mencionado, a maior quantidade de projetos de extensão (linha laranja) em comparação aos projetos de pesquisa (linha azul).

Gráfico 1. Modalidade dos projetos de extensão entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.

Gráfico 2. Modalidade dos projetos de pesquisa entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.

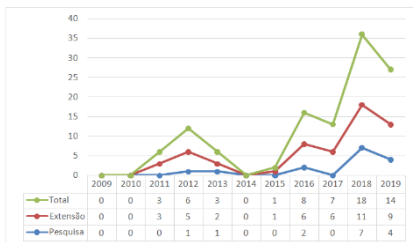
Alguns outros pontos devem ser chamados a atenção também. Primeiro, a não existência de projetos de pesquisa nos 2 primeiros anos do curso. Nesse sentido, tal dado se justifica pelo fato de que, quando o curso teve

início em 2009, não existia qualquer professor da área de Arquivologia²⁶. Assim como a diminuição vertiginosa, levando a não proposição de nenhuma pesquisa em 2014, ano em que se coincidiu com a licença para mestrado das duas únicas professoras da área de Arquivologia, a época, e a chegada dos 3 novos concursados, o que justifica a retomada em 2015 da realização de projetos.

Outro ponto a ser chamado atenção é a linha de tendência linear, representada no gráfico 3, mostrando uma clara tendência de crescimento na realização de projetos de extensão e pesquisa dentro dos 10 anos. Observa-se também o pico de crescimento entre os anos de 2017 e 2018, passando, respectivamente, de 7 para 18 projetos ao todo, um aumento de quase 150%. Cabendo ressaltar, que nesse período, o curso, que tinha 6 docentes concursados e efetivos, sofreu novamente com a redução, em 2017, com a licença parcial de uma docente em decorrência de cargo administrativo na direção da Unidade, e a licença total para formação e qualificação de um outro docente, assim como, no início de 2018, com a saída de uma professora que pediu exoneração do cargo, restando assim, 3 docentes, com carga horária integral destinada ao curso.

²⁶Tendo o primeiro professor da área chamado no concurso de 2010, mas o docente não ficou nem por 1 ano. Acontecendo os concursos seguintes em 2011.

Gráfico 3: Distribuição dos projetos de extensão e pesquisa, por ano, entre 2009 e 2019

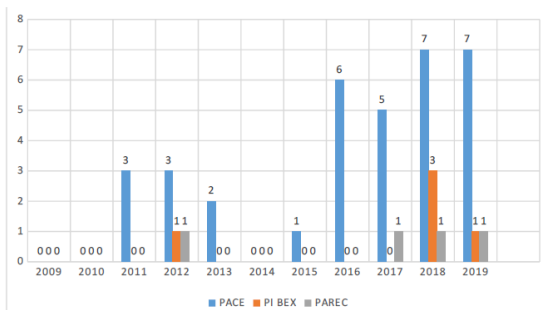


Fonte - Produção dos autores. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.

Nos dois gráficos a seguir, podemos observar a distribuição dos projetos de extensão e pesquisa ao longo dos anos.

Primeiro, o Gráfico 4, dos projetos de extensão, ratifica as informações anteriormente já apresentadas, só que agora, vista detalhadamente. Primeiro, a grande maioria de projetos de PACE, observado tal fato ao longo de todos os anos, com aumento nos quatro últimos, assim como a existência ainda inconstante dos projetos nas modalidades PAREC e PIBEX, inclusive, acerca dessa última modalidade, com um crescimento acentuado no ano de 2018, mas retorno ao padrão em 2019.

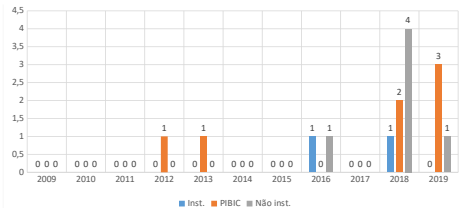
Gráfico 4: Modalidade projetos de pesquisa, por ano, entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.

Outro dado importante é acerca da quantidade de PAREC, que são projetos de extensão exclusivamente na perspectiva de eventos, o Gráfico apresenta um crescimento da realização deles nos últimos anos. Cabe ressaltar que os eventos acadêmicos podem ser realizados independentemente de se propor um projeto de PAREC, por outro lado, esse aumento mostra o interesse dos professores em oficializar tal evento na Universidade, possivelmente devido ao tamanho dos eventos. Fato é que, desde 2017, observa-se a realização de pelo menos 1 PAREC por ano.

Gráfico 5: Modalidade dos projetos de pesquisa entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do lattes coletados no dia 19/05/2020.

No Gráfico 5, é possível observar uma dinâmica interessante, para além do que já foi apresentado, da menor quantidade de projetos, se comparados aos de extensão. Fato é que é nítido o crescimento nos dois últimos anos os projetos de pesquisa, mostrando assim o maior interesse pela produção de pesquisa na área, por parte dos professores, possivelmente provocado pelo amadurecimento e consolidação do corpo docente do curso, como, por exemplo, a partir de 2016 até 2019, em que o quadro docente tinha somente 1 mestre, e passou a ter 4 mestres e 1 de licença fazendo mestrado. Além disso, em 2019, teve o primeiro professor concursado com doutorado, além de outro que iniciou o doutoramento.

Outro ponto a ser ressaltado são as negociações para o Programa de Doutorado Institucional em Ciência da Informação, com previsão de início nos

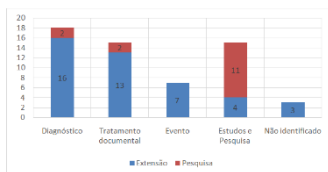
próximos anos, que poderá contribuir para a capacitação de professores do curso em um futuro próximo.

Para além do pensar na quantidade de projetos ao longo dos primeiros 10 anos do curso, vale a pena também refletirmos sobre as características, temáticas e os locais envolvidos nos respectivos projetos.

No Gráfico 6 podemos observar as características e temáticas que envolvem as duas categorias de projetos, extensão e pesquisa. Cabe chamar atenção que a grande maioria dos projetos de extensão trabalham com diagnósticos, ou seja, 16 casos; seguido do tratamento do acervo documental em si, 13. Ressalta-se ainda que a maioria dos projetos de pesquisa são de fato de estudos e pesquisas sobre procedimentos e conceitos.

Convém esclarecer certo desentendimento acerca do que de fato são as práticas de extensão e pesquisa. Isto é, mesmo sendo um assunto que necessita de análise mais profunda no futuro, observou-se que há dois casos de projetos de pesquisa que são ações de diagnóstico, o que em definição deveria ser de extensão, de um lado. Por outro, há 4 projetos com estudo de pesquisa científica na categoria extensão e, por definição, deveriam ser projetos de pesquisa.

Gráfico 6: Características dos projetos de extensão e pesquisa entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores²⁷. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019)

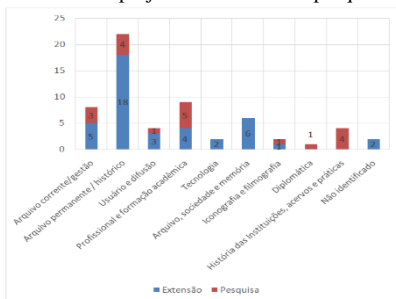
Por fim, retomando a fala sobre a oficialização dos eventos como projetos de extensão, na modalidade PAREC, o Gráfico 6, mostra uma outra informação: 7 projetos de extensão foram categorizados como “Eventos”, mas lembramos que foram identificados apenas 4 projetos na modalidade PAREC, ou seja, 3 projetos têm características de eventos, e não foram oficializados na modalidade mais próxima como eventos, mas possivelmente foram registrados como PACE.

No Gráfico 7, pode-se observar os projetos por temática. Dentre os projetos de extensão, a grande maioria trata de acervos em arquivos

²⁷Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020. *1 (um) mesmo projeto que teve ação ao longo dos 3 anos (2016, 2017 e 2019) mas que foi contado na coluna “total” somente 1 (uma) única vez.

permanentes/histórico, isto é: 18; seguidos das temáticas de arquivos, sociedade e memória, arquivos correntes/gestão, respectivamente, 6 e 5.

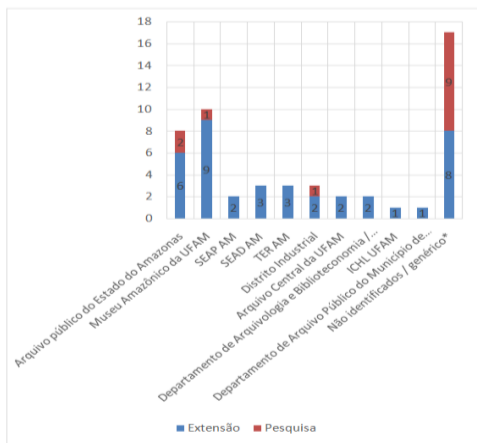
Gráfico 7: Temáticas dos projetos de extensão e pesquisa entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores²⁸. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019).

²⁸Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020.*Alguns projetos se enquadraram em mais de uma categoria, nesses casos foram marcados em mais de uma categoria.

Gráfico 8: Locais de atuação nos projetos de extensão e pesquisa entre 2009 e 2019



Fonte - Produção dos autores²⁹. Fonte: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo Lattes dos professores (entre 2018 e 2019).

²⁹Dados do Lattes coletados no dia 19/05/2020. *Alguns projetos se enquadram em mais de uma categoria, nesses casos foram marcados em mais de uma categoria. **Ao todo não foram identificados os locais em 17 projetos, pois pelo título dos mesmos não identificava ou era vago, fazendo referência, por exemplo, as escolas, bairro, cursos de graduação em geral e ou pesquisas conceituais etc.

Dentro dos projetos de pesquisa, observa-se um maior equilíbrio entre as temáticas, ficando 5 projetos envolvidos em temáticas sobre profissionais e formação, seguidos de História das instituições e acervos e dos Arquivos permanentes/históricos, ou seja: 4 cada. Depois, a temática de Arquivos correntes/gestão, isto é: 3.

O Gráfico 8 mostra os lugares onde os projetos atuaram. No caso dos projetos de pesquisa, na maioria não foi possível a identificação dos locais, conseguindo-se apenas 3 identificações, sendo 2 no Arquivo público do Estado do Amazonas e 1 no Museu Amazônico da FAM. Em relação aos projetos de extensão, mesmo com 8 não identificados ou genéricos, o inverso foi bem maior. A maioria dos projetos se concentraram também no Arquivo Público do Estado do Amazonas e no Museu Amazônico da UFAM, isto é, respectivamente, 6 e 9 projetos, seguidos dos outros ambientes, com média de 2 projetos cada.

Ainda no Gráfico 8, dos 10 locais identificados, metade são órgãos federais, seguida de 3 órgãos públicos estaduais, 1 em órgão público municipal, e 1 dentro do Distrito Industrial. Alguns pontos são importantes a considerar desse cenário: primeiro, o fato dos projetos se direcionarem de forma expressiva para a própria Universidade, mostrando assim o empenho do curso, através de ações da comunidade, em melhorar a própria instituição. Em segundo lugar, chama a atenção, como uma crítica construtiva, a pouca aproximação do curso de Arquivologia com o Distrito Industrial de Manaus, tendo em vista ser um importante nicho para o profissional arquivista, para os

alunos realizarem seus estágios, e para parcerias entre as indústrias e o curso, assim como acontece com outros cursos da UFAM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Arquivologia, em seus primeiros 10 anos, passou por diversos momentos de ampliação e desenvolvimento. No Ensino iniciou sua trajetória sem professores específicos da Arquivologia, mas ao longo dos anos foi contemplado com diversos profissionais e hoje encontra-se com seis docentes efetivos que vêm atuando tanto em Ensino quanto em pesquisa, extensão e assuntos administrativos.

O curso, que tem sua existência provocada por pesquisa científica desenvolvida no curso de Biblioteconomia, apresenta em forma de dados que está caminhando em passo lento, mas gradual em seu processo de estruturação nas ações extensionistas e nas pesquisas científicas. Tendo em seus primeiros anos foco em ações de extensão, o que é, até o momento, uma das principais atividades coordenadas pelos professores. Além disso, registra-se que nos últimos 4 anos a pesquisa científica vem ganhando seu espaço.

O aumento significativo tanto da extensão, quanto da pesquisa científica, demonstra não somente um amadurecimento acadêmico do corpo docente, como também o crescente interesse dos discentes do curso em fazer parte dessas ações. A cada ano aumenta o número de alunos interessados em algumas atividades de extensão e pesquisa o que estimula o interesse dos professores em novas ações e novos debates.

Apesar desse salto quantitativo e de qualidade, inúmeras atividades aqui contabilizadas foram publicadas em revistas e apresentadas em eventos nacionais e internacionais. Percebe-se que o curso de Arquivologia está caminhando bem, mas tem muito a melhorar. Esse cenário possibilitou uma ampliação dos temas nas ações de extensão e pesquisa científica. Até o momento observa-se que as temáticas ainda não contemplam todas as demandas teóricas e práticas da Arquivologia.

Evidentemente que o número de professores efetivos ainda é pouco para essa expansão, mas existem questões que podem ser dialogadas em curto espaço de tempo, como, por exemplo, um Programa de extensão e um Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq, esse último voltado para diálogos arquivísticos. Essas ações podem não ser o definidor de crescimento de qualidade para o curso de Arquivologia na UFAM, mas poderá contribuir e muito para números quantitativos e qualitativos para o futuro.

REFERÊNCIAS

- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. In. Educar. Curitiba, Editora UFPR n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em 25 fev. 2021.

MARTINS, Eduardo Cardoso. **UFAM: 100 anos de avanços e entraves.** Disponível em

<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/263/217.pdf>.

Acesso em 25 fev. 2021.

MOITA, Filomena M. G. S. C.; ANDRADE. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 41 maio/ago. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>. Acesso em 25 fev. 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019/ Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2019. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1vNNhBV2iVYpWVUL-ddMVtBNeW4-nbS2/view>. Acesso em 25 fev. 2021.

ANEXO I – Projetos de Extensão e Pesquisa realizados por professores vinculados ao curso de Arquivologia entre 2009 e 2010

Projetos de Extensão			
Ano*	Modal	Título	Profs. Responsáveis
2011.1	Pace	Diagnóstico da situação arquivística do acervo custodiado no Arquivo Público do Estado do Amazonas	Augusto C. L. Britto Marcieli B. de Souza
2011.1	Pace	Escola, Museu e Memória	Regina Vasconcellos Gleice C.N Rodrigues
2011.2	Pace	Diagnóstico da situação arquivística do acervo custodiado pelo Departamento de Arquivo Público Municipal – DAPM	Marcieli B. de Souza Augusto C. L. Britto
2012	Parec	II Simpósio de Arquivologia da Região Norte	Fernanda B. Trovatti Bruno Trece
2012/ 2013	Pibex	Cultura, memória e cidade. Tratamento do acervo imagético do Projeto Palafitas	Fernanda Trovatti Mirna F. Pereira
2012.1	Pace	Resgate da memória municipal mediante a Transcrição Paleográfica	Augusto C. L. Britto Marcieli B. de Souza
2012.1	Pace	Revisitando a história dos Cursos de Graduação do ICHL mediante estudos nos documentos do Arquivo do ICHL.	Carla M. da S. Silva Fernanda Trovatti
2012.1	Pace	O resgate da Memória Institucional do Museu Amazônico através do tratamento do Fundo Documental Administrativo.	Fernanda Trovatti Carla M. da S. Silva
2013.1	Pace	Descrição Documental das Atas do Departamento de Arquivologia e Biblioteconomia	Marcieli B. de Souza
2013.1	Pace	Transcrição paleográfica das correspondências do fundo documental “Empresa J.G. Araújo”	Marcieli B. de Souza
2015.2	Pace	Descrição do acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral – TRE: Comarca de Borba e Comarca de Humaitá	Rodolfo A de Azevedo Marcelo K.de Siqueira
2016.1	Pace	Descrição do acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral – TRE: Comarca de Borba e Comarca de Humaitá	Rodolfo A.de Azevedo

2016.1	Pace	Diagnóstico da situação arquivística do acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas	Marcelo K.de Siqueira Eliane S. Gonçalves Leandro C. de Aguiar
2016.2	Pace	Oficina de digitalização de negativos fotográficos que retratam o cotidiano da comunidade do Bairro Coroado	Carla M. da S. Silva Marcieli B. de Souza
2016.2	Pace	Diagnóstico do fluxo da documentação de caráter arquivístico da Secretaria do Estado da Administração Penitenciária	Eliane S. Gonçalves Rodolfo A. de Almeida
2016.2	Pace	Arquivo o quê? Divulgando o Curso de Arquivologia nas Escolas de Manaus	Rodolfo A. de Azevedo Eliane S. Gonçalves
2016.2	Pace	Diagnóstico da série documental - Mensagens do governador e relatórios dos secretários do governo do estado à câmara legislativa	Leandro C. de Aguiar Marcelo K. de Siqueira
2017.1	Pace	Oficina de digitalização de negativos fotográficos que retratam o cotidiano da comunidade do Bairro Coroado	Carla M. da S. Silva Marcieli B. de Souza
2017.1	Pace	Diagnóstico do fluxo da documentação de caráter arquivístico da Secretaria do Estado da Administração Penitenciária	Eliane S. Gonçalves Rodolfo A. de Almeida
2017	Pace	Diagnóstico dos Arquivos da Secretaria de Estado de Administração e Gestão do Amazonas – SEAD	Rodolfo de Azevedo Eliane S. Gonçalves
2017.1	Pace	Diagnóstico da série documental - Mensagens do governador e relatórios dos secretários do governo do estado à câmara legislativa	Leandro C. de Aguiar Marcelo K. de Siqueira
2017.1	Pace	Organização do acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado do Amazonas	Marcelo K.de Siqueira Leandro C. de Aguiar
2017/ 2019	Parec	Diálogos com a Arquivologia	Leandro C. de Aguiar
2018.1	Pace	Diagnóstico da série documental - Mensagens do governador e relatórios dos secretários do governo do estado à câmara legislativa	Leandro C. de Aguiar Marcelo K.de Siqueira
2018.2	Pace	Diagnóstico da série documental - Mensagens do governador e relatórios dos secretários do governo do estado à câmara legislativa	Leandro C. de Aguiar Marcelo K.de Siqueira
2018/ 2019	Pibex	Diagnóstico do acervo documental histórico sob guarda da Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica (DPDH) do Museu Amazônico	Leandro C. de Aguiar
2018.1	Pace	Elaboração do sistema de estudo do usuário do Museu Amazônico	Cleiton Mota Duarte Leandro C. de Aguiar
2018.2	Pace	Elaboração do sistema de estudo do usuário do Museu Amazônico	Cleiton Mota Duarte Leandro C. de Aguiar
2018/ 2019	Pibex	Elaboração do sistema de estudo do usuário do Museu Amazônico	Cleiton Mota Duarte Leandro C. de Aguiar
2018.1	Pace	Os profissionais da Informação em novos espaços de atuação: Aproximações entre Universidade e Indústria	Danielly Inomata Leandro C. de Aguiar
2018/ 2019	Pibex	Os profissionais da Informação em novos espaços de atuação: Aproximações entre Universidade e Indústria	Danielly Inomata Leandro C. de Aguiar
2018	Parec	III Simpósio de Arquivologia da Região Norte: Perspectivas atuais e futuras da Arquivologia	Leandro C. de Aguiar
2018.1	Pace	POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS: ações de gestão e preservação documental no sistema de arquivos e documentos do Estado do Amazonas – SAGED	Rodolfo de Azevedo Eliane S. Gonçalves
2018.2	Pace	POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS: ações de gestão e	Rodolfo de Azevedo

		preservação documental no sistema de arquivos e documentos do Estado do Amazonas – SAGED	Eliane S. Gonçalves
2019.1	Pace	Diagnóstico do acervo documental histórico do Museu Amazônico	Leandro C. de Aguiar
2019.1	Pace	Os profissionais da Informação em novos espaços de atuação: Aproximações entre Universidade e Indústria	Danielly Inomata Leandro C. de Aguiar
2019.2	Pace	Diagnóstico do acervo documental histórico do Museu Amazônico	Leandro C. de Aguiar
2019/2020	Pibex	Diagnóstico do acervo documental histórico do Museu Amazônico	Leandro C. de Aguiar
2019	Parec	10 anos do curso de Arquivologia	Leandro C. de Aguiar
2019.1	Pace	Diagnóstico arquivístico do Arquivo central da UFAM	Rodolfo de Azevedo
2019.2	Pace	Diagnóstico arquivístico do Arquivo central da UFAM	Rodolfo de Azevedo
2019.2	Pace	Vem pra Relações Públicas	Luiz A. S. da Silva
2019.2	Pace	Cine & Vídeo Tarumã	Luiz A. S. da Silva
Projetos de Pesquisa			
Ano**	Modal	Título	Profes.responsáveis
2012/2013	Pibic	A representação da imagem do profissional arquivista na filmografia	Amanda Bessa Marcieli B. de Souza Carla M. da S. Silva
2013/2014	Pibic	Perfil dos Acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas	Amanda Bessa Marcieli B. de Souza
2016/2018	Institucional	Patrimônio Documental no Amazonas: História das instituições, acervos e práticas de arquivo	Leandro C. de Aguiar
2016	Outros	O uso do termo Políticas Públicas no campo teórico da Arquivologia	Eliane S. Gonçalves
2018/2021	Institucional	Patrimônio Documental no Amazonas: História das instituições, acervos e práticas de arquivo	Leandro C. de Aguiar
2018/2019	Pibic	As Mensagens dos Governadores à Assembleia legislativa do Amazonas: leitura e descrição para criação de um instrumento de pesquisa	Leandro C. de Aguiar
2018/2019	Pibic	Levantamento bibliográfico: estudo da arte acerca da concepção de patrimônio documental e história das instituições, acervos e práticas de arquivo no Amazonas	Leandro C. de Aguiar
2018	Outros	Reflexão sobre o ensino de Gestão de Documentos nos Cursos de nível superior em Arquivologia no Brasil	Eliane S. Gonçalves
2018	Outros	Reflexão das abordagens teóricas sobre Gestão de Documentos nos cursos universitários de Arquivologia no Brasil	Eliane S. Gonçalves
2018	Outros	Ensino da disciplina de diplomática nos cursos de arquivologia no Brasil	Carla. M. da S. Silva
2018	Outros	Difusão virtual do ensino de graduação em Arquivologia no Brasil	Carla. M. da S. Silva
2019/2020	Pibic	As Mensagens dos Governadores à Assembleia legislativa do Amazonas: leitura e descrição para criação de um instrumento de pesquisa	Leandro C. de Aguiar
2019/2020	Pibic	Levantamento bibliográfico: estudo da arte acerca da concepção de patrimônio documental e história das instituições, acervos e práticas de arquivo no Amazonas	Leandro C. de Aguiar

2019/ 2020	Pibic	Diagnóstico do acervo documental histórico do Museu Amazônico	Leandro C. de Aguiar
2019/ 2020	Outro	Centro de Documentação da Língua Indígena na região do Amazonas	Leandro C. de Aguiar

Fonte: Produção do autor. In: Relatório da Coordenação do curso de Arquivologia (entre 2009 e 2017) e Currículo lattes dos professores (entre 2018 e 2019). Dados do lattes coletados no dia 19/05/2020.

*2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 não tiveram projetos de pesquisa iniciados por professores do Curso de Arquivologia.

**2009, 2010 e 2014 não tiveram projetos de extensão iniciados por professores do Curso de Arquivologia.

*** Cada modalidade de projeto possui seu tempo de execução diferente, por isso que os dados acima tabulados levam em consideração o ano de início do mesmo e não tempo de execução, pois tal informação pode variar. Nos projetos de extensão: o PACE tem duração de 6 meses; o Pibex, duração de 1 ano; e o Parec, por ser evento, não possui especificação de tempo, podendo ser de 1 dia, ou um projeto com várias atividades ao longo do ano. Nos projetos de pesquisas: os institucionalizados, de até 2 anos, podendo ser renovado; o Pibic, duração de 1 ano; e os "outros" não possuem regras definidas, depende de cada tipo e características. ***

CAPÍTULO 4

PERCEPÇÕES SOBRE OS ARQUIVISTAS FORMADOS EM 10 ANOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA/UFAM

Eliane Silveira Gonçalves

INTRODUÇÃO

A Arquivologia foi institucionalizada enquanto ensino universitário em meados dos anos de 1970, tendo seus primeiros formandos registrados pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 1977. Um ano depois foi aprovada a Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978, na qual dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.

Em todo esse período, diversas mudanças ocorreram na área, como, por exemplo, o aumento do número de cursos universitários e profissionais formados no Brasil, bem como a própria teoria arquivística. Anteriormente, a maior preocupação do arquivista era manter os documentos em um local seguro. A partir do avanço das tecnologias, o arquivista precisou se reinventar, expandindo seu conhecimento em parceria com diversas áreas.

Atualmente esse profissional não pode ser visto apenas como o guardador de papel, é preciso muito mais do que entender apenas de técnicas de organização e arquivamento. Isto é, o fazer arquivístico vai muito além do tratamento técnico da documentação (conservação, preservação e restauração), está diretamente ligado à garantia de direitos aos cidadãos, tendo um papel social fundamental por meio de políticas públicas arquivísticas.

Esta pesquisa se faz relevante, porque irá observar tanto essas transformações que influenciam na demanda do profissional arquivista, quanto as práticas dos arquivistas por cada estado brasileiro. Sendo o Brasil um país de expansão quase que continental, é de se esperar que haja diferentes preocupações e obstáculos no exercer da profissão. É de se pensar quais são os estados em que o curso de Arquivologia esteja presente a mais de 30 anos e tenha uma cultura arquivística diferenciada em diversos estados, sobretudo quando a temática esteja presente há apenas 10 anos. Partindo do ponto citado acima, a presente pesquisa tende a apresentar observações realizadas, via questionário aplicado aos arquivistas formados no curso Arquivologia.

O curso de Arquivologia no estado do Amazonas foi criado em 2009, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), inserido no mercado de trabalho quando seus primeiros profissionais se estabeleceram há apenas sete anos. Ressalta-se que a cultura arquivística estava pouco presente no Estado do Amazonas; logo, pouco se sabia sobre o papel do arquivista na região.

Para a execução dessa pesquisa, foi aplicado um questionário de perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de traçar o perfil dos arquivistas formados no curso de Arquivologia da UFAM, até o ano de 2019, como também apresentar observações desses profissionais, através de coleta dados, ainda mais sobre sua atuação como profissionais, bem como dados sobre suas perspectivas para o futuro.

O questionário aplicado via e-mail continha 30 perguntas abertas e fechadas, distribuídas em seis grupos, com os seguintes temas: Perfil, Graduação, Atuação Profissional no campo Arquivístico, Conhecimento Arquivístico, Mercado de Trabalho, Eventos Científicos e Pós-graduação: O instrumento foi enviado ao universo de 104 arquivistas que se formaram pelo curso de Arquivologia da UFAM, entre os anos de 2012 a 2019. Após 2 meses de envios e reenvio, houve um retorno de 68 questionários.

ARQUIVISTAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO E AS AÇÕES PROFISSIONAIS

O arquivista é um profissional formado pelo curso universitário de Arquivologia, como consta a Lei nº 6.546/1978, que regulariza a profissão no Brasil. O arquivista formado no Brasil está preparado para atuar em qualquer organização, seja pública ou privada, independentemente do tipo de suporte que consta a informação. São profissionais que devem estar à frente do que se trata em acesso à informação. Isto é, não é possível “ficar absolutamente passivo diante do atual contexto mercadológico que se apresenta, pois além de garantir o acesso aos arquivos, também deve este profissional garantir a preservação dos dados e articular informações para o conhecimento empresarial” (ALDABALDE, 2012, p. 200).

Seguindo o que consta no Parecer N° 492/2001³⁰, do Conselho Nacional de Educação, o arquivista deverá ter o domínio do seu saber e fazer arquivístico, e assim estar preparados para atender o mercado de trabalho e as necessidades da sociedade por informação.

No sentido de garantir que o arquivista adquira proficiência e criatividade para enfrentar as dificuldades no seu dia a dia e se tornar um profissional mais atento aos novos requerimentos da sociedade, o Parecer n° 492/2001 pontua algumas competências e habilidades gerais presente nas diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia, como, por exemplo, identificar fronteiras de conhecimento da área, bem como colaborar com a construção e geração de produtos que possam auxiliar e divulgar a área, como também contribuir nas demandas políticas, tanto do fazer técnico quanto do legislativo, além de participar na execução de ações de avanços de novas tecnologias, ou ainda, auxiliar no processo de produção de informação; enfim, contribuir na construção do conhecimento, seja no universo individual e/ou coletivo.

Partindo desse pensamento, o “profissional arquivista deve reunir competências Técnico-científicas, Comunicacionais e Expressivas, Gerenciais e Sociais e Políticas. Quanto às habilidades, ser proativo, criativo, crítico, ter

³⁰Parecer CNE/CES n° 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001, a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

liderança, ética, rigor, postura investigativa e espírito empreendedor” (ALMEIDA; DUARTE, 2017, p. 84).

Em uma época na qual tanto a produção de informação quanto a busca por ela são constantes, o arquivista precisa ir além e aceitar que também está inserido no papel de disseminador da informação. Para isso, é necessário mais do que o conhecimento adquirido em sala de aula, e sim de todas as experiências que a universidade pode proporcionar, ainda mais por meio de estágios, pesquisas, projetos de extensão, eventos científicos e afins. Esse entendimento se deve ao fato de que, atualmente, o arquivista deve ser visto como um:

profissional contemporâneo, pós-moderno, deve afastar-se da identificação de guardião passivo de uma herança herdada para celebrar o seu papel de agente ativo na construção da memória coletiva e reforça que a postura desse profissional não deve ser a de operar ferramentas teóricas e práticas, a partir do documento quando da chegada ao arquivo, e sim analisar o contexto por trás do texto (FURTADO; BELLUZZO, 2018, p. 331).

As novas demandas, tanto tecnológicas quanto legais, apontam para um arquivista com conteúdo que deveria lhe proporcionar um olhar mais moderno, longe de ser um guardião dos documentos. Assinalado por VENTURA, SILVA E VITORINO (2018, 36) como:

[...] profissional responsável pela organização, preservação e acesso da informação arquivística, perpassado por transformações dos novos meios de comunicabilidade (produção, representação, recuperação, disponibilização,

entre outros). O atendimento das demandas de um amplo e diversos grupo de usuários exige que este profissional rompa com determinados modelos de atuação, deixe de operar como custodiado de documentos, e passe a ter um comportamento proativo com relação ao acesso informacional. Nota-se então que o trabalho arquivístico se reveste de um interesse que ultrapassa o tradicional trabalho técnico de organização e conservação das fontes documentais.

Seguindo por esse entendimento, indagamos em saber: Como seria as observações dos arquivistas formados no penúltimo curso criado no Brasil, em 2009? Ademais, tendo como parâmetro o fato de que grande parte dos formandos estão no mercado recentemente, como estariam eles se sentido?

OBSERVAÇÕES DE ARQUIVISTAS FORMADOS PELA UFAM

O curso de Arquivologia da UFAM, sendo criado e administrado por Bibliotecários da própria universidade, possui peculiaridades - como já apresentada no capítulo 01. Após 10 anos de funcionamento, formou 104 arquivistas, sendo esse o universo desta pesquisa. Contudo, dos 104 apenas, 68 responderam o questionário, o que equivale a 65,39% dos formados até o ano de 2019, e é com base nesse percentual que a presente pesquisa se baseará. Portanto, não iremos trabalhar com a idéia de totalidade, e sim com observações de um número significativo de ex-alunos atuais profissionais da área da Arquivologia.

QUESTIONÁRIO E SUA APLICAÇÃO

Considerando o uso de ferramentas tecnológicas para adquirir informação como prática comum, e visando facilitar e agilizar o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado a plataforma *Google Forms*, na aplicação do questionário e análise dos dados.

O questionário desenvolvido foi encaminhado por e-mail para 104 arquivistas, no dia 18/12/2019. A ação de reenvio do formulário foi repetida em diferentes dias, entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. O último dia foi em 11/02/2020. Após o prazo citado, ele foi fechado para o recebimento de novas respostas. Com efeito, obteve-se o quantitativo de 68 respostas. Logo, o universo de análise desta pesquisa passou a ser o percentual de 65,39% de arquivistas do curso de Arquivologia, formados entre os anos de 2013 a 2019.

Na elaboração do questionário foi utilizado: literatura da área, Parecer 492/2001, Projeto Pedagógico de Curso aprovado em 2009³¹ e inúmeras legislações arquivísticas. Quanto às perguntas realizadas, as mesmas foram construídas e divididas em grupos temáticos, como, por exemplo: Perfil, Atuação Profissional no campo Arquivístico, Conhecimento Arquivístico, Mercado de Trabalho, Eventos Científicos e Pós-Graduação, totalizando 30 perguntas.

GRUPO A – PERFIL DOS ARQUIVISTAS

³¹A presente pesquisa foi iniciada antes da aprovação do atual Projeto Pedagógico do Curso, aprovado em dezembro de 2019.

Nessa temática foram construídas quatro perguntas, isto no sentido de entender quem são os arquivistas que se formaram na UFAM. Assim foi perguntando: gênero, ano em que o arquivista entrou no curso de Arquivologia, o ano de formatura e idade.

SOBRE A REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA ENTRE HOMENS E MULHERES

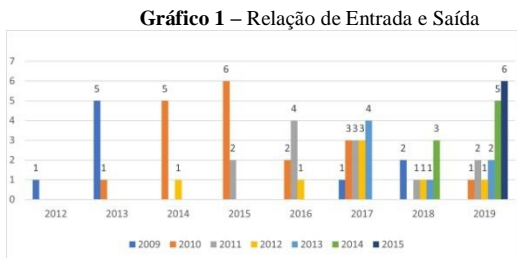
A partir dos 68 questionários respondidos, percebeu-se que 29% dos arquivistas formados são homens e 47 são mulheres. Esse quantitativo de mulheres formada faz-nos pensar em pesquisas sobre a atuação das mulheres nas universidades e a informação de que “Atualmente, no Brasil, as mulheres são maioria entre os estudantes da educação superior” (BARROS; MOURÃO, 2018, p. 4).

SOBRE A ENTRADA E SAÍDA DOS EX-ALUNOS NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA/UFAM

Ao observar os arquivistas que responderam o questionário, constatou-se que nove entraram na universidade, na primeira turma, isto em 2009; na universidade, na primeira turma, isto em 2009; por sua vez, 18 em 2010; 12 em 2011; 7 em 2012 e 2013. Em seguida, 8 em 2014; 6 em 2015. Um respondente não assinalou uma resposta.

Sobre a formatura desses profissionais temos: 1 formando em 2012, 6 em 2013 e em 2014, 8 em 2015, 7 em 2016, 14 em 2017, 8 em 2018, e 17 em

2019, e 1 arquivista não respondeu. Os dados acima estão representados no gráfico 1 a seguir:



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1 percebe-se que:

Em se tratando das formaturas, ocorreram variações consideradas como, por exemplo: entre os anos de 2012 e 2013 o número total de formandos foi de 7 arquivistas; 2014 e 2015 foram ao todo 14 novos profissionais. No período de 2016 e 2017, houve um aumento considerável de 21 arquivistas. Por fim, entre 2018 e 2019 tem-se um total de 25 profissionais, prontos para o mercado de trabalho.

Ressalta-se que, em relação ao ano de entrada e ao ano da formatura, temos 1 caso de duração de quase 10 anos no curso universitário. Essa situação poderia indicar pesquisa futura sobre dificuldade dos processos de finalização dos alunos em seus cursos universitários.

GRUPO B - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

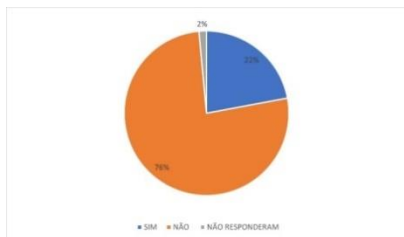
Nesta temática, as perguntas foram direcionadas para a elaboração do perfil da atuação dos profissionais respondentes. Assim foram feitas 5 perguntas: “Quanto à graduação, você possui outra além do curso de Arquivologia?”, “Em caso positivo da resposta acima, qual seria a outra graduação?”, “Com a conclusão da graduação em Arquivologia, você se considera preparado para o mercado de trabalho?”, “Você atua como arquivista?”

PROFISSIONAL ARQUIVISTA COM OUTRA GRADUAÇÃO

A partir da pergunta: “Quanto à graduação, você possui outra além do curso de Arquivologia?”, foi possível analisar se os arquivistas que responderam o questionário possuíam outra graduação.

No Gráfico 2, apresentado acima, percebe-se que 52 profissionais não possuem outra graduação. Enquanto 15 tem outra graduação em áreas como: História, Sistemas de Informação, Biblioteconomia, Administração, Economia, Antropologia, Ciências Sociais, Tecnologia em construção civil, Gestão de Órgãos Públicos, Letras e Direito. Lembramos que o objetivo aqui é traçar o perfil do profissional, e não será levado em consideração o fato de se ter outra graduação, ou seja, se contribui ou não na prática arquivística profissional.

Gráfico 2 – Arquivistas com outras graduações



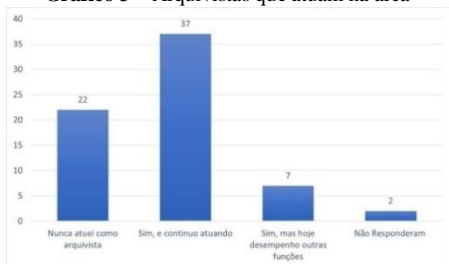
Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

ATUAR COMO ARQUIVISTA

A pergunta: “Você atua como arquivista?” foi elaborada com o intuito de saber se todos que se formaram no curso de Arquivologia atuam na área.

Assim, percebe-se que 37 arquivistas que responderam o questionário atuam no mercado, em contraponto a 22 que não atuam na área, exercendo outras atividades, como, por exemplo: Geoprocessamento de dados, Instrutor de Informática, Administrativo, Militares, Assistentes, Recepcionistas, Secretárias, Professores, Técnico de Enfermagem.

Gráfico 3 – Arquivistas que atuam na área



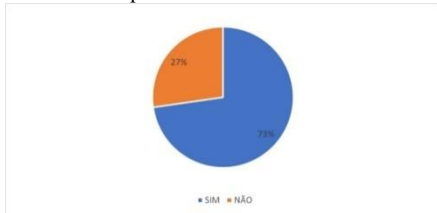
Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

SOBRE O FATO DE ESTAR PREPARADO PARA ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Com foco nos 44³² arquivistas que atuam no mercado de trabalho, foi proposto a seguinte pergunta: “Com a conclusão da graduação em Arquivologia, você se considera preparado para o mercado de trabalho?” Ela teve como motivação, perceber se os arquivistas formados até 2019 se sentiam preparados para atuar como profissional na área.

³²Para os questionamento sobre os profissionais que atuam no mercado de trabalho como arquivista será considerado a soma do quantitativo que respondeu “Sim, e continuo atuando”, e “Sim, mas hoje desempenho outras funções.” Totalizando assim 44 arquivistas no mercado de trabalho.

Gráfico 4 – Respeito no mercado de trabalho no Brasil



Fonte: Dados elaborados pela autora.

De acordo com o Gráfico 4, dos 44 arquivistas que atuam no mercado de trabalho, 32 se sentem preparados para atuar; no entanto, 12 não se sentem preparados. O questionário aplicado não possibilitou uma análise ampla sobre as dificuldades ou as facilidades encontradas. Logo, acredita-se que seja um tema interessante para discussões futuras.

GRUPO C - ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO ARQUIVÍSTICO

Neste grupo, as perguntas são direcionadas para os arquivistas que de fato estão atuando na área, ou seja, dos 44 arquivistas que responderam ao questionário.

As perguntas inseridas nos questionários foram: “Qual o local onde atua?”, “Qual a renda salarial?”, “Qual a denominação do cargo ocupado por

“você atualmente?”, “Na instituição em que você atua, desempenha função de chefia de setor/departamento/divisão?”, “Você tem apoio da administração superior para que suas ações do campo arquivístico se tornem efetivas e/ou para adquirir materiais e equipamentos, quando necessário?”, “A sua opinião é levada em consideração com outros profissionais quando o assunto são atividades arquivísticas?”.

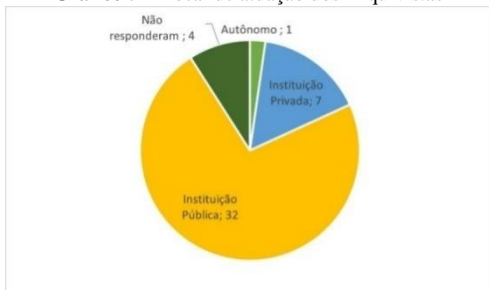
Os dados coletados das respostas foram sintetizados abaixo.

LOCAL ONDE O ARQUIVISTA ATUA

Um dos motivos da criação do curso foi a realização de pesquisa realizado por alunos e professores do curso de Biblioteconomia da mesma universidade, no início do ano 2000, no qual apontou-se a necessidade de profissionais dessa área na cidade de Manaus e, em especial, nas instituições de caráter privados, como consta no capítulo introdutório. Assim, a intenção da pergunta: “Qual o local onde atua?”, foi inserido para assim sabermos em qual tipo de instituição os arquivistas estão inseridos e percebermos se a proposta inicial de criação do curso foi contemplada.

Assim, apesar do curso de Arquivologia ser pensado para atender as instituições privada, observamos que dos 44 arquivistas que responderam o questionário e que atuam na área, 32 estão inseridos em instituições públicas. E desses 32, 19 adentraram nesse local por concurso público. Ademais, temos 7 arquivistas atuando em instituições privadas e 1 que atua de forma autônoma.

Gráfico 5 – Local de atuação dos Arquivistas



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

Esses dados demonstram, aparentemente, certa visibilidade da profissão nos órgãos públicos, de um lado. Por outro, provoca questionamento sobre a relação das instituições privadas com a profissão do arquivista. Um assunto interessante a ser pesquisado futuramente.

FAIXA SALARIAL

Apesar da profissão de arquivista está regulamentada pela Lei nº 6.546, desde 04 de julho de 1978, e está inserida na Classificação Brasileira de

Ocupações³³, percebemos que não existe em todo o país um valor mínimo estabelecido para o salário do profissional dos arquivistas. O que existe no momento são leis estaduais, como a do Rio de Janeiro,³⁴ que apresenta faixa salarial para a profissão. Algumas associações profissionais também têm contribuído para esse assunto, apresentando em seus sites e redes sociais propostas de tabela salarial para atividade do profissional arquivista.

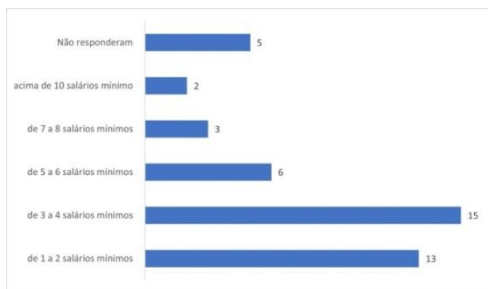
Diante desse cenário, para a construção da pergunta sobre “Renda Salarial mensal”, no questionário aplicado aos arquivistas formados pela UFAM, foi utilizado as informações presente no site da Associação dos Arquivistas da Bahia³⁵. Sendo assim, os dados apresentados foram:

³³A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002. <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>

³⁴ Lei do Estado do Rio de Janeiro Nº 8.315 de 19/03/2019 <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/leirj-8315-2019.htm>

³⁵Associação Arquivista da Bahia
<https://www.arquivistasbahia.org/profissao/tabela-salarial/>
atualizados em 2019. Valores

Gráfico 6 – Faixa Salarial



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

A partir dos dados apresentados anteriormente, a respeito do local de atuação dos arquivistas e sua indicação de renda salarial, temos as seguintes considerações:

- Dos 44 arquivistas atuantes no mercado, 1 atua de forma autônoma³⁶ e assinalou como renda salarial a faixa de 1 a 2 salários mínimos. Esse tipo de atividade ainda carece de mais debates, no entanto, é uma atividade remunerada e praticada por arquivistas em diversos locais do Brasil;
- Dos 7 arquivistas que atuam em instituição privada, 5 indicaram faixa salarial entre 1 a 2 salários mínimos vigentes; 1 arquivista indicou a faixa de 3 a 4 salários mínimos e outro indicou a faixa de 7 a 8 salários mínimos.

³⁶Nesta pesquisa estamos entendendo o profissional autônomo como o profissional que presta serviço sem vínculo empregatício.

- Dos 32 arquivistas que atuam em instituições públicas, 5 indicaram a faixa entre 1 a 2 salários mínimos vigentes; **14, a faixa 3 a 4 salários mínimos**; 6, a faixa 5 a 6 salários mínimos; 2, a faixa de 7 a 8 salários mínimos; 2, a faixa de rendimento acima de 10 salários mínimos; e 1 arquivista não respondeu.

Percebe-se que, em um cálculo básico tendo como referência o salário vigente em 2019, o profissional autônomo e 5 arquivistas que atuam em instituições privadas têm rendimento de 58,27% abaixo que do que está estabelecido no Rio de Janeiro pela lei estadual N° 81315-RJ³⁷ de 19/03/2019.

De forma geral, observa-se que dos 44 arquivistas que responderam o questionário e sinalizaram que atuam na área, aqueles que estão em instituições públicas têm renda salarial igual ou acima do que está sendo indicado no estado do Rio de Janeiro. Algo a ser mais bem aprofundado em uma pesquisa futura, tendo em vista que seria interessante analisar esses dados em comparação a outros estados brasileiros.

³⁷“Art. 1º No Estado do Rio de Janeiro, o piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas, que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho que o fixe a maior, será de: VI - R\$ 3.158,96 (três mil cento e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos) - para: [...] Arquivistas (CBO 2613-05).” (Lei N° LEI 8.315-RJ, DE 19-3-2019)

Outro ponto a ser considerado seria se esses valores estariam em associação com o fato de que a profissão não tem um conselho profissional e se, de alguma forma, isso influenciaria nos números apresentados.

CARGO / FUNÇÃO / APOIO

Partindo da ideia filosófica de que não somente o financeiro deve ser pensado e que um bom relacionamento profissional também é algo a ser considerado, 4 perguntas foram elaboradas e inseridas no questionário, no intuito de poder perceber o ponto de vista dos arquivistas sobre esses temas.

Questões como: o cargo ocupado pelo profissional, a função exercida desse arquivista na instituição, se existe apoio por parte da administração superior sobre as ações do campo arquivístico dentro da instituição e se o profissional arquivista tem seus conhecimentos específicos considerados na tomada de decisão, revelam que, conforme os dados apontados pelos 44 arquivistas atuantes na área, foram:

- Em relação aos cargos, dos 44 profissionais, 38 responderam as seguintes nomenclaturas para seus cargos: Analista de Documentação, Arquivistas, Auxiliar/Assistentes Administrativos, Chefe, Gerente, Supervisor, Técnico de Arquivo, Técnico de Judiciário;
- Em relação às funções exercidas, dos 44, 40 responderam e desses, 21 não ocupam cargos de chefia. Enquanto os 19 com função de chefia, 12 tem seu cargo como Arquivistas;
- Dos 44 arquivistas, 37 tem apoio da administração superior para as ações arquivísticas;
- Em relação ao posicionamento do profissional referente as demandas, no qual seja necessário conhecimento específicos, dos

44 arquivistas que atuam na área, 40 responderam positivamente sobre seus conhecimentos serem respeitados por outros profissionais.

AS ATRIBUIÇÕES COMO ARQUIVISTAS

Para entender as ações dos arquivistas formados pelo curso, foi indicada a seguinte pergunta: “Quais são suas atribuições como arquivista em seu local de atuação?” A pergunta foi elaborada com base no Art. 2º, da já citada Lei nº 6.546/1978, que regulamenta a profissão do arquivista e do técnico de arquivo³⁸. No referido artigo, as atribuições dos arquivistas são:

I - Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III - Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

VII - Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

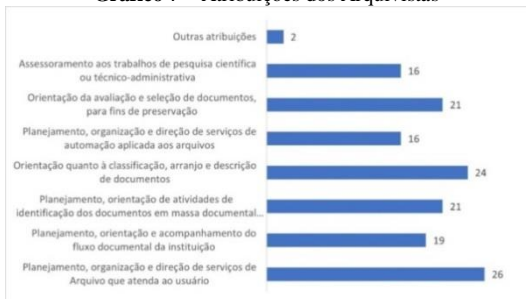
³⁸No Art. 3 da referida lei consta as atribuições para Técnico de Arquivo. Essas atribuições não foram utilizadas na construção da pergunta.

- VIII - Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

A partir da leitura da lei, foram elaboradas sete opções de respostas para a pergunta fechada e uma para “outras opções”, caso nenhuma das opções existentes contemplasse as ações do respondente.

Sendo assim, dos 44 arquivistas que atuam na área, 39 responderam a pergunta. E a partir desses dados foi criado o Gráfico 7 abaixo:

Gráfico 7 – Atribuições dos Arquivistas



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

Na análise das respostas dadas pelos 39 arquivistas, percebeu-se que:

- 8 profissionais assinalaram apenas uma opção. Todos os outros 31 arquivistas, múltiplas opções de respostas;
- As 2 “Outras Atribuições” indicadas foram: Gestão da Implantação de Sistema de processos Eletrônicos e Atividades Técnicas;
- Dos 32 arquivistas que atuam em instituições públicas, 21 assinalaram opções que tiveram como foco: planejar, organizar, dirigir; além de orientação de ações como classificação, arranjo, avaliação e seleção de documentos;
- Todos os 7 profissionais que atuam em instituições privadas responderam, assinalando: “Planejamento, Organização e direção de serviços de Arquivo”, “Planejamento, Orientação e acompanhamento do fluxo

documental da instituição” e “Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa”, como as ações mais realizadas por eles. O que mostra diferenciação nas ações realizadas pelos arquivistas de instituições públicas.

Percebe-se que as opções mais assinaladas foram: “Planejamento, Organização e Direção de Serviços de Arquivo que atenda ao usuário”; “Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos”, “Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” e “Planejamento, orientação de atividades de indicação dos documentos em massa documental acumulada”

GRUPO D - CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

Esse ponto foi elaborado e inserido no questionário, no intuito de ter uma percepção do conhecimento arquivístico adquirido pelos profissionais durante a realização do curso universitário. Os tópicos foram: conhecimento teórico que os arquivistas tiveram mais dificuldade de colocar em prática; os tipos de práticas arquivísticas executadas e se os arquivistas contêm conhecimento da legislação/resolução arquivística vigentes do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

A pergunta que teve como base o Projeto Político Pedagógico de 2009 e discussões teóricas sobre a área da Arquivologia foi: “Quais conhecimentos você sentiu mais dificuldades em executar na sua prática como arquivista?” Como resultado, dos 44 arquivistas que atuam no mercado, 40 responderam essa questão que será representado no gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 –Conhecimento Arquivístico



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

Sobre as informações do Gráfico 8:

- A maior dificuldade dos 21 arquivistas está na aplicação da Classificação;
- Ciclo Vital e a Teoria das Três Idades, Avaliação estão em segundo e Arranjo e Descrição e Legislação Arquivísticas em terceiro, sendo os assuntos com maior dificuldade para serem inseridos, na prática.

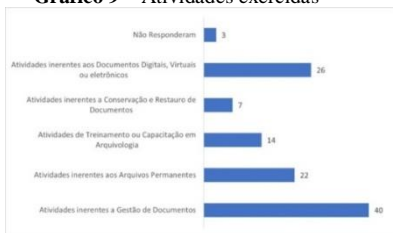
Observa-se que as maiores dificuldades são relacionadas aos conteúdos ministrados em disciplinas específicas no curso de Arquivologia.

“Classificação” é tema de disciplina de 90h no curso. “Ciclo Vital de Teoria das Três Idades” são temas dentro da “Disciplina de Gestão de Documentos em Arquivos” como “Arranjo e Descrição”, e constam na grade em disciplinas com 60h. Em relação à “Avaliação e Legislação”, não constam na grade de forma clara e direta, sendo assuntos que são dialogados em diferentes disciplinas, de acordo com a dinâmica de cada professor.

PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DESENVOLVIDAS

Partindo da ideia de saber quais são as práticas arquivísticas que são exercidas ou já foram exercidas, a pergunta de caráter fechado conteve opções de múltiplas escolhas para serem indicadas. Assim, dos 44 arquivistas, 41 responderem da seguinte forma:

Gráfico 9 – Atividades exercidas



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

A partir do Gráfico 9, podemos considerar que:

- Dos 44 arquivistas que atuam na área, 40 indicaram a prática que envolve Gestão de Documentos como uma das ações exercidas;
- Outro ponto considerado advém das atividades com a temática voltada para questões de Documentos Digitais, virtuais ou eletrônicos. A escolha talvez esteja associada à discussão em instituições públicas no Estado do Amazonas que, recentemente, participa do debate a respeito da modernização de suas ações.

CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO SOBRE A LEGISLAÇÕES ARQUIVÍSTICAS³⁹

A respeito das legislações e resoluções arquivísticas, foi inserido a pergunta: “Você tem conhecimento sobre as legislações/resoluções arquivísticas vigente, incluindo as resoluções do CONARQ?”. Dos 44 arquivistas atuantes, 14 afirmaram que conhecem as legislações e normas arquivísticas por completo e 27 profissionais afirmaram que conhecem as legislações e normas arquivísticas em parte, e 3 não responderam.

Essa questão se mostra importante e devem ser observados a partir de legislações, resoluções, decretos que visam:

- Apresenta as obrigações e normas dos profissionais da área, sejam eles arquivistas ou técnicos de arquivos;

³⁹Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e correlata atualizada em 2017. <http://conarq.arquivonacional.gov.br/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata.html>

- Apresenta diretrizes em Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;
- Contribui na regulamentação do acesso à informação, favorecendo assim a transparência nas dinâmicas do Estado;
- Auxilia na aplicação dos planos e códigos de classificação de documentos, nos arquivos correntes que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções;
- Auxilia na regulamentação de prazos de guarda e a destinação de documentos, além de estabelecer a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública;
- Regulamenta as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais, para instituições arquivísticas públicas;
- Contribui para estabelecer diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos;
- Contribui na regulamentação dos procedimentos, para a eliminação de documentos, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público.

Esses pontos são apenas algumas das questões que são definidas como contribuições das legislações, resoluções, decretos. Profissionais da informação precisam estar atentos a essas normativas, principalmente se estiverem diretamente ligadas ao seu fazer arquivístico.

GRUPO E- MERCADO DE TRABALHO

Essa parte da pesquisa está dividida em dois momentos. Primeira voltada para os 44 arquivistas que atuam no mercado de trabalho e suas considerações sobre sua entrada nele; segundo, todos os 68 arquivistas que

responderam o questionário revelaram percepções referente ao respeito ao profissional arquivista no mercado de trabalho e entre os seus pares.

INÍCIO DA ATUAÇÃO E COMO ENTRARAM NO MERCADO

Uma das percepções mais comuns entre estudantes de Arquivologia é certa facilidade para conseguir estágio. No entanto, sair da categoria de estagiário para profissional é outra realidade, porque recebe interferências de várias direções, seja a própria dinâmica do mercado, seja a concorrência profissional.

Nesse sentido, a fim de observar o processo de inserção ao mercado dos 44 arquivistas formados no curso de Arquivologia da UFAM, foi inserido a seguinte pergunta, no questionário: “Quando você começou a atuar como arquivista?” Logo, com características de respostas fechadas, com as seguintes opções: “ainda durante a graduação”, “menos de um ano após a formatura”, “entre 1 a 2 anos após a formatura” e “depois de 2 anos de formatura”.

E no sentido de entender como isso ocorreu, foi inserido a pergunta: “Qual foi sua forma de inserção no mercado de trabalho?” Isto é, pergunta com característica fechada, com as opções de respostas: “concurso público”, “cargo comissionado”, “CLT”, “contrato temporário” e “consultoria na área”.

A partir dos dados coletados foram possíveis as observações:

- Primeiro ponto interessante é que nenhum dos 44 arquivistas que atuam marcaram a opção: “depois de 2 anos de formatura”, o que nos faz crer que, pelo menos os profissionais que participaram da

pesquisa, entraram no mercado de trabalho menos de 2 anos após se formarem;

- **8 profissionais entraram no mercado entre 1 a 2 anos de formados.** 1 consultoria na área, 2 profissionais entraram via concurso público, 2 contratos temporários, 3 entraram no mercado através do regime da CLT;
- **14 profissionais entraram no mercado de trabalho em menos de 1 ano após a formatura.** Desses, 1 entrou com cargo comissionado em instituição pública, 1 entrou no mercado de trabalho com consultoria na área, 2 por contrato temporário, 3 por regime de CLT em empresa privada e 7 através de concurso público;
- **19 arquivistas entraram no mercado de trabalho ainda durante a graduação.** E desses, 1 através de cargo comissionado, 2 entraram no mercado de trabalho com contrato temporário, 6 adentraram no mercado de trabalho via regime CLT e 10 entraram no mercado de trabalho via concurso público;
- 3 profissionais não responderam.

De forma resumida, percebe-se que os arquivistas formados até 2019 e atuam na área, adentraram cedo ao mercado de trabalho como arquivistas em diferentes modalidades, tendo o concurso público como um dos principais meios. Mesmo não sendo esse o foco da pesquisa é necessário pontuar que o curso de Arquivologia da UFAM é o único no estado do Amazonas, e até dezembro de 2019 existiam apenas 104 arquivistas formados. A baixa concorrência profissional, não muito comum em outros estados, pode ser um fator a ser pensado para esses dados.

RESPEITO NO MERCADO DE TRABALHO E PELOS SEUS PARES

O mercado de trabalho é um universo que, em um olhar empírico, pode ser considerado uma terra selvagem, onde muitas das vezes o termo “respeito” não é pronunciado ou praticado, não só com os profissionais arquivistas, como também em qualquer outra profissão. No entanto, existem legislações e normativas para que os locais de trabalho se tornem dignos e salutar para todos os envolvidos.

Desse modo, forçoso concluir que o trabalho digno é aquele desempenhado com respeito aos princípios constitucionais do trabalho – em especial, à dignidade da pessoa humana e à igualdade –, bem como ao direito à liberdade, e desde que garantidas as condições mínimas (trabalhistas – individuais e coletivas – e previdenciárias) necessárias para uma vivência, e não mera sobrevivência, digna do homem trabalhador e de sua família (MIRAGLIA, 2010, p. 9045).

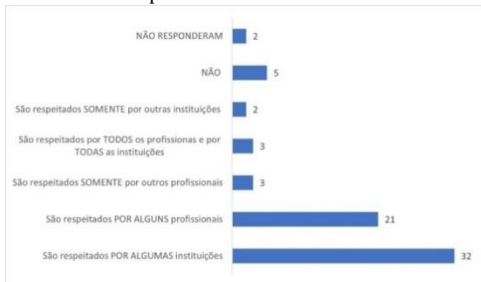
Respeito é um dos pontos debatidos diversas vezes nesse universo, não só para os profissionais arquivistas, mas também para quaisquer profissionais. A esse respeito, nessa segunda parte da pergunta, todos os 68 participantes responderam.

Foram inseridas as seguintes questões: “sobre o Mercado de Trabalho, os arquivistas no Brasil são respeitados em suas ações?”, “Como o arquivista pode se fazer respeitar no Mercado de Trabalho?”, “Você considera que a inexistência de um Conselho Federal de Arquivologia prejudica profissional arquivista?” e “Qual sua expectativa profissional para o futuro?”

OS ARQUIVISTAS NO BRASIL SÃO RESPEITADOS EM SUAS AÇÕES?

No intuito de responder essa pergunta do tópico, foram estabelecidos previamente 5 opções: “São respeitados SOMENTE por outros profissionais”, “São respeitados SOMENTE por instituições”, “São respeitados por ALGUNS PROFISSIONAIS”, “São respeitados por ALGUMAS instituições”, São respeitados por TODOS os profissionais” e “por TODAS as instituições”, “NÃO”. E a sintetização desses dados ficou dessa forma:

Gráfico 10 – Respeito no Mercado de Trabalho no Brasil



Fonte: Dados elaborados pela própria autora.

De acordo com o que foi apurado entre os 68 arquivistas que responderam o questionário, 32 deles acreditam no respeito advindo das

instituições para com eles e 21 acreditam que os arquivistas são respeitados por alguns profissionais.

PERCEPÇÃO DOS ARQUIVISTAS EM ADQUIRIR RESPEITO

Seguindo essa temática de respeito e reconhecimento, foi elaborado a pergunta “Como o arquivista pode se fazer respeitar no Mercado de Trabalho?” Pergunta aberta no qual a intenção era ter as percepções dos arquivistas na persona ativa da luta por respeito.

A partir da análise das respostas, temos 5 profissionais que não responderam. E dos 52 que responderam, temos na Tabela 1 o resumo dos pontos indicados pelos respondentes.

O que se percebe das respostas apresentadas, é que o respeito profissional está associado às questões: profissionalismo por parte do próprio arquivista se apresentando como conhecedor de toda a dinâmica teórica e prática da profissão; divulgação do fazer arquivístico e a própria área arquivística e sua importância para a sociedade, maior unidade entre os profissionais, indicação de entidades institucionalizadas como Sindicatos e Conselhos, para assim promover a área; além de contribuir para a fiscalização dela.

TABELA 1

Apresentando a importância das funções desempenhadas pelo profissional arquivista e a própria Arquivologia para a sociedade através de atividades como Workshop
Através de aperfeiçoamento do conhecimento profissional e se tornando referências na área
Atuando com profissionalismo na empresa que trabalha
Conscientizando as empresas privadas e públicas sobre a legislação que regem os arquivos.
Buscar maior compreensão das necessidades de organização documental, como a aplicação da Gestão de Documentos por profissional arquivista
Tornar o curso e a profissão mais visível no mercado de trabalho
Ocupando espaço de Gestor da Informação em toda as instituições, e não somente como um guardador de papel.
Ter um Sindicato Profissional em Manaus.
Ter um Conselho Regional
Cultivar respeito em trabalhos em equipes
Aplicando com excelência a técnica e os princípios da área, bem como demonstrando que gera eficiência ao serviço e apresenta uma projeção da redução de custos para empresa/instituição, no cumprimento de suas obrigações legais.
Aprendizado sobre o conhecimento da legislação e técnicas arquivísticas, para assim manter um trabalho de qualidade
Atuando em sinergia com a administração superior, fazendo com que entendam a importância do profissional
A importância do trabalho do arquivista precisa ser mais visada. As pessoas não entendem a importância de um arquivista dentro de uma instituição.

Fonte: elaboração da própria autora a partir de dados dos questionários

A EXISTÊNCIA DE UM CONSELHO

Arquivologia é considerada um campo de conhecimento científico, oficialmente no Brasil, desde a criação do primeiro curso universitário, no final dos anos de 1970. A profissão do arquivista⁴⁰ é regulamentada desde 1978 e mesmo depois de tanto tempo, ainda não existe um conselho profissional no país para essa área. Porém, existem em quase todos os estados brasileiros associações profissionais que, de forma digna e intensa, funcionam como o mecanismo de atuação de proteção da área e seus profissionais no território brasileiro. Isto é, através das associações os profissionais “unem esforços em defesa da categoria, promovem e ampliam o reconhecimento da profissão e se fortalecem para conquistar os direitos de sua categoria e as chances de alcançar os objetivos em comum” (SANTOS; SILVA, 2018, p. 688).

Partindo da inexistência de um conselho, a pergunta apresentada no questionário para os arquivistas foi: “Você considera que a inexistência de um Conselho Federal de Arquivologia prejudica profissional arquivista?” Assim, dos 68 arquivistas, 10 acreditam que a falta de um conselho não prejudica os profissionais arquivistas, 57 tem a percepção de que a falta de um conselho é prejudicial ao profissional.

⁴⁰Atualmente, o registro profissional do arquivista é realizado em Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O que se pode observar para além das respostas dadas no questionário é que o campo arquivístico, apesar de toda sua trajetória no Brasil, ainda possui um longo caminho para sua institucionalização, tanto profissional como científica, e a existência de um conselho poderia contribuir positivamente para melhorar essa estrada, pois, entende-se que “Conselhos são de suma importância para as classes trabalhadoras, porque defendem e disciplinam o exercício profissional, representando, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos profissionais, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados à sociedade” (LESSA; SOBRAL, 2020, p. 02).

GRUPO F - EVENTOS CIENTÍFICOS E PÓS-GRADUAÇÃO

Nessa temática, as perguntas tiveram como intenção saber qual o envolvimento dos arquivistas formados pela UFAM, com o campo científico e se eles têm realizado alguma contribuição acadêmica na área.

Para isso foi elaborado as seguintes perguntas: “Depois de formado, você se envolveu em algum projeto técnico-científico voltado para a Arquivologia?”, “Depois de formado, você costuma participar de eventos da área ou publicar artigos científicos?”, “Você possui ou faz pós-graduação? Em caso positivo, qual seria (Especialização, Mestrado, Doutorado) e em qual área?”

ENVOLVIMENTO EM PROJETOS TÉCNICO-CIENTÍFICO, EVENTOS CIENTÍFICOS, PÓS-GRADUAÇÃO

Iniciando a análise dos dados coletados sobre o envolvimento dos profissionais em Projetos Técnico-científicos, dos 68 arquivistas que participaram da pesquisa, apenas 19 profissionais assinalaram envolvimento em projetos técnico-científicos, enquanto 47 responderam que não tiveram nenhum envolvimento em projetos desse tipo desde a formatura. Um quantitativo interessante tendo em vista que 47 arquivistas foram os que assinalaram como uma de suas metas para o futuro o reconhecimento profissional e envolvimento com pós-graduação.

Quanto ao fator “Eventos Científicos”, dos 68 respondentes do questionário, 41 arquivistas assinalaram que participam dos eventos científicos, porém não costumam publicar artigos ou apresentar trabalhos. E 17 indicaram que não participam dos eventos e não publicam artigos. Apenas 8 participam e publicam.

No que tange à pós-graduação, de um total de 68 participantes da pesquisa, 25 arquivistas assinalaram estar envolvidos em pós-graduação. De acordo com os dados apontados, a maioria continua sua formação em cursos de especialização. Ademais, 7 revelaram que não estão envolvidos com esse tipo de atividades e 9 não responderam.

Apesar de não estarmos trabalhando com o universo total de arquivistas formados pela UFAM, ainda assim esses quantitativos devem ser considerados, tendo em vista que envolvimento em projetos, eventos e pós-graduações poderiam contribuir para melhores ações no fazer arquivísticos dos

profissionais. Esses números poderiam ser um ponto instigante para futura pesquisa sobre a relação das ações profissionais com atividades do universo científico, ou ainda, para o avanço do fazer arquivísticos.

EXPECTATIVA PARA O FUTURO

Uma das perguntas elaboradas, com intuito de analisar a perspectiva dos profissionais, foi: “Qual sua expectativa profissional para o futuro?” Pergunta de caráter de múltipla escolha, nos quais as opções foram: “Alcançar cargo de chefia”, “Fazer outra graduação”, “Mudar de local de trabalho”, “Fazer pós-graduação”, “Maior reconhecimento profissional” e “Indicar Outro”.

Com os dados coletados, percebeu-se que dos 68, arquivistas, 41 desejam para o futuro reconhecimento profissional. Em segundo, com 29 indicações, está a perspectiva de participar de uma pós-graduação. Não se tem conhecimento de qual programa, porém essa informação demonstra interesse desses profissionais na educação continuada e na ampliação seus interesses acadêmicos. Os que assinalaram “outros” inseriram que suas perspectivas de futuro são: ser reconhecido como um bom profissional, podendo contribuir para uma cultura arquivística na instituição e na sociedade e ser nomeado em concurso público.

Relacionando a pergunta sobre a participação dos arquivistas respondentes em projeto técnico-científico, eventos científicos com suas perspectivas para o futuro têm os seguintes dados, foi percebido que: dos 47

arquivistas que assinalaram a não participação de projetos técnicos científicos, 29 participam de eventos, mas não publicam artigos. E desses 29, 19 tem como perspectiva para o futuro o reconhecimento profissional. Desses 29 ainda, também tem profissional interessado em fazer pós-graduação, mesmo não tendo envolvimento efetivo com o universo científico. Dos 19 arquivistas que assinalaram positivamente para a participação em projetos técnico-científicos, 12 tem como perspectiva de futuro reconhecimento profissional e 8 pretendem fazer pós-graduação. E sobre a participação de eventos científicos e pós-graduação, 19 participam das atividades que envolvem o universo científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como foco inicial a percepção da vida profissional dos 104 arquivistas formados pelo curso de Arquivologia, no estado do Amazonas, que em 2019 completou 10 anos.

Sem uma análise profunda do motivo, apenas 68 arquivistas responderam as 30 perguntas do questionário. Por mais que seja considerado um quantitativo abaixo do esperado, foi possível ter um deslumbre de como estão e pensam os arquivistas que passaram algum tempo pelo espaço da Universidade Federal do Amazonas.

Essa pesquisa nos fez perceber que existe um quantitativo significativo de mulheres no curso de Arquivologia no Amazonas. E suscitou a pergunta de como seria essa realidade em outros cursos de Arquivologia no país.

A Arquivologia é um campo de conhecimento institucionalizado no Brasil há quase 50 anos, mesmo assim ainda não tem força política suficiente para a criação de um Conselho Profissional ou mesmo um sindicato.

A presente pesquisa mostrou que existiu, em algum momento, uma lacuna entre o ensinado em sala de aula com os atuais profissionais. O motivo é a quantidade significativa dos participantes da pesquisa com dificuldades em assuntos que constava na grade anterior do curso de forma expansiva.

Outro fator interessante são as observações quanto ao futuro que os profissionais almejam e não estão em consonância com suas ações no presente.

As percepções que se pode ter desta pesquisa é que o estado do Amazonas contém um grupo de profissionais jovens, como o próprio curso universitário, de um lado. Por outro, temos uma situação favorável, por serem jovens e ainda sem uma concorrência massiva, e existe uma ampla e intensa possibilidade de crescimento e descobertas. Além disso, os documentos produzidos, as informações produzidas por inúmeras instituições públicas ou privadas podem estar carentes de ações arquivísticas mais específicas. E essa massa de informações pode ser prejudicada pela espera do amadurecimento da Arquivologia no estado. Um assunto, entre tanto assinalados anteriormente nessa pesquisa que daria um instigante trabalho científico, no futuro.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Sonia Scoralick de; DUARTE, Emeide Nóbrega. Panorama da atuação do profissional arquivista. **Archeion Online**, João Pessoa, v.5, n.1,

p.77-107, jan./jun. 2017. Disponível em:
<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. Acesso em 10/05/2020

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da Participação Feminina na Educação Superior, no Mercado de Trabalho e na Sociedade. **Psicol. Soc.** vol.30, Belo Horizonte 2018 Epub 08-Out-2018. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100214&lng=pt&tlng=pt Acesso em 10/05/2020

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 6 nov. 2019

BRASIL. Lei Nº 8315, de 19 de março de 2019. **Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona, e estabelece outras providências.**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Portal do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.** Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>>. Acesso em: 09 fev. 2020

FURTADO, Renata Lira; BELLUZO, Regina Celia Baptista. Gestão do Conhecimento e Competência em Informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Inf. Inf., Londrina**, V.23, N. 2, p. 314-339, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> Acesso em 10/05/2020

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **O Direito do trabalho e a dignidade da pessoa humana – pela necessidade de afirmação do trabalho digno como direito fundamental.** Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010 9039 a 9047.

SANTOS, Sonia Luiza Freitas dos; SILVA, Késsia Karla Portela Richene. ASSOCIATIVISMO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL: reconhecendo o papel do arquivista na sociedade. **RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 682-696, out. 2018. Disponível em:

http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT08_0682-0696.pdf ACESSO em 10/05/2020

SOBRAL, Natanael Vitor; LESSA, Paulo Roberto Meireles da Silva. Conselho Profissional de Arquivologia: percepção dos arquivistas sobre a sua criação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 2, p. 157-177, mar./ago. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5152> Acesso em 10/05/2020

VENTURA, Renta; SILVA, Eva Cristina Leite; VITORINO, Elizete Vieira Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista. **Biblios (Peru)**, n. 73, p. 35-50, 2018. Disponível em http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_serial&pid=1562-4730&lng=es&nrm=iso Acesso em: 10 maio 2020.

CAPÍTULO 5

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS FORMANDOS DE ARQUIVOLOGIA DA UFAM

Roger de Souza Becerra Mendez

INTRODUÇÃO

O valor das informações arquivísticas e a modernização das tecnologias da informação demandam o desenvolvimento constante da Arquivologia, resultante do conhecimento científico produzido no âmbito acadêmico. Desde a sua criação, o Curso de Arquivologia da UFAM contribuiu, significativamente, na formação de profissionais habilitados para atuarem nos arquivos da região norte do país, além de protagonizar, de forma pioneira, a difusão da área no Estado do Amazonas.

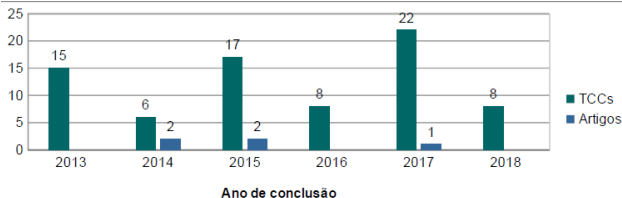
Dos 81 arquivistas formados em 10 anos, 76 defenderam um trabalho de conclusão de curso (TCC) e outros cinco aproveitaram artigos científicos publicados ao longo da graduação, em substituição ao TCC, conforme previsto na Resolução n.º 021/2007 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAM. A primeira turma começou a se formar em 2013 e o primeiro semestre de 2018 foi o último a oferecer disciplina e orientação de TCC, até a conclusão deste estudo.

Os artigos foram acessados nos periódicos eletrônicos e os TCCs mediante consulta ao arquivo da coordenação do curso, com exceção de cinco

não localizados. A partir de um relatório dos alunos formados, emitido pela coordenação, foram levantados os trabalhos apresentados. Dados como título, autor, orientador ou coautor e ano de defesa ou publicação foram coletados na Plataforma Lattes, entre janeiro e março de 2019. Nos trabalhos consultados ainda foram obtidos dados referentes às referências bibliográficas como, por exemplo: título das obras citadas, autores, datas e locais de publicação.

Os dados coletados foram reunidos em uma planilha eletrônica e então organizados em gráficos e tabelas, o que possibilitou sua tabulação e análise. Parte dos resultados a seguir considera apenas os trabalhos a que se teve acesso, outros envolvem sua totalidade, sendo explicitado quando isso não for possível. Os trabalhos produzidos pelos formandos são apresentados no gráfico 1, de acordo com o ano de conclusão da graduação.

Gráfico 1: Trabalhos acadêmicos dos formandos de Arquivologia da UFAM



Fonte: elaboração própria, com base no relatório dos alunos formados e na Plataforma Lattes.

Observa-se a maior parte dos trabalhos apresentados em forma de TCC (94%) e poucos artigos publicados em periódicos (6%). Nota-se entre os TCCs defendidos um número que diminui ou aumenta significativamente a cada ano. Dos cinco artigos aproveitados pelos discentes, quatro foram publicados na *Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)* e um no periódico *Ciência da Informação*.

A formação e a pesquisa arquivística desempenham um papel fundamental diante dos avanços relacionados ao mercado de trabalho e ao conhecimento exigido pelas instituições. A atividade científica é de suma importância para a elevação do nível de produção científica da área, não apenas em termos quantitativos, mas principalmente no que diz respeito à qualidade dos trabalhos desenvolvidos na universidade.

AS TEMÁTICAS ARQUIVÍSTICAS

Para a análise temática dos trabalhos consultados foi adotada a classificação dos temas abordados, com base nos campos de pesquisa em arquivística definidos por Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76), utilizados por Marques (2007, p. 32) e descritos no quadro 1.

Quadro 1: Tipologia dos campos de pesquisa em arquivística

	Campos de pesquisa	Descrição do conteúdo
1.	Objeto e finalidade da arquivística	Arquivos enquanto objetos de intervenção (informação/documento/arquivos) Finalidade: conservação, acesso, eficácia administrativa, etc. Utilidade dos arquivos
2.	Arquivos e sociedade	Papel social e lugar da arquivística na sociedade Arquivística, enquanto disciplina Arquivística, enquanto profissão
3.	História dos arquivos e da arquivística	História dos arquivos Desenvolvimento dos princípios e das bases da arquivística
4.	Funções arquivísticas	Produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão
5.	Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	Teoria e prática das organizações Planificação e avaliação dos programas Gestão, marketing e relações públicas
6.	Tecnologias	Informática aplicada aos arquivos Sistemas de informação, telecomunicações e redes
7.	Suportes e tipos de arquivos	Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais Microformas e outros suportes ou tipos de arquivos
8.	Meio profissional dos arquivos	Instituições governamentais Instituições de ensino e pesquisa Instituições religiosas Outras instituições
9.	Problemas particulares relativos aos arquivos	Ética Acesso à informação e proteção da vida privada Outros

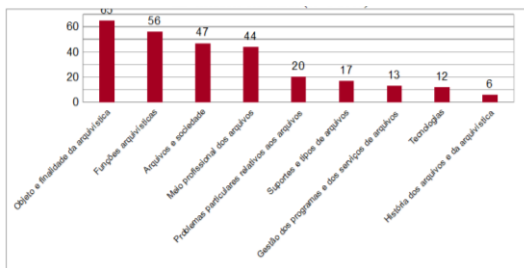
Fonte: Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76).

No intuito de traçar um comparativo com a produção nacional, o gráfico 2 destaca as temáticas predominantes nas dissertações e teses com temáticas arquivísticas desenvolvidas nas universidades brasileiras entre 1972 e 2006. A análise de Marques (2007, p. 165) aponta um compartilhamento de interesses de pesquisa quanto a temas amplos, que perpassam a maioria dos estudos arquivísticos.

Os temas predominantes nas pesquisas nacionais parecem convergir para preocupações contemporâneas da área, como a sua própria identidade, o perfil profissional do arquivista e o acesso aos documentos. Aos poucos, temas mais clássicos, como o tratamento e a organização de documentos, que possuem uma natureza mais técnica, vêm fomentando o

interesse de pesquisadores nas questões mais voltadas para a reflexão acadêmica. Isso parece indicar que a Arquivologia, aos poucos, deixa de ser concebida como uma disciplina eminentemente técnica e passa a ser reconhecida como uma disciplina de caráter científico (MARQUES, 2007, p. 166).

Gráfico 2: Temáticas predominantes nas dissertações e teses com temáticas



arquivísticas desenvolvidas nas universidades brasileiras (1972-2006)

Fonte: Marques (2007, p. 165).

A tabela 1 apresenta os trabalhos consultados neste estudo, de acordo com os campos de pesquisa citados. Para esta classificação foi analisado o conteúdo do título, do resumo e da introdução, identificando equivalências entre os temas e os descritores propostos no quadro 1.

Tabela 1: Temas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de arquivologia da UFAM

Campo de pesquisa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Problemas particulares relativos aos arquivos	2	0	4	3	4	1	14
Gestão dos programas e dos serviços de arquivos	1	3	2	0	6	0	12
Tecnologias	3	2	1	0	3	3	12
Arquivos e sociedade	2	1	4	0	2	2	11
Objeto e finalidade da arquivística	3	1	3	2	2	0	11
Suportes e tipos de arquivos	1	0	2	1	2	0	6
Meio profissional dos arquivos	2	1	0	0	2	1	6
Funções arquivísticas	0	0	3	1	0	0	4
História dos arquivos e da arquivística	0	0	0	0	0	0	0
Total	14	8	19	7	21	7	76

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

A diversidade de temas nos trabalhos dos discentes reflete certa consonância com o debate nacional. Campos como *arquivos e sociedade* e *objeto e finalidade da arquivística* se destacam nos dois contextos. Por sua vez, outros temas recorrentes no país, como *funções arquivísticas* e *meio profissional dos arquivos*, mostram-se pouco explorados entre as pesquisas na UFAM.

O campo de pesquisa com maior representação foi *problemas particulares relativos aos arquivos*, com 14 trabalhos. De acordo com Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 66) este campo poderia se chamar *outras pesquisas*, reconhecendo a impossibilidade de se fornecer uma tipologia exhaustiva sobre os domínios da pesquisa em arquivística. Estes estudos

envolvem questões específicas da área como, por exemplo: acesso à informação, arquivos pessoais e interdisciplinaridade.

Dentre os trabalhos neste campo, quatro se concentram em arquivos pessoais. Outros cinco tratam do acesso à informação, três especificamente sobre a aplicação da Lei n.º 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, em instituições públicas. Três estudos abordam relações interdisciplinares da Arquivologia com as tecnologias da informação, direito notarial e heráldica. Outros temas são relacionados à segurança de acervos arquivísticos e riscos inerentes ao processo de pesquisa em arquivos.

Na sequência estão os campos *gestão dos programas e dos serviços de arquivos e tecnologias*, ambos com 12 trabalhos. Dentre o primeiro, oito tratam da gestão documental em instituições públicas, e dois em empresas privadas. Um estudo compara a gestão em uma escola pública, com um particular. Outro analisa a prática de descarte de documentos no Batalhão Ambiental do Amazonas.

A respeito do campo *tecnologias*, dois trabalhos discorrem sobre o gerenciamento eletrônico de documentos em instituições públicas, ao passo que outros quatro analisam o uso de softwares específicos. A informática aplicada aos arquivos aparece em um estudo sobre prontuários eletrônicos e, em outro, sobre difusão arquivística através da web. Dois focam na preservação digital, outros dois na certificação e autenticação digital.

O campo *objeto e finalidade da arquivística* possui 11 trabalhos que ressaltam a importância e a realidade dos arquivos em instituições locais. A

preservação da memória institucional é destacada em quatro estudos, com foco em instituições públicas e dois em colégios particulares. Outros quatro incluem em seus temas práticas arquivísticas voltadas para a preservação documental, enquanto um discute sobre o estudo de usuário no Museu Amazônico.

Outro campo com 11 trabalhos foi *arquivos e sociedade*, compreendendo temas relacionados à importância da arquivística enquanto profissão e disciplina. O profissional arquivista é considerado em cinco estudos, já outros cinco dizem respeito às questões que envolvem a formação acadêmica. O papel social e lugar da arquivística na sociedade também é abordado em um dos trabalhos.

Seis trabalhos são baseados em documentos de suporte específico, todos utilizando fotografias, com temas próprios do campo *suportes e tipos de arquivos*. Outros seis destacam as instituições produtoras de documentos, compondo assim o campo *meio profissional dos arquivos*. Esse campo inclui trabalhos voltados para a UFAM, a Reserva Florestal Ducke e o Porto de Manaus. Ademais, outros três destacam instituições religiosas, sobretudo a Igreja Católica.

Quatro pesquisas se enquadraram no campo *funções arquivísticas*, duas discutindo sobre classificação e conservação. As outras duas, embora não possuam exatamente funções arquivísticas em seus temas, estão relacionadas às atividades de classificação e descrição. O campo *história dos arquivos e da arquivística* foi o único sem nenhuma representação. É oportuno

salientar que ele também foi o menos recorrente nas dissertações e teses nacionais apresentadas no gráfico 2.

As instituições públicas são definidas como universo de pesquisa na maior parte dos trabalhos. A UFAM se destaca com seis estudos sobre seus arquivos setoriais e central, além de dois voltados ao curso de Arquivologia. Tanto o Tribunal de Justiça do Amazonas como o Tribunal Regional Eleitoral possuem quatro trabalhos baseados em seus arquivos. Acervos ou fundos documentais também constituíram universo de pesquisa para vários estudos, destacando-se o Fundo J. G. Araújo em dois trabalhos.

As pesquisas discentes são baseadas em dois tipos de fontes ou mais, incluindo a pesquisa bibliográfica. Algumas tiveram acervos documentais como fontes primárias, caso da aluna Solange Huber dos Santos com o trabalho *Evasão discente no ensino superior: estudo de caso no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas*, defendido em 2018 e baseado nos Termos de Desistência e Termos de Opção de Curso nos assentamentos individuais dos alunos, mantidos no arquivo da Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UFAM.

Alguns estudos são resultantes das atividades de diagnóstico realizadas durante estágios supervisionados ou remunerados, ou ainda projetos de pesquisa desenvolvidos no decorrer da graduação. Um exemplo é o artigo *Perfil dos acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas*, publicado em 2015, pelo aluno Wanderson Monteiro da Silva e

desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFAM.

Na tabela 2 estão listadas as palavras-chave mais recorrentes nos trabalhos consultados. Ao todo foram utilizadas 319 palavras-chave, com 183 aparecendo apenas uma vez e outras 24, duas vezes, totalizando 48 ocorrências.

Tabela 2: Palavras-chave mais recorrentes nos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de arquivologia da UFAM

Palavra-chave	N.º		
Arquivologia	13	Memória institucional	4
Gestão documental	10	Patrimônio documental	4
Memória	9	Arquivo permanente	3
Arquivo	8	Arquivo público	3
Gestão de documentos	5	Arquivos universitários	3
Acesso	4	Diplomática	3
Acesso à informação	4	Preservação	3
Arquivística	4	Palavra-chave com duas ocorrências	48
Documento	4	Palavra-chave com uma ocorrência	183
Fotografia	4	Total	319

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Observa-se que, logo após a palavra “arquivologia”, encontram-se os termos “gestão documental” e “memória”, com dez e nove ocorrências respectivamente, ambos, utilizados amplamente ao longo da graduação, esse último relacionado aos arquivos permanentes e aquele mais voltado para arquivos correntes e intermediários. As palavras-chave “acesso” e “acesso à informação” somam oito ocorrências.

Os discentes normalmente contam com um professor do curso como orientador de TCC, salvo alguns casos, com professores de outros colegiados ou departamentos, como, por exemplo, o de biblioteconomia. Nos artigos publicados, observamos que eles possuem de um a três coautores. O quadro 2 apresenta orientadores e coautores, de acordo com o número de contribuições, considerando todos os trabalhos apresentados. Dos 18 nomes listados, 12 são docentes do curso de Arquivologia e 3 do curso de biblioteconomia. Outros três são profissionais de fora da universidade e quatro são alunos egressos do Curso de Arquivologia da UFAM.

A professora Marcieli Brondani de Souza atuou no Curso de Arquivologia da UFAM por sete anos e possui maior contribuição entre os trabalhos apresentados pelos formandos, ou seja, 13 TCCs orientados e duas coautorias em artigos. O professor Rodolfo Almeida de Azevedo orientou o mesmo número de TCCs em um período de quatro anos. A professora do curso de biblioteconomia Kátia Viana Cavalcante orientou dois dos TCCs defendidos, enquanto a professora Amanda de Queiroz Bessa, também do curso de biblioteconomia, foi coautora em dois dos artigos aproveitados.

Quadro 2: Orientadores dos trabalhos de conclusão de curso e coautores nos artigos dos formandos de arquivologia da UFAM

Nome	Atuação profissional	TCC	A
Marceli Brondani de Souza	Curso de Arquivologia da UFAM (2011 - 2018)	13	2
Rodolfo Almeida de Azevedo*	Curso de Arquivologia da UFAM (2015 -)	13	
Carla Mara da Silva Silva	Curso de Arquivologia da UFAM (2011 -)	10	1
Eliane Silveira Gonçalves	Curso de Arquivologia da UFAM (2015 -)	9	
Marcelo Kosawa da Costa Nogueira de Siqueira	Curso de Arquivologia da UFAM (2015 -)	8	
Augusto César Luiz Brito	Curso de Arquivologia da UFAM (2011 - 2013)	5	
Leandro Coelho de Aguiar	Curso de Arquivologia da UFAM (2016 -)	5	
Janilton Fernandes Nunes	Curso de Arquivologia da UFAM (2014 - 2015)	4	
Marcos Araújo Silva*	Curso de Arquivologia da UFAM (2014 - 2016)	3	
Amanda de Queiroz Bessa	Curso de Biblioteconomia da UFAM		2
Bruno Trece	Curso de Arquivologia da UFAM (2015 - 2016)	2	
Kátia Viana Cavalcante	Curso de Biblioteconomia da UFAM	2	
Célia Regina Simonetti Barbalho	Curso de Biblioteconomia da UFAM		1
Eliane Oliveira de Lima Freire	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia		1
Felipe Vlixio Lopes	Curso de Arquivologia da UFAM (2017-2018)		1
Francisca Deusa Sena da Costa	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	1	
Rita de Cássia Ferreira Machado*	Curso de Arquivologia da UFAM (2014 - 2016)	1	
Rosinilda Damasceno dos Santos Filha*	Centro de Biotecnologia da Amazônia	1	

Fonte: elaboração própria, com base no relatório dos alunos formados e na Plataforma Lattes. Notas: (*) alunos egressos do Curso de Arquivologia da UFAM. Onde: TCC = orientação de TCC, A = coautoria em artigo

A tabela 3 classifica as orientações de TCC e coautorias em artigo, com base nas temáticas anteriormente empregadas na classificação dos trabalhos, excluindo-se, neste caso, o campo de pesquisa *história dos arquivos e da arquivística*, sem representação entre os trabalhos consultados. Aqui são considerados apenas os 76 trabalhos em que foi possível acessar o resumo e a

introdução. Os orientadores e coautores são listados em ordem alfabética. Os totais da tabela podem diferir daqueles na tabela 1, em decorrência das múltiplas autorias dos artigos.

Tabela 3: Orientações dos trabalhos de conclusão de curso e coautorias nos artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM, de acordo com os temas desenvolvidos

Orientadores dos TCCs Coautores nos artigos	Objeto e finalidade dos artigos lidos	Artigos e finalidades	Finalidade dos artigos lidos	Gênero dos artigos lidos e área de atuação dos artigos os	Temáticas	Expositivos e tipos de artigos os	Método predominantemente dos artigos os	Participações particulares incluídas nos artigos os
Amanda Q. Bessa	0	2	0	0	0	0	0	0
Augusto C. L. Britto	1	1	0	0	0	0	1	1
Bruno Trece	1	0	0	0	0	0	0	1
Carla M. S. Silva	0	2	0	0	2	2	1	3
Célia R. S. Barbalho	0	1	0	0	0	0	0	0
Eliane O. L. Freire	0	0	0	0	0	0	1	0
Eliane S. Gonçalves	1	0	1	4	1	0	0	2
Felipe V. Lopes	0	0	0	0	0	0	0	1
Francisca D. S. Costa	1	0	0	0	0	0	0	0
Janilton F. Nunes	0	0	0	2	2	0	0	0
Kátia V. Cavalcante	0	0	0	1	1	0	0	0
Leandro C. Aguiar	0	2	0	1	1	0	1	0
Marcelo K. C. N. Siqueira	1	2	1	0	1	2	0	0
Marceli B. Souza	2	3	1	2	4	0	1	1
Marcos A. Silva	1	0	0	0	0	1	0	1
Rita C. F. Machado	0	0	0	1	0	0	0	0
Rodolfo A. Azevedo	3	1	1	1	0	1	1	4
Rosinilda D. Santos F. *	0	1	0	0	0	0	0	0
Total	11	15	4	12	12	6	6	14

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Observa-se uma produção dispersa quanto às temáticas a considerar os orientadores e coautores. Entretanto, é possível identificar alguns temas com maior concentração, em determinados professores do curso de Arquivologia. A professora Marceli Brondani de Souza, que ministrou as

disciplinas “Tecnologias da Informação” e “Gerenciamento Eletrônico de Documentos”, orientou um terço dos trabalhos com temas classificados no campo de pesquisa *tecnologias*. Outro terço dos trabalhos sob o campo *gestão dos programas e dos serviços de arquivos* teve a orientação da professora Eliane Silveira Gonçalves, que ministrou a disciplina “Gestão Documental em Arquivos”.

AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ARQUIVÍSTICAS

Dos 81 trabalhos apresentados para obtenção do grau de bacharel em Arquivologia, 76 tiveram suas referências bibliográficas analisadas (71 TCCs e cinco artigos), correspondendo a 94% do total. Foram contabilizadas 2.692 referências bibliográficas, com uma média de 35 por trabalho. Dentre essas, 1.082 foram identificadas como referências bibliográficas arquivísticas, que representam 40% do total e estão distribuídas na tabela 4, de acordo com a frequência anual. Ressalta-se que todos os resultados apresentados a seguir abrangem apenas os 76 trabalhos consultados.

Tabela 4: Referências bibliográficas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de arquivologia da UFAM

Ano	TCCs	Artigos	Referências arquivísticas		Total de referências	
			N.º	%	N.º	%
2013	14	0	201	18,58	514	19,09
2014	6	2	80	7,39	254	9,44
2015	17	2	300	27,73	698	25,93
2016	7	0	129	11,92	299	11,10
2017	20	1	275	25,42	601	22,33
2018	7	0	97	8,96	326	12,11
Total	71	5	1.082	100	2.692	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Foram identificadas como referências bibliográficas arquivísticas as que possuíam os termos arquivo, arquivologia, arquivística, arquivista e suas respectivas derivações nos títulos das obras, critério utilizado por Marques (2011, p. 254). Das obras selecionadas a partir desses descritores, foram excluídos os textos retirados da internet, sem autoria definida, e os documentos voltados para o uso interno de instituições.

Na tabela 5 são apresentados os materiais citados nas referências bibliográficas arquivísticas em ordem decrescente, de acordo com o número de ocorrências para cada tipo de obra. O livro foi o principal material utilizado, com 376 referências, seguido pelos artigos de periódicos, com 220. As obras de referência, representadas pelos dicionários de terminologia arquivística, possuem 71 citações.

As legislações arquivísticas são citadas 67 vezes, seguidas pelos trabalhos publicados a partir de eventos, com 60 referências. As obras classificadas como manuais possuem 59 referências e se referem a livros que tratam do fazer arquivístico, contendo em seus títulos verbos ou termos que remetem à noção do fazer (MEDEIROS; VILAN FILHO, 2016, p. 39).

Os capítulos de livros aparecem com 50 referências e as publicações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) são citadas 48 vezes, seguidas pelas dissertações, TCCs, teses e monografias, com 30, 24, 21 e 12

referências respectivamente. Nesse cenário, destaca-se o número de TCCs ligeiramente superior ao de teses. Outros materiais como, por exemplo, resumos, relatórios de pesquisa, comunicações livres em eventos, cursos e palestras, somam 44 referências.

O principal idioma nas referências analisadas é o português, incluindo obras publicadas no Brasil e em Portugal, sendo 925 publicadas originalmente nesse idioma e 116 traduzidas, como mostra a tabela 6. O segundo idioma com maior frequência entre as referências foi o espanhol, com 23 ocorrências, seguido do francês, inglês e italiano, com nove, seis e duas referências respectivamente. Por fim, uma das referências foi publicada em alemão.

Tabela 5: Tipo de material citado nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Material	N.º	%
Livro	376	34,75
Artigo de periódico	220	20,33
Outra de referência	71	6,56
Legislação	67	6,19
Literatura de evento	60	5,55
Manual	59	5,45
Capítulo de livro	50	4,62
Publicação técnica	48	4,44
Dissertação de mestrado	30	2,77
Trabalho de conclusão de curso de graduação	24	2,22
Tese de doutorado	21	1,94
Monografia de especialização	12	1,11
Outro	44	4,07
Total	1.082	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Tabela 6: Idioma das obras citadas nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Idioma	N.º	%
Português	925	85,50
Tradução para o português	116	10,72
Espanhol	23	2,13
Francês	9	0,83
Inglês	6	0,55
Italiano	2	0,18
Alemão	1	0,09
Total	1.082	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

A partir das datas de publicação das obras, nas referências bibliográficas arquivísticas, é possível calcular a vida média da literatura utilizada pelos formandos, que corresponde ao período de tempo necessário para cobrir metade delas. Esta técnica permite descobrir quando determinada literatura se torna pouco utilizada, ou seja, quando ocorre a sua obsolescência (ARAO, 2014, p. 17).

Tabela 7: Vida média da literatura citada nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Ano	N.º	Σ N.º	%	Σ %	1994 (t-24)	10	957	0,92	88,45
2017 (t-1)	5	5	0,46	0,46	1993 (t-25)	5	962	0,46	88,91
2016 (t-2)	10	15	0,92	1,39	1992 (t-26)	10	972	0,92	89,83
2015 (t-3)	17	32	1,57	2,96	1991 (t-27)	46	1.018	4,25	94,09
2014 (t-4)	31	63	2,87	5,82	1990 (t-28)	3	1.021	0,28	94,36
2013 (t-5)	38	101	3,51	9,33	1989 (t-29)	9	1.030	0,83	95,19
2012 (t-6)	53	154	4,90	14,23	1988 (t-30)	3	1.033	0,28	95,47
2011 (t-7)	46	200	4,25	18,48	1987 (t-31)	4	1.037	0,37	95,84
2010 (t-8)	29	229	2,68	21,16	1986 (t-32)	6	1.043	0,55	96,40
2009 (t-9)	35	264	3,23	24,40	1985 (t-33)	4	1.047	0,37	96,77
2008 (t-10)	59	323	5,45	29,85	1983 (t-35)	3	1.050	0,28	97,04
2007 (t-11)	39	362	3,60	33,46	1982 (t-36)	5	1.055	0,46	97,50
2006 (t-12)	88	450	8,13	41,59	1979 (t-39)	1	1.056	0,09	97,60
2005 (t-13)	115	565	10,63	52,22	1978 (t-40)	5	1.061	0,46	98,06
2004 (t-14)	72	637	6,65	58,87	1974 (t-44)	2	1.063	0,18	98,24
2003 (t-15)	29	666	2,68	61,55	1973 (t-45)	8	1.071	0,74	98,98
2002 (t-16)	64	730	5,91	67,47	1965 (t-53)	1	1.072	0,09	99,08
2001 (t-17)	15	745	1,39	68,85	1964 (t-54)	3	1.075	0,28	99,35
2000 (t-18)	35	780	3,23	72,09	1960 (t-58)	1	1.076	0,09	99,45
1999 (t-19)	20	800	1,85	73,94	1953 (t-65)	1	1.077	0,09	99,54
1998 (t-20)	81	881	7,49	81,42	1950 (t-66)	1	1.078	0,09	99,63
1997 (t-21)	20	901	1,85	83,27	1928 (t-90)	1	1.079	0,09	99,72
1996 (t-22)	21	922	1,94	85,21	Sem data	3	1.082	0,28	100
1995 (t-23)	25	947	2,31	87,52	Total		1082	1.082	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados

De acordo com a tabela 7, as obras utilizadas como fonte de pesquisa foram publicadas entre 1928 e 2017, compreendendo um período de 90 anos. Considerando o somatório do número de referências Σ N.º, é obtido um total de 1.082, que dividido por dois, resulta no número 541, correspondente a 50% da literatura utilizada. Localizado na tabela o valor mais próximo deste número, no caso 565, conta-se a partir desse ponto o número de

anos até a data mais recente, que corresponde a vida média da literatura. Nesse sentido, o período que concentra metade das referências utilizadas, ou seja, a vida média da literatura equivale a 13 anos. Uma vida média relativamente longa, se comparada ao campo da ciência da informação, por exemplo, que tem vida média de sete anos (ARAO, 2014, p. 42).

A tabela 8 destaca os países de publicação das obras citadas nos trabalhos consultados. Das 1.082 referências bibliográficas arquivísticas, 968 foram publicadas no Brasil, correspondendo a aproximadamente 90% do total. A maioria dessas obras é de autores brasileiros, outras são traduções de autores estrangeiros.

As obras publicadas em Portugal somam 68 referências, seguidas de mais dois países europeus, Espanha e França, com 14 e 10 referências respectivamente. As únicas de origem norte-americana são as canadenses, citadas nove vezes. Apenas uma das referências é de publicação africana e não há ocorrências de citações provenientes da Ásia ou da Oceania.

Tabela 8: Países de publicação das obras citadas nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Países	N.º	%
América Latina	976	90,20
Brasil	968	89,47
Chile	3	0,28
Argentina	2	0,18
Peru	1	0,09
México	1	0,09
Costa Rica	1	0,09
Europa	96	8,88
Portugal	68	6,30
Espanha	14	1,30
França	10	0,92
Itália	2	0,18
Alemanha	1	0,09
Suécia	1	0,09
América do Norte	9	0,83
Canadá	9	0,83
África	1	0,09
Moçambique	1	0,09
Total	1.082	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

As 968 referências publicadas no Brasil são organizadas na tabela 9, de acordo com as cidades de publicação e subdivididas entre as regiões brasileiras. Constata-se o número expressivo de 638 referências a obras publicadas na região sudeste do país, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que corresponde a mais da metade do total de referências bibliográficas arquivísticas. Este quadro condiz com a trajetória do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil, iniciada e desenvolvida primeiramente nessa região.

Como polo econômico, político e intelectual de forma geral, o Sudeste concentra não apenas boa parte do ensino e da pesquisa no país, mas também inúmeras instituições importantes para a área, como, por exemplo: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público de São Paulo e outras instituições como Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Oswaldo Cruz, e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Este fato remete, por exemplo, a supremacia do Rio de Janeiro, que possui dois dos mais antigos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil e por isso tem uma forte tradição cultural nas práticas de pesquisa com suas instituições de peso.

O Centro-oeste possui 170 referências, que se referem principalmente a obras do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e legislações nacionais publicadas em Brasília. A região Sul aparece com 101 referências, seguida pelo Nordeste, com 50. A capital amazonense representa a região Norte com sete citações entre os trabalhos consultados. As cidades com mais obras citadas em cada região possuem cursos de graduação em Arquivologia e demonstram a importância das instituições de ensino superior, no desenvolvimento da literatura arquivística brasileira.

Tabela 9: Cidades de publicação das obras publicadas no Brasil e citadas nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Cidades	N.º	%
Sudeste	638	65,91
Rio de Janeiro	410	42,35
São Paulo	130	13,43
Belo Horizonte	32	3,31
Niterói	30	3,10
Campinas	16	1,65
Maringá	7	0,72
Ribeirão Preto	3	0,31
Juiz de Fora	2	0,21
Vitória	2	0,21
Cidade com uma referência	6	0,62
Centro-Oeste	170	17,56
Brasília	162	16,73
Goiânia	8	0,83
Sul	101	10,43
Florianópolis	27	2,78
Santa Maria	24	2,48
Porto Alegre	21	2,17
Londrina	12	1,24
Rio Grande	5	0,52
Maringá	4	0,41
Cachoeira do Sul	3	0,31
Curitiba	2	0,21
Pelotas	2	0,21
São João do Polésine	1	0,10
Nordeste	50	5,17
João Pessoa	26	2,69
Salvador	16	1,65
Vitória da Conquista	3	0,31
Natal	2	0,21
Recife	2	0,21
Fortaleza	1	0,10
Norte	7	0,72
Manaus	7	0,72
Sem local	2	0,21
Total	968	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

De acordo com Braga (1973, p. 10), as referências bibliográficas são compostas por quatro elementos essenciais: autor, título, data e indicação

do periódico, livro etc. “Faltando qualquer desses elementos a citação é incompleta, não passando, em muitos casos, de uma nota explicativa, um comentário etc.”.

Os artigos científicos citados foram publicados em 71 periódicos diferentes, 59 nacionais e 12 estrangeiros. Praticamente a metade (35 periódicos) foi citada apenas uma vez. Os periódicos mais recorrentes nas referências analisadas estão listados na tabela 10. O mais citado foi *Ciência da Informação* do IBICT, com 24 referências, seguido pelas revistas *Arquivo & Administração* com 16, *Estudos Históricos* com 13 e *Arquivística.net* com 11, as três do Rio de Janeiro. Observam-se apenas periódicos nacionais entre os mais recorrentes.

Tabela 10: Periódicos mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Periódico	N.º	%
Ciência da Informação	24	10,91
Arquivo & Administração	16	7,27
Estudos Históricos	13	5,91
Arquivística.net	11	5,00
Informação & Sociedade	9	4,09
Encontros Bibli	8	3,64
Transinformação	8	3,64
Perspectivas em Ciência da Informação	7	3,18
Bíblico	6	2,73
Revista ACB	6	2,73
Revista do Arquivo Público Mineiro	6	2,73
Acevo	5	2,27
Ponto de Acesso	5	2,27
Periódico com quatro referências	20	9,09
Periódico com três referências	15	6,82
Periódico com duas referências	26	11,82
Periódico com uma referência	35	15,91
Total	220	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Tabela 10: Periódicos mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Autor	N.º*	%
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	113	8,03
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS BRASIL	57	4,04
ARQUIVO NACIONAL	55	3,91
PAES, Marilena Leite	51	3,62
COUTURE, Carol	46	3,27
JARDIM, José Maria	45	3,20
ROUSSEAU, Jean-Yves	45	3,20
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	43	3,05
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	35	2,49
FONSECA, Maria Odila	33	2,34
LOPES, Luis Carlos	31	2,20
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	30	2,13
RONDINELLI, Rosely Curi	28	2,00
SANTOS, Vanderlei Batista dos	26	1,85
INNARELLI, Humberto Celeste	21	1,49
SILVA, Armando Malheiro da	15	1,07
MORENO, Nádima Aparecida	12	0,85
Autor com seis a nove referências	11	0,78
Autor com duas a cinco referências	210	14,90
Autor com uma referência	250	17,75
Total	251	17,83
	1.408	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

Os 386 autores identificados nas referências somam 1.408 citações, considerando tanto as obras de autoria individual, como em coautoria. Do total de autores, 53 são estrangeiros (14%) e 251 são citados apenas uma vez (65%). Os autores mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos TCCs e artigos consultados são listados na tabela 11.

A autora mais citada é Heloísa Liberalli Bellotto, com 113 referências, quase o dobro do CONARQ, citado 57 vezes, seguido pelas

autorias Brasil e Arquivo Nacional, com 55 e 51 referências respectivamente. O fato de haver duas autorias institucionais e uma governamental entre as mais recorrentes, deve-se à frequente citação a publicações técnicas, legislações arquivísticas e uma obra de referência publicada pelo Arquivo Nacional.

Os demais autores possuem grande relevância para a arquivologia nacional, com diversos trabalhos publicados e reconhecidos no meio acadêmico. Entre os estrangeiros se destacam Theodore Roosevelt Schellenberg, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture com obras traduzidas, além do autor português Armando Malheiro da Silva.

Foram contabilizadas 469 obras diferentes, dentre as quais 337 foram citadas apenas uma vez. As obras mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos TCCs e artigos dos formandos de arquivologia da UFAM são listadas na tabela 12. Observa-se na maioria das obras, incluindo a mais recorrente, os livros publicados em formato convencional.

Heloísa Liberalli Bellotto aparece com *Arquivos permanentes: tratamento documental*, *Dicionário de Terminologia Arquivística*, em coautoria com Ana Maria de Almeida Camargo e *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, com 50, 15 e 10 referências respectivamente. A segunda obra mais recorrente é o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional, com 48 referências. Como terceira mais citada está o livro *Arquivo: teoria e prática* de Marilena Leite Paes, que é quase um manual voltado para as práticas arquivísticas, com 44 referências.

Tabela 11: Autores mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de Arquivologia da UFAM

Autor	N,**	%
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	113	8,03
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS BRASIL	57	4,04
ARQUIVO NACIONAL	51	3,62
PAES, Marilena Leite	46	3,27
COUTURE, Carol	45	3,20
JARDIM, José Maria	45	3,20
ROUSSEAU, Jean-Yves	43	3,05
SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	35	2,49
SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	33	2,34
FONSECA, Maria Odila	31	2,20
LOPES, Luís Carlos	30	2,13
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	28	2,00
RONDINELLI, Rosely Curi	26	1,85
SANTOS, Vanderlei Batista dos	21	1,49
INNARELLI, Humberto Celeste	15	1,07
SILVA, Armando Malheiro da	12	0,85
MORENO, Nádina Aparecida	11	0,78
Autor com seis a nove referências	210	14,90
Autor com duas a cinco referências	250	17,75
Autor com uma referência	251	17,83
Total	1.408	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados. Nota: (*) esta coluna considera o número de ocorrências com obras de autoria individual somado às obras em coautoria.

Na sequência, estão empatadas com 41 referências a Lei Nacional n.º 8.159 de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, e a obra *Os fundamentos da disciplina arquivística*, produzida por Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, traduzida para o português e publicada em Portugal. Destaca-se também a

tradução brasileira de *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, obra americana de Theodore Roosevelt Schellenberg, com 33 referências.

Das 21 teses utilizadas, 15 foram originadas em programas de pós-graduação em ciência da informação, assim como 19 das 30 dissertações. Dentre os 24 trabalhos de conclusão de curso, 17 são de cursos de Arquivologia, cinco de biblioteconomia e dois de história. A origem institucional destes trabalhos são exemplos de contribuições da ciência da informação, biblioteconomia e história para a Arquivologia, além de evidenciar a interdisciplinaridade entre essas áreas.

As produções locais foram citadas pelos formandos de Arquivologia da UFAM sete vezes e incluem quatro trabalhos apresentados em eventos, um relatório de pesquisa e um TCC. Ainda com poucos exemplos, a prática de fazer tais referências, mesmo aos trabalhos de conclusão de curso, proporciona o desenvolvimento das discussões levantadas nesses estudos acerca do contexto arquivístico no norte do país.

Tabela 12: Obras mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas dos trabalhos de conclusão de curso e artigos dos formandos de arquivologia da UFAM

Título	Autor	N.º	%
Arquivos permanentes: tratamento documental	BELLOTTO, Heloisa Liberalli	50	4,62
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	ARQUIVO NACIONAL	48	4,44
Arquivo: teoria e prática	PAES, Marilena Leite	44	4,07
Lei n.º 8.159/1991: dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e da outras providências	BRASIL	41	3,80
Os fundamentos da disciplina arquivística	ROUSSEAU, Jean-Yves COUTURE, Carol	41	3,80
Arquivos modernos: princípios e técnicas	SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	33	3,05
Dicionário de Terminologia Arquivística	CAMARGO, Ana Maria de Almeida BELLOTTO Heloisa Liberalli	15	1,39
A invenção da memória nos arquivos públicos	JARDIM, José Maria	13	1,20
Arquivologia e ciência da informação	FONSECA, Maria Odila	13	1,20
A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	LOPES, Luis Carlos	11	1,02
A nova arquivística na modernização administrativa	LOPES, Luis Carlos	11	1,02
Arquivística: objetos, princípios e rumos	BELLOTTO, Heloisa Liberalli	11	1,02
Arquivística: temas contemporâneos	SANTOS, Vanderlei Batista dos INNARELLI, Humberto Celeste SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	11	1,02
Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea	RONDINELLI, Rosely Curi	11	1,02
Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo	BELLOTTO, Heloisa Liberalli	10	0,92
g-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS	10	0,92
Obra com seis a nove referências		100	9,24
Obra com duas a cinco referências		272	25,14
Obra com uma referência		337	31,15
Total		1.082	100

Fonte: elaboração própria, com base nos trabalhos de conclusão de curso e artigos consultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos trabalhos consultados foi identificada uma variedade temática presente também nas pesquisas arquivísticas desenvolvidas no âmbito nacional. Os títulos destacam as práticas de gestão e o uso das tecnologias da informação nas instituições da região. A realidade dos arquivos é demonstrada em diversos estudos, assim como seu papel na preservação da memória e no acesso à informação. O contexto acadêmico e profissional da arquivologia no Amazonas é igualmente abordado pelos discentes.

Nota-se uma tendência para as questões regionais, representada pela quantidade de pesquisas focadas nas instituições locais que, de certa forma, servem ao propósito da atividade científica, fornecendo questões a serem investigadas e problemas a serem solucionados. Observa-se também certa preocupação em contribuir com as práticas arquivísticas desenvolvidas na região, por meio da aplicação do conhecimento adquirido na graduação de forma mais ampla e efetiva.

A base do conhecimento científico produzido pelos formandos de arquivologia da UFAM é constituída por um número significativo de referências bibliográficas arquivísticas. A literatura utilizada possui uma vida média de 13 anos, composta principalmente por livros e artigos de periódicos, com obras em português e publicadas no Brasil. Destaca-se a produção

científica proveniente do Sudeste, precursor da Arquivologia nacional, além de certo interesse por trabalhos e autores locais, ainda que incipiente.

Cabe ressaltar que as instituições mais visadas nas pesquisas discentes são aquelas onde se encontram acadêmicos e profissionais de Arquivologia. Outro ponto interessante é que essas instituições são predominantemente públicas, contrapondo o contexto de criação do curso, mais concentrado em atender as demandas das empresas do Polo Industrial de Manaus. Aliás, este ainda é um setor pouco contemplado nos estudos realizados.

Enquanto atividade proposta na universidade, a pesquisa discente se concretiza de forma mais expressiva nos trabalhos de conclusão de curso defendidos, ao final da graduação, substituídos em alguns casos por artigos científicos publicados em periódicos. Mas, a produção científica discente envolve também os trabalhos apresentados e publicados sem essa finalidade. A produção científica do curso, por sua vez, torna-se ainda mais abrangente, se consideradas as pesquisas desenvolvidas pelos docentes.

Apesar da trajetória recente do Curso de Arquivologia da UFAM, são vários os indícios da sua contribuição para a arquivologia no Amazonas e no norte do Brasil, resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A cada ano novos alunos ingressam, enquanto mais profissionais são qualificados para atuar nas instituições e produzir novos conhecimentos, promovendo a difusão do curso e o seu reconhecimento pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAO, Luiza Hiromi. **Vida-média e obsolescência da área de Ciência da Literatura**: uma contribuição ao entendimento da cronologia de citações na atividade acadêmica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRAGA, Gilda Maria. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 9-26, jun. 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/20>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Coletânea da legislação arquivística brasileira e correlata**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

LIMA, Raimundo Martins de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). **A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2979>. Acesso em: 04 maio 2019.

MEDEIROS, José Mauro Gouveia de; VILAN FILHO, Jayme Leiro. Análise da produção científica da arquivologia no Brasil: uma revisão de literatura. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 34-62, abr. 2017. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/26125/2072>
7. Acesso em: 23 mar. 2019.

SANTOS, Solange Huber. **Evasão discente no ensino superior**: estudo de caso no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Wanderson Monteiro da; BESSA, Amanda de Queiroz; SOUZA, Marcieli Brondani de. Perfil dos acadêmicos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas. **RACIn**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 88-104, jan.-jun, 2015. Disponível em: http://racin.Arquivologiauepb.com.br/edicoes/v3_n1/racin_v3_n1_artigo06.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n. 021, de 27 de abril de 2007. Disciplina o parágrafo único do Artigo 70 do Regimento Geral da UFAM, estabelecendo e consolidando normas para Aproveitamento de Estudos. **Deliberações: CONSEPE**, Manaus, AM, abr. 2007. Disponível em: <http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0212007sep.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia**. Manaus: UFAM, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ufam.edu.br/attachments/article/256/PPC%20ARQUIVOLOGIA.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAPÍTULO 6

EVASÃO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Solange Huber dos Santos

INTRODUÇÃO

Este capítulo é proveniente de um TCC apresentado em julho de 2018, ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação do Professor Me. Leandro Coelho de Aguiar, para obtenção do título de bacharel em Arquivologia.

Advém de m cenário de criação de novas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas bastante expressivo nos últimos anos. A oferta de cursos também foi elevada proporcionalmente. Dados do Censo da Educação Superior mostram um aumento substancial nas matrículas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

A evolução de discentes matriculados e concluintes, no período de 2009 a 2016 (último ano disponibilizado para consulta pública, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) das IES federais do País, mostra que nesse período que as matrículas cresceram 36,4%, e o percentual de concluintes foi de 29,3%.

Segundo Zago, Paixão e Pereira (2016), no Brasil, o ensino superior esteve, desde a sua origem, reservado para uma pequena parcela da população,

entre outros fatores, pela sua formação tardia, se comparado a outros países latino-americanos, e pelo alto grau de seletividade em seu acesso. Somente a partir de 2003, é que o governo brasileiro iniciou políticas públicas que visaram a expansão e a interiorização do acesso ao ensino superior, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

A UFAM, ao aderir ao REUNI, apresentou seu Projeto de Expansão e Reestruturação que, dentre suas dimensões, propôs a ampliação da oferta de educação superior pública, destacando: a) Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; b) Redução das taxas de evasão; e c) Ocupação de vagas ociosas. A execução desse Plano ocorreu no período de 2008 até 2012.

Particularmente, conhecer a evasão dos cursos é ferramenta importante para melhorar a sua eficiência, bem como otimizar seus recursos. Sobre evasão na UFAM pouco se tem publicado, além disso, o estudo sobre esse tema no curso de Arquivologia, reveste-se de maior importância, considerando ser um curso novo, porque completa dez anos em 2019.

EVASÃO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR

CONCEITOS DE EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

O primeiro grande estudo sobre evasão nas universidades brasileiras foi elaborado por uma Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, instituída pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESU), publicado no ano de 1996.

Amaral (2013) apresentou inúmeros trabalhos anteriores ao seu e que debateram o conceito e estudos de caso de evasão, entre eles, o da Comissão Especial do MEC (1996). O autor argumenta que, embora não tenha explicitado todos os conceitos e concepções do fenômeno da evasão discente presentes na literatura que trata do tema, pelo amplo espectro de conceitos encontrados, afirmou que é perceptível a inexistência de um consenso entre os autores. Mas, ressalta a ocorrência de algumas interfaces nas concepções dos autores pesquisados.

Ainda sobre a ambiguidade na literatura, a respeito do conceito de evasão, Amaral (2013) afirmou que a questão que dificulta o estabelecimento de uma consonância entre os autores, diz respeito ao aspecto temporário ou definitivo da interrupção do vínculo estabelecido entre o estudante e o curso ou a instituição. Segundo ele, enquanto uns autores consideram que, para caracterizar a evasão, a interrupção do vínculo precisa ser definitiva, outros consideram que a interrupção temporária também caracteriza o fenômeno.

Na UFAM, não há documento legal que conceitue o termo evasão. Existe o Regimento Geral, que em seu Artigo 75, estabelece critérios para a

perda de vínculo acadêmico com o curso. Essa perda pode ocorrer em virtude da ultrapassagem do tempo máximo de permanência no curso (critério 1); por ausência de matrícula em quatro semestres ou mais, consecutivos ou não (critério 2); e por exclusão em virtude de sanção disciplinar. Entretanto, no projeto da UFAM apresentado para o REUNI, a Instituição utiliza o seguinte conceito de evasão: “perda completa do aluno por abandono, desistência, transferência ou jubramento”, sem qualquer definição desses termos.

Na busca pelas definições formais dos termos utilizados na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFAM (PROEG), para registro da forma de evasão, deu-se a constatação que a Pró-Reitoria em questão possuía conceito formalizado somente para dois dos tipos de evasão, que estão dispostos no Regimento Geral da UFAM. Os demais termos/definições utilizados, são resultantes do senso comum e não estão aprovados em nenhuma esfera administrativa da Instituição.

Na presente pesquisa, o conceito de evasão utilizado foi o definido no Relatório da Comissão Especial do MEC: “evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão. Ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa”, caracterizada como:

Evasão de curso: Particularmente quando o estudante se desliga do curso superior como desistência (oficial); e,

Evasão da instituição: Quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado.

Evasão do sistema: Quando o estudante abandona os estudos sem a intenção de retomar (BRASIL. COMISSÃO..., 1996, p.16).

AS PESQUISAS SOBRE EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A revisão bibliográfica aqui apresentada sobre o tema evasão, no ensino superior no Brasil, não esgotou todos os documentos encontrados na busca, mas se ateve aos textos que guardavam relação direta com o propósito deste trabalho.

Souza (2017) apresentou uma revisão bibliográfica em teses e dissertações publicadas no sítio da CAPES sobre o tema evasão escolar no Brasil. Compreendendo o período de 2000 a 2010, e utilizando como metodologia a análise textual discursiva, concluiu que os tipos de estudos publicados nesse período podem ser classificados em seis categorias: a) Compreensão dos fatores que levam o aluno à evasão; b) Análise histórica do processo da evasão; c) Análise da relação entre indicadores de satisfação e evasão; d) Identificação do perfil do aluno que evade; e) Identificação de cursos com maior índice de evasão; e f) Propostas de trabalho relacionadas às tecnologias, com vistas à redução do índice de evasão.

Pereira (2003), em sua tese, buscou determinar a evasão de alunos e os custos ocultos em uma Universidade privada no extremo sul do país. Seu objetivo principal foi identificar os fatores que influenciavam a decisão do acadêmico de abandonar o sistema de ensino superior, utilizando como técnica

estatística a análise fatorial, ao tempo em que calculou o custo dessa evasão para as organizações acadêmicas privadas.

Com base nos resultados, foram identificados cinco fatores que influenciaram a decisão do aluno em abandonar a instituição. Na comparação com a proposta da Comissão Especial do MEC, esses cinco elementos encontrados pelo autor, compreendem o seguinte: fatores internos à instituição (infraestrutura deficitária, acervo desatualizado, métodos de avaliação docente, deficiência didático pedagógica dos professores) e fatores referentes às características do estudante (dificuldades financeiras, escolha equivocada do curso, falta de base para acompanhar o curso escolhido e o fato de ter sido admitido em um curso que não foi sua primeira opção) (PEREIRA, 2003).

Biazus (2004) buscou identificar os principais indicadores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação, especificamente do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para estudar o fenômeno da evasão, construiu um Instrumento das Causas da Evasão (ICE), que permitiu a análise das causas da evasão discente e utilizou como técnica a Estatística e a Análise Fatorial.

Corroborado por Silva Filho *et al* (2007), observou-se que apontaram a falta de recursos financeiros como a maior causa dos discentes desistirem de seus estudos. Ademais, Morosini *et al* (2012) descreveram também que a falta de recursos financeiros foi o item principal dos acadêmicos que responderam, ou seja, ao serem indagados sobre a razão do abandono do curso.

Embora sejam citadas outras razões para a evasão no ensino superior, como, por exemplo, questões de ordem acadêmica, a própria expectativa que o estudante tem em relação a sua formação e sua integração com a Instituição, apresentam-se como fatores desestimulantes que também levam à evasão do curso, porém, a falta de recursos financeiros supera a todas as outras apresentadas (SILVA FILHO *et al*, 2007).

Verificou-se que nas conclusões dos estudos citados acima, apontaram que a falta de informação sobre o curso, o descontentamento, imaturidade ao escolher o curso e a falta de interação com a Instituição de Ensino, somados ao problema econômico, são fatores que levam à evasão do curso.

EVASÃO DISCENTE NA UFAM: O CASO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Na presente pesquisa foram utilizadas as duas formas de abordagem: quantitativa e qualitativa, o tipo de estudo foi “estudo de caso”. Realizada com base em dados secundários, pesquisa documental e bibliográfica.

O estudo de caso único permite que o objeto de estudo seja analisado profundamente, podendo ser este: um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa etc. Segundo Yin (2010), os estudos de caso enfatizam a descoberta e evidenciam o contexto e podem utilizar várias fontes de informação, como, por exemplo, documentos arquivísticos de acesso público, caracterizados como fonte secundária de dados.

Duas foram as fontes utilizadas para o desenvolvimento deste estudo. O banco de dados gerado pelo Sistema de Informações para o Ensino (SIE), utilizado para o controle acadêmico da UFAM, contendo as seguintes variáveis: o número de matrícula do aluno, seu nome, o ano de ingresso, a forma de ingresso, ano e a forma de evasão, sexo, data do nascimento, unidade da federação de origem do discente e estado civil. A pesquisa documental foi realizada, utilizando os Termos de Desistência e os Termos de Opção de Curso, constantes nos assentamentos individuais dos alunos, custodiados no Arquivo Acadêmico da PROEG.

BANCO DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DISCENTES DO CURSO E DO PERFIL DOS DISCENTES EVADIDOS DO CURSO

Para a construção do perfil geral dos estudantes utilizou-se o número total de matriculados, independentes de estarem evadidos ou não, ou seja, esse banco compreendia 382 discentes, isto é, números de ingressantes entre 2009 e 2017.

Com a finalidade de traçar o segundo perfil exclusivo dos evadidos do curso, o banco de dados foi redimensionado para conter somente os alunos classificados nessa categoria, ou seja, os sinalizados no SIE como: desistentes, falecidos, jubilados (critérios 1 e 2) e transferidos; assim, esse novo banco compreendeu 105 discentes.

CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS PARA ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVARAM O DISCENTE A EVADIR-SE DO CURSO

Para essa análise, foi utilizado o banco de dados contendo só os evadidos e incluída, portanto, a variável forma de evasão, entendida segundo o conceito de evasão utilizado no presente estudo, ou melhor, “**saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo**”, resultando assim um universo de 105 discentes a serem analisados.

No total, existem 12 tipos de evasão utilizados pela PROEG no sistema SIE, mas para este trabalho, utilizou-se apenas as definições encontradas no banco de dados do curso de Arquivologia, no período de 2009 a 2017.

De posse dessas definições, o procedimento seguinte foi reclassificar esses tipos utilizados pela UFAM, para uma das três categorias de evasão, definidas pela Comissão do MEC. São elas: a) Evasão da Instituição: Quando o estudante se desliga da Instituição na qual está matriculado; b) Evasão de curso: Quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência por reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; e c) Evasão do Sistema: Quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. O reagrupamento utilizado no presente pesquisa, proposto pela autora, apresentado em forma de tabela: (Tabela 1, em Apêndice).

Para a análise do grupo de evadidos classificados como ‘desistente’, utilizou-se a leitura dos documentos produzidos para registrar a desistência do discente, quais sejam: Termo de Desistência e Termo de Opção de Curso, encontrados em seus respectivos dossiês documentais.

Desses documentos, as variáveis utilizadas para análise foram os motivos alegados pelo estudante como justificativa para a desistência do curso. Foram lidos os 30 formulários de desistência preenchidos pelos discentes. Após leitura inicial, esses motivos foram digitados em planilha do Excel e, os avaliados como semelhantes, receberam a mesma codificação e denominação.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DISCENTES NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA NO PERÍODO DE 2009 A 2017: DO CASO GERAL AOS EVADIDOS

Nesta seção está a apresentação dos resultados relativos ao primeiro objetivo específico do presente trabalho, que é levantar dados referentes aos alunos do curso de bacharelado em Arquivologia, registrados no Sistema SIE da UFAM, no período de 2009 a 2017.

Tendo em vista o quantitativo total de alunos ser 382, como já foi mencionado, observa-se que em relação ao gênero, 64% dos matriculados são do sexo feminino e 36%, masculino. Quanto ao estado civil, 78% do total de alunos é de solteiros. A respeito da naturalidade, 85% dos matriculados ao longo do curso nasceram no Amazonas.

As duas maiores formas de ingresso na UFAM são pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e pelo Processo Seletivo Contínuo (PSC), que é uma forma própria de ingresso criada pela UFAM, através da Resolução 18/98/CONSEP, feita de uma forma seriada e contínua nas três séries do ensino médio, em que os candidatos acumulam uma pontuação durante os três anos de seleção, para assim pleitear uma vaga na Universidade.

Nesse cenário, o curso de Arquivologia oferece 42 vagas anuais, divididas entre os processos seletivos PSC e SISU, e notadamente a maioria dos matriculados, presentes no cadastro do Sistema SIE, advém na Instituição via SISU. Cabe o registro que a procura pelo curso através do PSC tem diminuído ao longo desses anos. Entretanto, tem sido possível preencher até o limite das vagas totais autorizadas em razão da UFAM permitir em seus editais o remanejamento das vagas não preenchidas de um processo seletivo para outro.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquivologia da UFAM, o tempo mínimo de duração do curso é de nove semestres. Assim, refletindo o gráfico ilustrado pela figura 1, tomando-se como análise esse período mínimo de permanência no curso, foi verificado que dos discentes que ingressaram em 2009, 47% deles evadiram do curso e 47% concluíram. O maior percentual de discentes formados ocorreu naqueles que ingressaram no curso no ano de 2010 (50%). O menor foi para os ingressantes no ano de 2013, que correspondeu a 14% dos discentes desse ano.

Entre os ingressantes dos anos de 2009 a 2011, foi maior o número de formados que os de evadidos. Mas, chama atenção que, a partir dos ingressantes

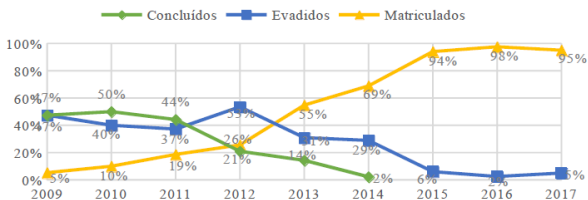
de 2012, vem ocorrendo uma inversão desses índices, isto é, o percentual de evadidos está bem superior ao de concluintes. E, como consequência imediata, verifica-se um aumento dos discentes retidos no curso, que aumentou de 5% entre os ingressantes de 2009, até 55% entre os que ingressaram em 2013 (Figura 1).

Ainda analisando o gráfico representado na Figura 1, observa-se que, a partir dos ingressos de 2014, estão contabilizados apenas os evadidos, considerando o período de pesquisa definido neste trabalho. Nesse sentido, esse valor variou de 29,0% a 5,0%. Percebe-se que entre os ingressantes nos anos de 2015 a 2017, o percentual de evadidos foi caracterizado somente pelos discentes que formalmente desistiram do curso, pois para esse período ainda não houve o registro de jubramento.

Cabe observar que apenas uma discente conseguiu formar em menos tempo que o previsto no PPC. Isso foi possível porque ela cumpriu com os créditos optativos em períodos de férias da Instituição e, sendo possível de acordo com o PPC, fez o aproveitamento de um artigo publicado no lugar do TCC, no período de vigência do curso.

A partir dessa etapa do trabalho, os dados apresentados refletirão apenas o grupo dos 105 discentes que se evadiram do curso.

FIGURA 1. Percentual de alunos, por ano de ingresso e situação no curso de Arquivologia no ano de 2017



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS DISCENTES EVADIDOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, NO PERÍODO DE 2009 A 2017.

Nesta seção atende-se ao segundo objetivo da pesquisa: traçar o perfil dos alunos evadidos do curso de bacharelado em Arquivologia da UFAM. Nessa categoria constam discentes que foram jubilados (72), transferidos para outras IES (2), ou aqueles que desistiram formalmente (30), e falecido (1), segundo o ano que ingressaram na UFAM. Nas figuras 2 e 3 há destaque para a situação dos 105 discentes.

Na figura 2 é extremamente expressivo o percentual de evadidos que ingressaram em 2012. Isto é, ao analisarmos os dados observa-se que mais da metade (53%) desses ingressantes abandonou seu curso, os percentuais foram diminuindo gradativamente até 29% dos ingressantes de 2014. Levando-se em

conta que o último jubileamento ocorreu em 2017, portanto aos ingressos a partir de 2015, ainda não havia sido imposta a aplicação do Art. 75 do Regimento Geral.

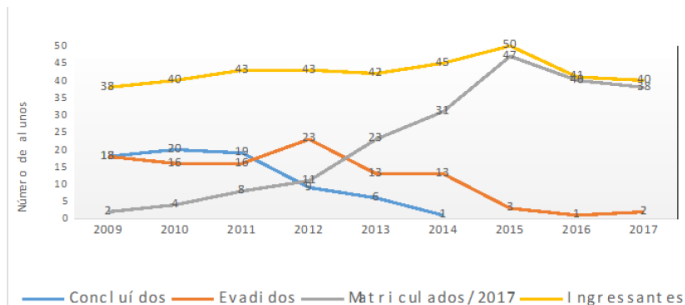
FIGURA 2. Percentual de alunos evadidos até 2017, por ano de ingresso



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

O gráfico da figura 3 explana o perfil do corpo discente do curso, demonstrando o número de estudantes evadidos em relação aos concluídos e aos que continuam matriculados. Percebe-se que o número de concluídos não chega nem perto da quantidade de vagas ofertadas no curso a cada ano e, que a partir dos ingressantes de 2012 o número de evadidos superou ao de formados.

FIGURA 3. Percentual de discentes por ano de ingresso e situação no curso de Arquivologia – 2009-2017



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

Nesse grupo de 105 evadidos, o maior percentual foi de mulheres (52%). Elas têm em média de 24 anos de idade e entre os homens dessa categoria a média de idade aumenta para 27,9 anos. Nesse mesmo grupo de evadidos, a maioria é de solteiros (75%) e naturais do Estado do Amazonas.

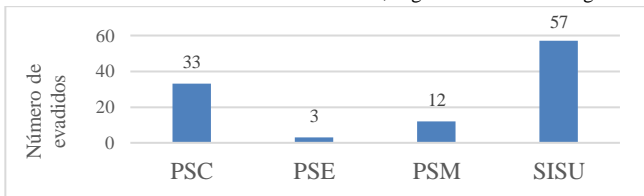
FATORES DE EVASÃO NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

A avaliação desses elementos de evasão a seguir apresentados, corresponde ao terceiro objetivo específico deste trabalho, ou seja, apresentar quais os fatores causadores da evasão discente do curso de bacharelado em Arquivologia da UFAM.

As figuras 4 e 5 apresentam os gráficos que demonstram que a maioria dos discentes evadidos, ingressou na UFAM pelo do SISU, e o principal tipo de evasão encontrado foi o jubramento (69%), segundo os critérios definidos no Art. 75 do Regimento Geral da UFAM, seguido, com um percentual muito menor, pela desistência formal do curso (29%), aquela em que o aluno assina um documento (Termo de Opção de Curso/Termo de Desistência) formalizando sua saída definitiva do curso.

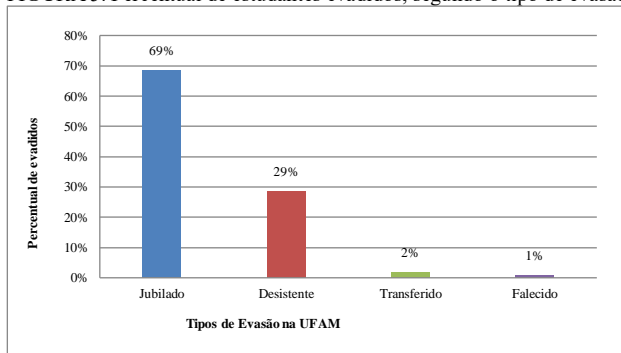
É possível constatar na figura 5 que dos 69% de discentes classificados como “jubrados”, 99% deles foram classificados no critério 2, quando o estudante não efetiva a matrícula em disciplinas por mais de quatro semestres, consecutivos ou não.

FIGURA 4. Número de discentes evadidos, segundo a forma de ingresso



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

FIGURA 5. Percentual de estudantes evadidos, segundo o tipo de evasão



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

Como explicado na metodologia, os discentes agrupados em “desistentes”, ou seja, o tipo de evasão por desistência formal do curso, deveriam apresentar o(s) motivo(s) que os levaram a abandonar a Universidade.

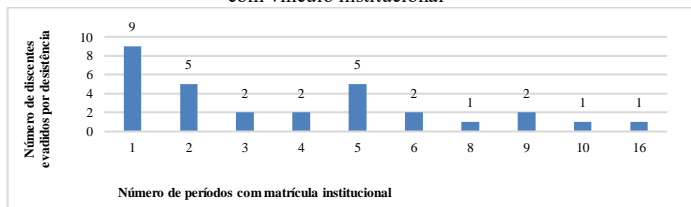
Os resultados demonstraram que a maioria dos alunos desistiu logo no primeiro ano do curso (46,7%). Esses dados corroboram Silva (2017) quando afirmou serem os dois períodos iniciais, aqueles onde ocorre a maioria das desistências.

É interessante que essa informação seja explorada pelos dirigentes da UFAM, no sentido de um estudo mais profundo e permerado de tomada de decisão, a fim de esclarecer melhor aos futuros pretendentes ao curso quais os

objetivos da área que irão cursar, bem como o perfil do egresso que a UFAM se propõe a formar.

O gráfico produzido para facilitar a visualização desse fato está ilustrado na figura 6, conforme pode-se observar. Nele, o primeiro semestre é disparado o maior número de desistentes formais. Cabe ressaltar os períodos não contemplados no gráfico (7, 11, 12, 13, 14 e 15) não aparecem em razão de não haver pedidos de desistência nesses períodos no grupo estudado.

FIGURA 6. Número de discentes evadidos segundo a quantidade de períodos com vínculo institucional



Fonte: Sistema de Informação para o Ensino (SIE) (2018)

Na tentativa de melhor explicar essas respostas e, para facilitar a tabulação, os motivos declarados (*ipsis litteris*) pelo discente no documento da desistência, foram classificados em dez motivos: (1) Aprovação/opção por outro curso em outra IES; (2) Aprovação em outra IES via Prouni ou com bolsa da instituição; (3) Opção por outro curso UFAM; (4) Conflito de horário com atividade laboral; (5) Motivos pessoais ou não declarados; (6) Viagem ou mudança de domicílio; (7) Incompatibilidade com o curso/Não se identificou

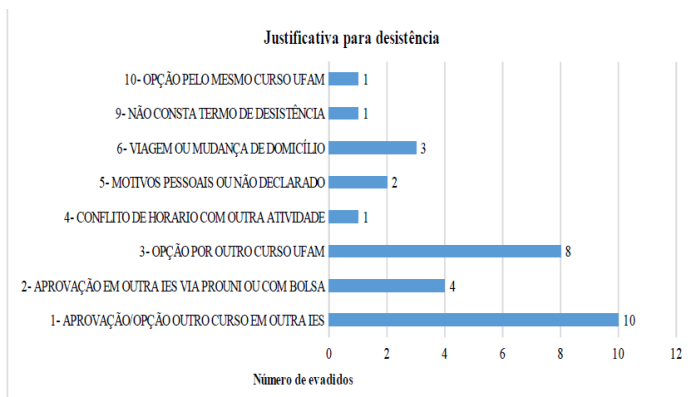
com o curso; (8) Retorno à IES de origem (alunos estrangeiros); (9) Não consta documentação da desistência (Documento não localizado no dossiê do discente); (10) Opção pelo mesmo curso UFAM (limpeza do histórico). Observa-se que este último motivo classificado remete ao trabalho da Comissão Especial do MEC (1996), que considera evadido o aluno que reingressa no mesmo curso, por novo processo seletivo, com o objetivo de “limpar” seu histórico escolar.

Os maiores percentuais foram entre aqueles que passaram em processo seletivo de outra IES e/ou que receberam bolsa de estudo. Assim, esses desistentes optaram por fazer outro curso em outra universidade e, parte deles declarou que ingressou em IES privada, recebendo bolsa de estudo total ou parcial.

Chama a atenção que no grupo de desistentes formais não foi encontrado nenhum registro de discentes que declararam incompatibilidade com o curso (motivo 7). Também não foi localizado nenhum caso de aluno estrangeiro que retornou a sua instituição de origem (motivo 8).

A figura 7, abaixo, apresenta o gráfico elaborado para melhor visualização da distribuição desses 30 estudantes, segundo o motivo da desistência declarado nos respectivos termos.

FIGURA 7. Discentes evadidos segundo o motivo alegado para a desistência



Fonte: Banco de dados produzido pela autora a partir das informações contidas nos tipos documentais: Termos de Desistência e Termos de Opção de Curso, encontrados nos assentamentos individuais dos discentes.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A procura pelo curso de Arquivologia da UFAM vem, ao longo desses nove anos de existência, aumentando gradativamente, principalmente por meio do SISU. No PSC não é possível verificar crescimento semelhante. Essa baixa demanda permite recomendar à UFAM que aumente a difusão do curso nas escolas de nível médio do Amazonas, dando a conhecer qual o objetivo do curso

e o seu perfil formador, em linguagem clara e acessível a esse estudante que ainda se encontra em sala de aula do ensino médio.

Quanto à retenção discente no curso, ainda que não faça parte dos objetivos da presente pesquisa, registramos que é pequeno o percentual de discentes que colaram grau dentro do tempo mínimo. Aliás, em alguns anos, o percentual de discentes graduados é menor que o percentual de discentes que se evadiram do curso.

Constatamos que a evasão discente ocorre frequentemente por conta do jubramento, quando o aluno fica quatro semestres ou mais sem fazer matrícula em disciplina, ou quando extrapola o tempo máximo permitido de permanência do curso. Ainda, dentro desse grupo de evadidos, os classificados como desistentes, fizeram isso logo no primeiro ano de curso. E, os motivos mais frequentemente alegados foram: a) Mudar para outro curso na UFAM; b) Optar por outro curso de outra IES, com ou sem bolsa de estudo. Nesse último caso, o discente do curso tem optado por mudar para curso em outra IES, ainda que tenha que fazer o financiamento através de programas de governo que oferecem bolsas de estudo, mas que devem de alguma maneira serem pagas após a conclusão do curso.

Destacando que essa análise descritiva sobre os desistentes só foi possível mediante o trabalho desenvolvido com a construção do banco de dados elaborado, a partir da leitura de documentos como: Termos de Desistência e Termos de Opção de Curso, trabalho este desenvolvido pela autora, em sua rotina

laboral no Arquivo Acadêmico da PROEG, para todos os cursos da UFAM, pode ser disponibilizado para futuras pesquisas nos demais cursos.

Tratando-se do primeiro estudo sobre evasão no curso de Arquivologia, julgamos ser importante ressaltar, inicialmente, as limitações desse estudo. A primeira diz respeito à forma de coleta das informações relativas à evasão por desistência. No formulário disponibilizado pela PROEG, o discente fazia a exposição do motivo de forma dissertativa, o que dificulta o trabalho do pesquisador para tabular os dados. Sendo assim uma recomendação proposta por esta pesquisa, e acatada pela PROEG, foi a mudança no formulário de desistência de curso, apresentando os possíveis motivos de desistência como resposta fechada, onde o discente assinalaria a alternativa que mais se aproxima do seu motivo de evasão.

Outra limitação deste estudo é que os discentes na categoria de “matriculados”, na verdade são os alunos com matrícula institucional e não os matriculados no semestre, em disciplina.

A pesquisa também evidencia que, apesar dos inúmeros programas para fixação dos discentes na Instituição, não há estudos publicados sobre a efetividade deles, incluindo a Lei das Cotas e o impacto da opção da UFAM em aderir ao SISU.

Na busca por documentos institucionais que tratassem sobre o tema evasão, verificamos a ausência quase absoluta de estudos dessa natureza. Por essa causa, outra recomendação foi a de que o trabalho aqui apresentado seja expandido para todos os cursos da UFAM, em razão de que o acervo documental

dos arquivos da Instituição são fontes riquíssimas de dados e informações, porque podem subsidiar as pesquisas para melhor compreensão da evasão e assim poder combatê-la.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Batista do. **Evasão discente no ensino superior**: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus de Sobral). Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Programa de Pós-Graduação-Superintendência de Recursos Humanos, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8013>. Acesso em: 24 maio 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no curso de Ciências Contábeis. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87138>. Acesso em 25 maio 2018.
- BRASIL. COMISSÃO ESPECIAL. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. 1996, 35 p. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/diplomacao-retencao-e-evasao-nos-cursos-de-graduacao-em-instituicoes-de-ensino-superior-publicas/>. Acesso em: 26 maio 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 27 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

– REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 26 maio 2018.

BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. **Administração on-line**. v.1, n.1, jan./fev./mar. 2000. Disponível em: http://fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm. Acesso em: 29 maio. 2018.

FERREIRA, Rafael Chaves; KONRAD, Glauca Vieira Ramos. O ensino de arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de arquivologia do RS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. V.28, n.3, p.128-152. Edição Especial, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/5358/3521>. Acesso em: 04 jun 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 20, de 13 de março de 2002**. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Arquivologia. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. INEP. **Diretrizes gerais do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**, 2007. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 maio 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 2 jun. 2018.

MOROSINI *et al.* A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos *Qualis* entre 2000-2011. In: ICLABES. **Primera Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono en la Educación Superior**, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8762>. Acesso em: 24 maio 2018.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior**: uma aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86403>. Acesso em: 24 maio 2018.

SANTOS, Jardel Claudino Pereira. **Evasão de alunos de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas**: caracterização e efeitos de uma reestruturação curricular. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Amazonas, 2017.

SILVA, Gideon Soares da. **Retenção e evasão no ensino superior no contexto da expansão**: o caso do curso de Engenharia de Alimentos da UFPB. Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/9342>. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA FILHO et al. Evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**. V.37, n.132, p.641-659, set.-dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

SOECKI et al. Evasão no ensino superior. **Nativa**. V.7, n.1, p.32-39, 2018. Disponível em: <http://revistanativa.com/index.php/revistanativa/article/view/354>. Acesso em: 11 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Estatuto da UFAM**. 1998. Disponível em: http://proeg.ufam.edu.br/attachments/144_001_Estatuto%20da%20UFAM.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Site do Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais UFAM**. Disponível em: <http://www.proplan.ufam.edu.br/Site%20Reuni/index.html>. Acesso em: 29 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Site da Comissão Permanente de Concursos**. Disponível em: <http://www.comvest.ufam.edu.br/>. Acesso em: 29 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia**. Manaus, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Regimento Geral**. Manaus, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução nº 047**, de 29 de novembro de 2011. Homologa a criação do curso de graduação em Arquivologia, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras/ICHL/UFAM. Manaus, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. CONSEPE. CEG. **Resolução nº 037**, de 04 de julho de 2011. Adota procedimentos de padronização para mensuração do tempo máximo dos cursos de graduação presenciais. Manaus, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução nº 049**, de 01 de outubro de 2009. Cria o curso de graduação em Arquivologia modalidade bacharelado, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução nº 078**, de 14 de outubro de 2010. Aprova o projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução nº 079**, de 14 de outubro de 2010. Regulamenta o projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Manaus, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Resolução nº 079**, de 25 de outubro de 2007. Aprova o REUNI, o PDF 2007 a 2016 e o PDI 2006 a 2015 da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Sistema de Informações para o Ensino – SIE**. Versão Asten 2.6.0. Servidor de aplicações. Manaus, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Site da Escola de Arquivologia**. Disponível em: <<http://http://www.unirio.br/arquivologia>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago. Acesso e permanência no ensino superior: problematização e evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**. V. 19, n. 27, jan.-abr. 2016, p.145-

APENDICE A**TABELA 1.** Tipos de evasão utilizados na UFAM para efeito de registro no Sistema SIE e sua definição, segundo a classificação da Comissão Especial do MEC

CLASSIFICAÇÃO COMISSÃO DO MEC	CLASSIFICAÇÃO UFAM	DEFINIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA UFAM
Evasão da Instituição	Jubilado	<p>Jubilado: evadido segundo o Art. 75 do Regimento Geral da UFAM</p> <p>Critério 1: Quando o estudante ultrapassa o tempo máximo para integralização do curso, especificado no projeto pedagógico;</p> <p>Critério 2: Quando o estudante não efetiva matrícula em disciplinas por mais de quatro semestres, consecutivos ou não.</p>
	Transferido	<p>Transferido: esta forma de evasão está subdividida em duas modalidades previstas no Art. 74 do Regimento Geral da UFAM.</p> <p>a) Transferência facultativa: Quando a pedido, o discente da UFAM é transferido para outra IES no Estado ou do País, desde que apresente declaração de vaga da Instituição pretendida;</p> <p>b) Transferência ex-offício ou obrigatória: Quando o estudante tem ingresso em outra IES, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, por se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou se dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício.</p>
Evasão de curso	Desistente	<p>Desistente: o discente recebe essa classificação quando atende uma das duas situações:</p> <p>a) Quando o estudante solicita formalmente a sua</p>

		<p>desvinculação definitiva do curso/Instituição. Ele pode fazer isso a qualquer tempo, bastando preencher o formulário “Termo de Desistência”. E nesse caso, apresentar os motivos que o levaram a esse pedido;</p> <p>b) Quando o discente já é aluno da Instituição, e por processo seletivo específico, é aprovado para qualquer outro curso da UFAM, ou mesmo para o mesmo curso de origem. Nessa condição, o discente assina o documento “Termo de Opção de Curso”.</p>
Evasão do Sistema	Falecido	Falecido: quando há o registro formal do falecimento do estudante, através da apresentação de documento que comprove o óbito.

FONTE: Elaborado pela autora (2018)

PARTE III
PESQUISAS NA ÁREA

CAPÍTULO 7

A PESQUISA SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES: INTERLOCUÇÕES E CONDIÇÕES DE ACESSO NOS ARQUIVOS POLICIAIS

Marcelo Araújo Silva

INTRODUÇÃO

Este estudo teve por objetivo central investigar os mecanismos e estratégias praticadas por um grupo de pesquisadores, no acesso às organizações policiais e às informações públicas produzidas no interior de seus “muros”. Isto é, para alcançar a centralidade de sua motivação. Nesse sentido, fez-se necessário entender os aportes teóricos que inter-relacionam a Ciência da Informação e a Antropologia e suas distintas maneiras, porém complementares, para analisar o problema do acesso.

O desenvolvimento da ciência praticada em qualquer que seja o território, está intrinsecamente ligado ao acesso, pois, permite a interação e a produção do conhecimento e do saber. Na sociedade da informação, a democratização do acesso à informação de qualidade está no centro dos debates, por conseguinte, há necessidade de políticas públicas e acesso que permitam o combate aos pensamentos provincianos e práticas institucionais que recolhem os arquivos da esfera pública aos domínios de um dono personificado.

A produção científica no campo da Ciência da Informação, Antropologia e Arquivística carece de pesquisas que observem o acesso às

instituições e suas informações à serviço da pesquisa social. É necessário ampliar o olhar sobre o acesso, entendendo-o como um processo informacional e comunicacional que pode começar fora das organizações, daí a importância, *a priori*, de observar se essas organizações, especialmente de natureza pública, são acessíveis, ou seja, servem à sociedade e suas demandas informacionais.

No âmbito da pesquisa social em organizações policiais, há, nitidamente, um campo de tensão relacionado ao acesso, onde possibilitou, no escopo desta análise, o desenvolvimento de conceitos como “relações sociais de acesso” e “pré-acesso”, a partir dos aportes gerais presentes na literatura científica da área, como também as interações entre indivíduos e grupos nas dinâmicas sociais e informacionais estabelecidas no campo.

Em outras palavras, este trabalho tem como contribuição uma reflexão sobre a reivindicação de políticas públicas de acesso às informações, sobretudo na formulação de instrumentos normativos mais favoráveis às pesquisas científicas, a fim de evitar restrições totais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O universo da pesquisa constitui-se de quatro delegacias de polícia do Estado do Amazonas, mais precisamente da Região do Alto Solimões, que correspondem a primeira etapa de municípios visitados pelos membros do Observatório de Violência Contra Mulheres no Alto Solimões (OBVM), que possui, segundo dados coletados, uma delegacia em cada cidade. As cidades receberam as siglas M1 para identificar o município 1, M2 para o município 2,

M3 para o município 3 e M4 para o município 4, com intuito de guardar seus nomes e não comprometer os agentes envolvidos na pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa são os estudantes que, através da pesquisa campo, entraram em contato com as instituições e suas informações. Dentre os instrumentos analisados estão à tipologia documental produzida pelo projeto, convencionado como “relatórios de campo”, que compõe uma mistura de relatório técnico-descritivo, com os elementos da produção de texto etnográfico.

Como orientação conceitual da análise dos dados, optamos por aderir aos conceitos de “acesso jurídico” e “acesso intelectual”. No primeiro conceito, as informações podem garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional, isto é, o acesso aos arquivos (como acesso às instituições). Em outras palavras, o acesso intelectual dado ao conjunto de mecanismos de recuperação da informação viabiliza acesso pleno aos conjuntos documentais (JARDIM, 1999). A “Antropologia da Informação” e o estudo sobre redes e redes sociais preceituam subsídios teórico-metodológicos, fornecendo uma compressão de fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos, no entendimento do problema, como também das questões externas, essencialmente, na observação e formatação da rede e das interlocuções, bem como o desenvolvimento dos conceitos de “pré-acesso” e “relações sociais de acesso”.

O método utilizado foi a análise de conteúdo de Bardin (2011) onde seus conceitos e aplicações apresentam-se em três etapas: pré-análise,

exploração do material, tratamento dos resultados: inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, foi realizada, primeiramente, a organização do trabalho, leitura flutuante da documentação selecionada, ou seja, os relatórios de campo, onde obteve-se os primeiros contatos com os documentos, e por fim, os recortes. Quanto à exploração do material, foi realizada a escolha das categorias de análise, sendo elas: a) Interlocutores de acesso às informações. Reunindo elementos das relações que possibilitam o acesso.

Ademais, ao que se refere ao tratamento dos resultados, foi realizado a interpretação dos conteúdos dos documentos e, posteriormente, a inferência, norteando os polos de atenção expostos no tema da pesquisa, onde há aplicação dos recortes textuais dos relatórios de campo, bem como interpretação e inferência do pesquisador e dos autores indicados no referencial-teórico da pesquisa para compreensão dos fatos.

ANTROPOLOGIA DA INFORMAÇÃO: EM BUSCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO

Os pressupostos engendrados e os esforços teóricos empregados na formulação de uma empreitada conceitual, a fim de integrar as duas áreas, acontecem no campo de tensões e reflexões da Ciência da Informação – CI, que apresenta no cerne de suas discussões, a problemática da produção, distribuição e organização da informação entendida como o caminho basilar para o exercício da cidadania e busca do conhecimento. Com esses elementos, a sua ambientação se dá no amplo e vasto pano de fundo de uma sociedade da

informação, aliados à noção de “cultura informacional” em sua interação com o mundo real.

É com essa premissa que a Antropologia da informação reflete suas bases e tem como objetivo o estudo das questões informacionais no mundo social, uma vez que, nesse cenário, estão os diversos discursos, exprimindo diferentes visões da realidade e em busca da “verdade”.

Assim, o objeto de estudo da CI, em maior amplitude, deixa de ser apenas a informação contida em suportes físicos e eletrônicos, e posiciona sua circulação e transferência formatada na vida social, bem como nas suas dinâmicas relacionais, onde um sujeito põe a “informação em movimento”. Alinhada nesse objeto, podemos afirmar que uma das preocupações investigativas da antropologia da informação apoia-se em discutir e observar as condições sociais (políticas, econômicas e culturais) de produção, disseminação e uso da informação, observando essa informação dinâmica na constituição do acesso, corroborando com o escopo analítico das interlocuções de acesso direcionadas neste estudo (MARTELETO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2002).

No cenário deste estudo estão os conflitos entre o acesso às informações/dados/registros para pesquisa histórica e social, a qual a configuração do pré-acesso estrutura-se fora dos “muros” da instituição, refletindo o conhecimento e a informação na cultura local, bem como o emprego teórico-metodológico da noção de rede, o que denominamos “rede de informantes” ou “rede informacional” (MARTELETO, 2002).

Nessa perspectiva, torna-se importante a percepção conceitual da noção de “terceiro conhecimento”, em uma forma distinta de observar o uso da informação e toda conjuntura informacional acerca da rede, seja dentro ou fora das instituições, fornecendo ao pesquisador/observador uma referência para interpretar as práticas informacionais que têm lugar no mundo social, bem como as suas dinâmicas (AZEVEDO, 2006). Dessa noção cuja natureza de entendimento é complexa, onde as relações de troca informacional são progressivas e mutáveis, foi possível perceber e observar a construção “tijolo a tijolo” do pré-acesso, por meio das relações sociais no campo.

Dessa forma, a necessidade da utilização de elementos conceituais de rede e informação relacionados aos produtores de conhecimento do campo científico, onde unidades e organismos constituem uma interação em busca do saber, contribuíram na construção desse sentido. No entanto, o conceito de “redes sociais” nos estudos sociológicos e informacionais fazem-nos entender, genericamente: “como sendo constituída de um conjunto de unidades sociais e das relações que essas unidades sociais mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis” (MERCCLÉ, 2004, p. 4 *apud* MARTELETO, 2007.). Em outros termos, procuramos explorar a relação dos indivíduos na constituição de redes informacionais, em contato com as organizações e as interlocuções destinadas ao acesso às informações que designamos como relações sociais de acesso.

Em síntese, a partir desses campos que interessam neste estudo, foram relacionadas as seguintes categorias que nortearam os trabalhos de

análise, baseado na Antropologia da Informação: 1) cultura informacional da organização; 2) comportamento informacional (atitudes dos indivíduos e dos grupos informacionais); 3) compartilhamento das informações. Elas encaminham as percepções nos relatórios de campo, acerca da formação das redes de informantes e interlocuções que acontecem no âmbito do pré-acesso, onde revela-se os caminhos e descaminhos, encontros e desencontros, erros e acertos que regem as ações e estratégias da pesquisa, frente a dura tarefa de transpor os “muros” das instituições e em busca de seus estoques informacionais.

CULTURA ORGANIZACIONAL E PRODUÇÃO DE REGISTROS POLICIAIS

O modelo de cultura organizacional percebidos nas localidades deste estudo, e consequentemente presentes nos ambientes mais conservadores do setor público, é proposto por Barros e Prattes (1996) como quatro subsistemas em plena convergência: formal e informal, e líderes e liderados, ou seja, onde percebe-se uma maior interação entre formalidade e as lideranças, informalidade e os comandados. Dentro desse modelo, é possível analisar o compartilhamento de informações nas organizações brasileiras em Aidar e Alves (1997, *apud* NOVATO-SILVA, 2008), quando afirmam que a necessidade de convivência entre níveis hierárquicos, imposta pela globalização, juntamente com o aumento da competitividade e busca de

padrões de qualidade internacional, esbarra, dramaticamente em condições de origem sociocultural, dado os desníveis da sociedade brasileira.

A sociedade da informação atinge também instituições consideradas mais conservadoras do setor público. A esse respeito, Beato Filho (2001) afirma que as organizações policiais têm seu funcionamento da mesma maneira como no século passado, isto é, com as mesmas práticas e métodos, entretanto, confronta-se diariamente com problemas deste século; além do mais, a produção de conhecimento sobre a gestão da segurança pública no Brasil ainda é escassa. Tendo em vista que esses ambientes são reconhecidamente um lugar violento e de constante interação com o uso da força, em combate à violência. Logo, sugere-se, em certo grau, uma desconfiança de agentes externos e independentes que, no caso, pretendem pesquisar e conhecer suas práticas (ALCADIPANI, 2013).

A respeito dos dados em documentos administrativos em delegacias, existe um embate no âmbito da qualidade das informações apresentado na obra *Violência contra mulheres no Brasil: Acesso a informação e políticas públicas (2014)*, organizado pela equipe do “artigo 19 Brasil”. Essa obra apresenta um estudo que expõe o estado da arte das informações sobre violência no país, e chama atenção para os problemas dos dados, elencando os problemas do seu tratamento:

Além da inexistência de dados desagregados por sexo e outras variáveis relevantes para as análises das políticas, estudos indicam que entre os principais problemas para esse acesso à informação sobre a violência contra as mulheres

estão: a baixa qualidade das informações existentes e a forma assistemática como são divulgadas em sites, a morosidade na remessa diante de solicitações específicas, a cobertura irregular e parcial das informações, a manutenção de sistemas de informações que não “conversam entre si”, impedindo o cruzamento e análise de informações intersetoriais, assim como a falta de treinamento e disposição dos funcionários públicos para a prestação de informações (BRASIL, 2014, p. 05)

Além disso, apresenta uma série de estudos que discutem as vantagens e desvantagens dos dados e registros administrativos, quando utilizados para pesquisa de gênero. Em outras palavras, o seu uso está sendo problematizado em diversos aspectos, sendo os principais pontos para este estudo: registros não planejados e preenchimento incorreto. Nesse sentido, o não planejamento dos registros e dados produzidos geram informações inconsistentes e confusas, fornecidos pela produção documental; logo, os formulários que coletam dados direcionam à reflexão e tendem a prejudicar a análise.

Por outro lado, a falta de preparo dos agentes policiais no preenchimento das ocorrências resulta na mesma inconsistência. Por conta disso, os estudos redirecionaram suas análises para a reflexão sobre os registros e sua movimentação no sistema. Daí a possibilidade de uma compreensão onde se permitiu questionar a qualidade dos dados e, primordialmente, as condições de acesso a informações disponibilizadas.

O ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES NA PESQUISA DE CAMPO

A literatura sobre acesso aos arquivos policiais, para fins de pesquisa, praticamente inexistente no Brasil. Na verdade, há uma escassez de histórias fracassadas de acesso, ou mesmo de dados que demonstram um quantitativo de pesquisas que deixaram de existir por conta de restrição total aos dados, ou que eventualmente foram prejudicadas por acesso parcial aos registros de uma organização; enfim, são problemas específicos que provêm de um mesmo *modus operandi*. Neste caso, a negociação de acesso pode ser ainda mais dificultada, em virtude da relutância de muitas organizações em abrir as suas portas, temerosas de que seus "segredos" se tornem públicos (BRYMAN, 1988; BUCHANAN *et al*, 1988; SMITH, 1997, 2000; ALVESSON & DEETZ, 2000; GELLNER; HIRSCH, 2001; BRUNI, 2006b; JOHNSON, 1975 *apud* ALCADIPANI, 2013).

Em uma busca incessante de referências científicas que postulassem sobre o tema, nos deparamos com o artigo *Confissões Etnográficas: Fracasso no acesso a organizações no Brasil (2013)*, cujo trabalho constitui-se de duas etnografias fracassadas, como afirma o título, em diferentes contextos e organizações, ou seja: um jornal e uma força de segurança nacional.

Outro estudo importante encontrado foi: *Fazendo Etnografia em campo minado*, de Vanderlan Silva (2014). Nele, o autor expõe a etnografia em quatro escolas do ensino fundamental e em uma penitenciária no estado da

Paraíba, ainda mais quando comenta as negociações sobre a entrada na penitenciária

Por certo, não se tratava “*apenas*” da seriedade da pesquisa, mas do controle a ser exercido sobre o pesquisador. Durante todas as audiências, a autoridade judicial sempre se portou como inquiridor, procurando avaliar o pesquisador e mensurar as possíveis consequências da realização da pesquisa e da divulgação dos seus resultados para a instituição (SILVA, 2014, p. 03)

Similarmente, as duas etnografias compreendem relatos das dificuldades de acessos e suas negociações. Este último, ainda de caráter dramática, pois, são das “negociações” que depende essencialmente para a viabilização e execução da pesquisa e seus desdobramentos.

Dentre os vários obstáculos colocados nas pesquisas e observados por ambos os autores, no caso específico que requer acesso ao interior das organizações, duas preocupações são constantes: 1) Quais as informações que serão acessadas ou pessoas entrevistadas? 2) Quais as consequências da realização da pesquisa e da divulgação dos seus resultados para a instituição? Como observou Smith (2000, *apud* ALCADIPANI, 2013) existem responsáveis por manter os segredos das organizações, como os gestores e executivos, que são aqueles que decidem quem pode ou não entrar no seu interior. Esses são verdadeiros “leões de chácara” organizacionais e tendem a ficar preocupados com a possibilidade de que relatórios de pesquisa exponham práticas institucionais para o público em geral, ou, até mesmo, sejam utilizados em processos judiciais contra a organização que representam.

O que torna o tema mais impressionante é que os obstáculos de acesso às organizações e seus registros, parecem ser vistos com certa “naturalidade” para os condutores de pesquisa científica, e insistentemente o assunto permanece na obscuridade ou reduzidas a prefácios e notas de rodapé explicativas. Assim, “a questão do acesso tende a ser tratada como uma das etapas práticas e não reflexivas [...]. É uma questão vista como quase não problemática” (ALCADIPANI, 2013, p. 03).

O mais flagrante dos casos a qual teve-se contato na busca de pesquisas que, de alguma forma expuseram os descaminhos dos acessos às informações institucionais, é demonstrado com a clareza e ênfase necessária na pesquisa apresentada como Trabalho de Vignol (2009), intitulada *Acesso Limitado: As Lacunas da Informação institucional do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa*, que consiste em um relato restrição de acesso às informações institucionais que afetou diretamente os objetivos da pesquisa:

A problemática desta pesquisa compreendia analisar os objetivos norteadores da fundação de um Museu de Comunicação em um período de forte repressão as liberdades de expressão, sobretudo às comunicações, imposto pelo AI5 [...] seria necessário pesquisar e analisar a documentação referente ao histórico do funcionamento da instituição, ou seja, ter acesso ao seu arquivo administrativo. Porém, há limitações no que tange ao acesso das referidas informações, restrições foram feitas e em uma determinada situação, foi vetada a aproximação com a maior parte das fontes primárias, sendo impossível descobrir se as mesmas existem ou não. Devido a estas impossibilidades o foco do estudo foi alterado. [...] As tentativas quase que totalmente

frustradas feitas junto à instituição e em alguns órgãos a ela vinculados mostraram que não há interesse em pesquisas que privilegiem o funcionamento de referido museu (VIGNOL, 2009 p. 11-12).

A mudança do foco da pesquisa teria como objeto base a história administrativa do museu, e trouxe, abruptamente, sua alteração solapada e, não menos colidente, para as “lacunas do acesso” à informação institucional, revelando o caráter explorador do estudo, ou ainda, em um dos raros momentos apresentados em uma pesquisa, onde há restrições de acesso. Entre outras coisas, a negação do acesso parece-nos caminhar por lugares obscuros, ainda mais ao manto que cobre os seus segredos, especialmente quando a pesquisa circunda um período conturbado da história do Brasil, porque é caracterizado pela violação de direitos fundamentais, e, oportunamente, não diferencia muito do presente, dado a amplitude do fato relatado pela autora.

Entretanto, não se vislumbra um esforço de transformação da cultura de restrição informacional que impõe duras perdas ao desenvolvimento científico, como também à continuidade de estudos que esbarram nos portões fechados que vetam o acesso às instituições, e, conseqüentemente, às informações contidas nos seus arquivos.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO E SEUS INTERLOCUTORES

Apresentaremos as estratégias e interlocuções ao que se refere o pré-acesso. Esse conceito, como o desenvolvemos e observamos, aplicados às

estratégias de campo, estrutura-se na referida pesquisa como o processo que antecede o acesso oficial ou pleno às instituições e seus estoques informacionais, ou seja, por meio do uso de redes de contatos, ação de interlocutores e as relações que se dão no campo de pesquisa que formam um mosaico de informações, servindo de mapa para adentrar o terreno das instituições.

Nesse sentido, as relações sociais de acesso, como o conjunto de indivíduos em constante interação e troca de informações, constituída como estratégia de campo pelos pesquisadores, possui o objetivo ao acesso pleno às instituições/organizações e seus estoques informacionais. Essas relações visam superar os “leões de chácara” (ALCADIPANI, 2013) e os inquisidores do “campo minado” (SILVA, 2014). Além disso, reconstruiremos o percurso que observa, desde os primeiros contatos, até detalhes que compõe relações sociais nesses ambientes, bem como aspectos econômicos e culturais da região, como nos despertou a Antropologia da Informação.

Ademais, convém esclarecer que o deslocamento de um município para outro, em tratando-se de pesquisa em organizações, requer informações prévias e localização de organizações no território novo. No alto Solimões, região do Estado do Amazonas, não é diferente, porém como território onde o fluxo de pessoas é intenso, porque torna-se possível a identificação de “conhecidos” que oferecem estadia durante os dias da pesquisa. Assim, estes conhecidos, conectam-se à rede de informações, como relatado pelo discente da seguinte maneira:

Acomodamo-nos, descansamos e às 15h:00min nos reunimos com Sr^a. Antonia⁴¹ que nos informou a rotina da casa e também contou algumas coisas sobre o município e foi que com e que obtivemos um dos contatos mais importantes da cidade, além de nos informar boa parte das organizações governamentais e não governamentais existentes no município⁴².

A senhora Antônia é o primeiro contato que contribui para a interlocução do acesso, informando as organizações governamentais e não governamentais, no município da região. Na M3 podemos observar uma interlocução da coordenadora do projeto, na indicação de informantes:

Era encontrar um informante que nos fornecesse algumas informações sobre o município de M3 (...), pela parte da manhã conhecemos Anderson da Silva, esse indicado pela professora, esse rapaz nos deu informações sobre o município (...) foi nesse momento que indicou um rapaz chamado de Marcelo Magalhaes (...) esse nos informou sobre vários setores do município da sua cidade, nos indicou algumas associações existente e que por ele foi fundada.

Um informante contribuiu com detalhes sobre o município, e logo encaminhou o encontro de um segundo informante, este último, como profundo conhecedor dos “setores” do município.

⁴¹ Todos os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

⁴² Foram mantidas todas as características originais do texto.

Logo, quando um dos membros do grupo de pesquisa pertence ou reside no município alvo, pode-se observar uma maior facilidade de acesso às autoridades políticas e administrativas da cidade, como foi no caso de M2:

Fui para casa do prefeito, fiquei meia hora esperando, quando ele saiu fui logo cumprimentando e falando do trabalho e da equipe de pesquisadores acadêmico da Universidade Federal do Amazonas do Programa Observatório da Violência contra Mulher.

Diante do gestor da cidade, ou em contato direto com os agentes da instituição que se deseja ter acesso, nota-se ainda as conexões e interlocutores em constante interação. Em ambos os casos, a apresentação da coordenadora e os motivos da pesquisa são explicados da seguinte maneira:

Fomos recebidos pelo cabo de polícia Aldemir Souza e pelos soldados Matheus e Cleber, cumpre-se ressaltar que os dois policiais são conterrâneos da cidade de (...) onde eu moro aguardamos uns 10min para a chegada do comandante da DIP, o delegado Humberto Soares fomos formalmente apresentados, pela coordenadora do programa, quais os motivos de tal pesquisa no município de M3, depois de feito as devidas apresentações comecei a colher informações sobre o espaço físico da DIP.

A observação e a interação com os policiais do Distrito Integrado de Polícia – DIP permite obter informações sobre os aspectos culturais que circundam o período, ou seja, até o motivo pelos quais estão em serviço, isto é:

Quando chegamos à delegacia as 08h23min o estabelecimento ainda estava fechado, com alguns minutos depois chega o primeiro policial que estava recebendo o plantão. Então se aproximamos dele e puxamos conversa. Ele é natural de M1 e entrou na incorporação há pouco tempo e esta apenas fazendo reforços devidos os festejos da cidade. Passará apenas alguns dias na cidade e depois retornará a capital Manaus. [...] Enquanto isso observei a forma como os PM"s se relacionam, a conflitualidade existentes entre os PM"s que estavam ali como reforço para os festejos da cidade e os que trabalham e residem em M1, falavam uns dos outros desmerecendo o trabalho e a experiência que tinham ao longo de suas vidas

O "puxar conversa" mostra-se como a interação que pode trazer informações e incluir os agentes internos na rede. Além disso, demonstra um pouco das relações entre agentes de outras cidades e as diferenças entre os que residem/trabalham na capital ou no interior. O que é bem explicitado como estratégia dos discentes nas conversas e nas observações a seguir:

Entre conversas paralelas com os policiais para descontrair, ou saber coisas que a nós interessava uma pausa e outra para observar o que estava acontecendo com tamanha movimentação e entra e sai da sala do delegado.

A estratégia de interação com os agentes internos promove uma ampliação da rede de informantes quando eles apresentam mais agentes que facilitaram o acesso dentro da instituição, e acabam por ser peça fundamental na pesquisa, isto é:

O soldado Davison contribuiu bastante para que as pesquisas se concretizassem na delegacia ele não mediu esforços em

nos ajudar com as informações que estava ao seu alcance. Então o Policial Militar que estava nós acompanhado apresentou os seus companheiros de trabalho que acabara de chegar da primeira ronda matinal e eles são todos da mesma equipe e são todos reforços temporários de Manaus que por conta dos festejos foram designados para o município, e também seus representantes o Cabo Fernando responsável pela delegacia.

A interação com os agentes e observação fornece informações preciosas sobre as peças documentais, como também os motivos do acesso aos arquivos para a pesquisa, onde detalhes são revelados, no que tange ao seu preenchimento e as impressões do documento, bem como na ausência de treinamento e despreparo dos agentes, como observado no relato a seguir:

Em outro momento da conversa eles falavam sobre o BO que segundo eles é complicado e detém campos para informações desnecessárias como a altura e peso do autor do crime, alguns deles não sabiam como preencher o documento, e quando o fazem deixam de colocar informações cruciais para a presente pesquisa, mas é como eles dizem isso não é trabalho deles, pois não são Policiais Civis.

Os informantes, além de proporcionarem dados e informações, subsidia um detalhamento maior das informações institucionais, incluso o funcionamento da unidade, o efetivo, e as informações sobre as práticas criminais de maior frequência na cidade, como percebe-se:

A DIP de M3 esse departamento policial possui 01 depósito, 01 gabinete onde o delegado atua 01 sala de investigação 01 sala de arquivo e 01 banheiro público possui um efetivo de

05 cabos, 03 soldados e 01 Delegado que é policial civil, 01escrivão e 02 atendentes que são funcionários públicos que são deslocados de seus setores de origem para trabalharem juntamente com a polícia de M3, a DIP, até o presente momento da pesquisa havia 20 presos, sendo que as maiorias dos crimes cometidos são: roubo e tráfico de drogas ilícitas

A rede de informantes não permite limites no âmbito institucional, onde até detentos prestam “serviços” e servem de facilitadores do acesso às informações, ou seja, esclarecem uma relação de cumplicidade entre presos e policiais. Ambos em relação mútua, porque proporcionam pleno acesso aos livros de registros.

Fiz amizade em especial com dois presos que estavam no regime semiaberto, durante os dias que passei na DIP, foram super prestativos comigo e com os demais colegas, os policiais foram grandes parceiros durante o período da pesquisa, nos dando total acesso aos livros.

Em outras palavras, os detentos são interlocutores no processo, e não somente contribuem no acesso às informações, como também prestam serviços para organização policial de M3 em casos específicos, como relata um membro da pesquisa:

A DIP de M3 pausa para o intervalo do almoço no horário das 12hs00min, voltando ao atendimento às 14hs00min claro que os policiais de serviço permanecem de prontidão para qualquer ocorrência, mas quem fica na delegacia durante o intervalo do almoço são dois detentos que estão em regime semiabertos.

Um dos aspectos políticos e culturais revelados na análise dos relatórios, chamou a atenção para um fato que prejudicou a pesquisa em M4, uma vez que o período da pesquisa coincidiu com a eleição para prefeito da cidade, em 2012 no mês de outubro, isto é:

Aprendizado que tiramos durante a pesquisa, que não devemos praticar uma pesquisa em lugares governamentais em período de eleições, pois a rotina da cidade gira em torno da politicagem e isso no nosso ponto de vista traz contribuições negativas e a não liberação de alguns dados.

A restrição do acesso aos dados e informações no período eletivo da cidade, justifica-se pela divulgação das informações que poderiam prejudicar a eleição de determinado candidato. Assim, fez-se necessário o agendamento de uma nova visita para acesso às informações institucionais, prejudicando, de maneira consistente, os rumos da pesquisa naquele município, bem como o seu cronograma de atividades.

AS CONDIÇÕES DE ACESSO E OS DOCUMENTOS POLICIAIS

O presente tópico tem por objetivo primordial a observância das condições de acesso aos arquivos policiais. Com efeito, o contato com os documentos/registros tivera como foco de análise a identificação de instrumentos facilitadores ou não de acesso, assim como a situação dos arquivos policiais, suas práticas e rotinas.

O espaço para a consulta aos arquivos nas delegacias divide o mesmo ambiente com os funcionários, conforme discriminado no presente relato: “[...] tivemos que nos adequar ao lugar de pesquisa, pois onde Claudio Neves, Ângela Gomes, Rose Silva e eu João Soares tivemos de ficar que dividir uma mesa para quatro pessoas para poder produzir a pesquisa.”

Além disso, há condições ambientais difíceis para pesquisa em documentos, eles mostram-se como barreiras de acesso também, visto que alguns municípios ainda se utilizam de registro manuscrito na ocorrência do fato:

[...] algumas ocorrências não podiam ser entendidas devido à caligrafia de quem escreveu os dados do agressor ou vítima na sua grande maioria estava incompleto, outro detalhe foi à repetição de ocorrências encontradas no livro e por último a resistência do delegado Miguel Ramos em não deixar fotografar as ocorrências para dar uma acelerada na pesquisa na DIP.

Outro detalhe foi a identificação de registro duplicados no trecho acima, o que dificulta e confunde a pesquisa, bem como a não utilização do recurso de fotografia das peças documentais, uma vez que esses recursos aceleram a coleta de dados e informações. Nesse sentido, a proibição da utilização do recurso fotográfico, aplicado aos documentos, também foi percebido por outro discente: “No setor que pesquisamos que o foi o Departamento Policial, a pesquisa foi demorada no sentido que o Delegado não deixou fotografar as ocorrências, sabemos que esses dados são restritos e por isso a burocracia fala com maior intensidade nessas situações “.

Além do mais, o discente avalia e tem conhecimento da natureza restrita dos dados, como também a preocupação do responsável com disseminação dessas imagens. Contudo, em algumas cidades, foi possível perceber o acesso intelectual (pleno) aos documentos, especialmente com relatórios mensais que são enviados a SSP, bem como lista de detentos e infrações praticados no município:

O Chefe de Polícia rapidamente me cedeu os Boletins de Ocorrência, Inquéritos Policiais e Termo Circunstanciado de Ocorrência e os Relatórios Mensais de Produtividade que são remetidos a Secretária de Justiça e Secretária Nacional de Segurança Pública, pois na DIP havia presos de Justiça, no momento da presente pesquisa eram 26, tive acesso à lista com nome dos presos e a infração criminal.

Igualmente, como no caso acima, as informações permitem um comparativo das unidades e a ausência de classificação, que facilitaria o acesso aos documentos, e o melhor controle das unidades documentais quando, na verdade, era utilizado o tipo de delito para arquivamento. E diferentemente de alguns municípios, em M4, a fotografia dos documentos foi permitida:

A Delegacia de M4 possui o mesmo espaço físico da DIP de M3, a diferença é que a última deve ter passado por uma reforma recente as dificuldades encontradas na Delegacia de M4 é que a maioria das ocorrências não havia número, só existe o tipo do delito e os dados da vítima e acusador tem mais informações comparando em relação os dados da cidade anterior, nosso trabalho foi menos árduo na delegacia de M4 devido ao fato que o delegado nos autorizou a tirar fotos das ocorrências, esse fato foi que tornou a nossa pesquisa mais rápida na delegacia de M4.

Um município em especial chamou atenção do discente para o grau de organização dos documentos produzidos pela delegacia, bem como a utilização de materiais próprios de arquivos, ou seja, uma separação tipológica de documentos, visando a sua rápida recuperação, sobretudo noções de ordenação, o que levou o discente a afirmar que essa organização facilitou a sua pesquisa:

Os BO's produzidos no ano corrente ficam em um armário dentro do Gabinete do Delegado, os dos anos anteriores ficam arquivados na permanência da delegacia também em um armário, o que me surpreendeu foi a forma como os documentos estão arquivados, é tudo muito organizado, em caixas de arquivo e na lateral uma lista com cada tipo de crime e quantidade, nos casos de IP e TCO e os BO estavam em envelopes separados por mês e na sequência numérica, não tive quase nenhuma dificuldade para me organizar durante a pesquisa documental, pois os documentos eram todos muito organizados

Em M1, a Secretaria de Segurança Pública – SSP, já havia implementado o novo formulário de registro de ocorrência, mudando assim o suporte e a maneira como eram registradas as ocorrências, abandonando assim os livros tipo Ata, o que enfatiza o processo de modernização de algumas delegacias da região:

Em M1 já é utilizado o formulário de Registro de Ocorrência que é disponibilizado pela Secretária Estadual de Segurança Pública, foi o meu primeiro contato com o documento eu ainda não tinha trabalhado com o documento visto que em

outro município, as Ocorrências são registradas em um livro do tipo Ata.

Em M2, os discentes não eram monitorados quando em acesso aos documentos, no entanto, o responsável exigiu que os documentos permanecessem da maneira como foram disponibilizados, ou seja, algo que revela o pleno acesso, sem a necessidade de fiscalização dos agentes institucionais: “[...] podíamos ficar com os documentos sem que o responsável pela delegacia estivesse presente, às 17h: 00min fui convidada a me retirar junto com meus colegas, guardamos tudo, arrumamos os documentos para que não houvesse problemas futuros.”

Em observação aos dados contidos nos documentos, o discente pontuou os problemas da falta de informações e dados em alguns boletins de ocorrência, como também a descrição do documento, bem como os campos contidos e as dificuldades de preenchimento:

Ao chegar fiz a descrição detalhada sobre o BO, fiz isso durante a manhã quase inteira pois o BO é um documento que contém campos a serem preenchidos com vários dados sobre a vítima e também sobre o autor além de conter um espaço de 12 linhas para dados complementares, onde está descrito o resumo da ocorrência, espaço esse que nem sempre é utilizado completamente e nem sempre contém informações sobre o acontecido, mas dados que já estão descritos nas páginas anteriores do documento.

As interações com os agentes e observação fornecem informações quanto a justificativa do não preenchimento de alguns campos e as impressões

do documento, assim como a afirmação de que esse tipo de trabalho não os compete:

Em outro momento da conversa eles falavam sobre o BO que segundo eles é complicado e detém campos para informações desnecessárias como a altura e peso do autor do crime, alguns deles não sabiam como preencher o documento, e quando o fazem deixam de colocar informações cruciais para a presente pesquisa, mas é como eles dizem isso não é trabalho deles, pois não são PC's.

O sistema de arquivamento de documentos tem por base a tipificação dos crimes, onde observou-se equívocos de informações que deveriam conter nos crimes de pequeno porte, como é o caso específico dos TCO's, que seriam crimes com pena de até dois anos de detenção, a saber:

Saí da Delegacia às 13h: 00min para almoçar e retomamos o trabalho às 14h: 25min recontamos todos os documentos e fotografamos, encontrei em meio aos TCO's um que o crime era estupro, me surpreendi, pois, nunca tinha visto um TCO de estupro que é considerado um crime hediondo

Assim, a classificação por tipologias, no caso: Termo Circunstanciado de Ocorrência e Inquérito Policial, poderiam conter informações de outros crimes não pertencentes à tipologia adequada, o que resultaria na dificuldade da recuperação da informação e, conseqüentemente, a “ausência” do crime. Outro fato importante diz respeito ao tratamento com os documentos “(...) De acordo com informações que obtive durante uma reforma na delegacia os documentos molharam e com isso se perderam.”

Os descuidos com os documentos, no que remete às ações preventivas, foram desconsideradas, o que provocou perda de informação e dados que, de alguma forma, pune as pesquisas com suas “ausências”, daí a importância da presença dos planos de preservação e avaliação de riscos.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

Obtivemos relatos importantes sobre a rede e seus interlocutores orientados pelo grupo, de modo que se tornou possível compreender as relações necessárias para “ocupar” as instituições e seus conjuntos informacionais, assim como a dinâmica das Relações Sociais de Acesso que refletem a cultura local que influencia diretamente na rotina das organizações.

Nesse sentido, observamos que os elementos fornecidos pela antropologia da informação mostrou-se imprescindível para subsidiar o condutor da pesquisa, na análise dos relatórios, a agregar os detalhes da rede de informantes e das interlocuções internas nas organizações policiais, o que permitiu-nos perceber os efeitos da rede, na interação com seu espaço, com as estruturas do Estado, e, mais especificamente, as dinâmicas internas com “representantes” das delegacias e seus agentes (MARTELETO, 2001).

Quanto aos interlocutores e as relações sociais de acesso, o mesmo documento apresentou uma demanda de elementos que, indubitavelmente, proporcionam uma análise multifacetada dos casos relatados. O que permitiu-

nos elencar as seguintes observações gerais das interlocuções de acesso presentes no decorrer desta análise:

- A) Atuação dos interlocutores influencia no acesso às instituições;
- B) Identificação de uma rede de informantes eficientes nos municípios;
- C) O pleno acesso às instituições, com apenas um caso de restrição justificada;
- D) Contribuição de agentes internos que dinamizam a coleta de dados e agilizam a recuperação da informação.

Podemos identificar e destacar a atuação dos interlocutores de acesso, na formação da rede de informantes em cada município, o qual age de forma decisiva no acesso às instituições e constitui elemento fundamental no acesso às informações, atuando em todas as etapas do processo, desde informantes externos com informações gerais a informações específicas, sobretudo no interior das instituições, e na configuração do acesso pleno, com contribuição de informações adicionais que facilitam o processo de inclusão e dinamizam a coleta de dados.

Quanto às condições de acesso e contato com documentos, identificamos as seguintes tensões:

- A) O ambiente e aparatos dificultam a consulta aos documentos;
- B) Variação de métodos simplificados de organização de documentos;
- C) Inexistência de procedimentos normativos de acesso;

D) Os próprios documentos como barreiras de acesso. As instalações e a estrutura física das organizações dificultam a consulta aos documentos e informações, no entanto, as delegacias não têm essa finalidade, e apresentam espaços reduzidos e abertos para consulta aos documentos que se apresentam conflitantes com a rotina da organização.

No que concerne a organização dos arquivos, observou-se uma variação de métodos de organização que integram ações simplificadas, mas que se mostram minimamente satisfatória, visto que a necessidade de intervenção arquivística se faz na apresentação de problemas que dificultam o desenvolvimento das atividades nas organizações.

Das quatro delegacias alvo deste estudo e analisadas por meio dos relatórios de campo, observamos a constituição do acesso pleno em três, perpassada às etapas de pré-acesso e acesso jurídico, como também o acesso intelectual, que compreende a fase de contato com os documentos/registros e a recuperação da informação na coleta de dados. No caso de restrições de acesso às informações, fez-se necessário observar que não se dão por ineficiência da rede de informantes, e sim por questões externas às instituições, porque envolvem motivações e interesses políticos, algo presente na cultura local.

Por conseguinte, identificamos que o pré-acesso contribui, fundamentalmente, no acesso pleno. No território das organizações, observamos que as interlocuções com agentes internos resultam no acesso aos estoques informacionais, em sua totalidade. Em termos práticos, há um

caminho percorrido, fundamentado nas relações sociais de acesso: a rede de informantes estrutura e prepara o campo, construindo o pré-acesso com agentes externos, enquanto as interlocuções internas arquitetam e, neste caso, resultou no acesso irrestrito aos estoques informacionais, dentro do território da organização policial.

Ao explorarmos os caminhos da pesquisa e suas relações, concluímos que a história social dos arquivos é, essencialmente, a história do acesso à informação social e as relações de poder que regulam as possibilidades e níveis de acesso, porque fundamentam-se em um estado natural de restrição aos estoques informacionais, porém negociáveis.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Confissões Etnográficas: Fracassos no acesso às organizações no Brasil. **IV encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Brasília/ DF. 2013.

BRASIL. **Artigo 19 Violência contra a mulher no Brasil**: acesso à informação e políticas públicas. 2014. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/03/Relat%C3%B3rio-Viol%C3%A2ncia-contra-a-Mulher.pdf>>. Acesso em 25 de abr. 2016

AZEVEDO, Marco Antônio de. **Informação e segurança pública**: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Belo Horizonte, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, B. T.; PRATTES, M A. S. **O estilo brasileiro de administrar**. São Paulo: Atlas, 1996.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Informação e desempenho policial. **Teoria & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 7, p.117-150, 2001.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro: Conarq, 13 a 15 de Julho de 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, Rede e Redes Sociais: Fundamentos e Transversalidades. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, 2001.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz; GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.69-80, 2002.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, v.11, n.1, 2002.

NOVATO-SILVA, José Wanderley. **Informação na gestão pública da saúde sob uma ótica antropológica: do global ao local no Estado de Minas Gerais**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Brasil. Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Vanderlan. **Fazendo Etnografia em campo minado: Reflexões sobre os desafios da pesquisa antropológica em situações de risco**. Natal/RN, UFCG. 2014.

VIGNOL, Ana Letícia. **Acesso Limitado: as lacunas da informação institucional do museu de comunicação social Hipólito José da Costa**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

CAPÍTULO 8

“OLHARES CEGOS”: TRANSFORMANDO FOTOGRAFIAS EM SONS - A IMPORTÂNCIA DA AUDIODESCRIÇÃO NO ACESSO À INFORMAÇÃO POR USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL⁴³

Evanildo Freitas do Nascimento Júnior

INTRODUÇÃO

Os arquivos são considerados espaços de guarda e busca pelo conhecimento registrado, independente do suporte físico. O acesso às informações e aos registros documentais se dão de acordo com o grau de acesso estabelecido por lei e conforme as necessidades físicas apresentadas por seus usuários. Isso vem ao encontro dos autores como Barbosa e Franklin (2016, p. 560), que enfatizam “como o dever principal do arquivista não é só gerir as informações, mas também torná-las acessíveis a quem necessita independente de suas limitações”.

⁴³O capítulo é oriundo de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia. Este mesmo estudo recebeu a premiação, com 1º lugar de melhor pesquisa de TCC defendida no Curso de Arquivologia da UFAM, no ano de 2017, assim como, o 1º lugar de melhor artigo proveniente de Trabalho de Conclusão de Curso concedida pela IV Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ, ocorrida em Belém/PA em 2019. A pesquisa também foi publicada no periódico científico “Ciência da Informação em Revista” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, em edição especial dos trabalhos premiados na IV-REPARQ.

Nesse sentido, a arquivologia tem como objetivo principal contribuir no acesso à informação arquivística, atribuindo aos profissionais arquivistas o desafio de sanar as dificuldades apresentadas pelos usuários que possuem algum tipo de deficiência física, tendo em vista a acessibilidade e a inclusão social deles nos arquivos.

Diante desse questionamento, a pesquisa busca compreender as questões de acesso à informação aos documentos fotográficos, tendo o método de descrição de fotografia como objeto de estudo científico a ser abordado.

A fotografia, por ser um documento tangível, possui características próprias com conteúdo de informação, “[...] tais como procedência, assunto, autoria, formato, localização espacial, época, cor, textura” (PATO; MANINI, 2013, p. 2). Respeitando os princípios para qual foi criada, exercendo a função de memória individual e/ou coletiva de pessoas, grupos, comunidade, família e instituições. De tal modo, para se ter acesso a esse tipo de documento que, independentemente do suporte físico (digital ou iconográfico), mantém suas características de um fundo arquivístico.

“[...] ou seja, a imagem é definida e delimitada mais em função de fatores extrínsecos que intrínsecos, considerando-se mais a forma e a aparência que propriamente o conteúdo informacional” (PATO; MANINI, 2013, p. 2).

Dentro desse contexto percebe-se um obstáculo em relação ao acesso à informação de usuários com deficiência visual, isto é, por não conseguirem compreender todos os caracteres de informação que compõem a

fotografia, apresentados pelos autores Pato e Miriam (2013), fazendo com que alguns traços passem despercebidos.

No Brasil, segundo dados de uma pesquisa realizada em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), obteve-se como mensuração dos dados coletados de todas as regiões do território brasileiro, um censo estatístico de 23,9% da população com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, entre elas: visual, auditiva, motora e mental. Nesse cenário, percebeu-se que 18,8% declararam algum grau de deficiência visual, a maior incidência das deficiências investigadas. Com base no levantamento das informações apresentados por essa pesquisa realizada pelo censo demográfico de 2010 do (IBGE) e de acordo com a Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Amazonas – (SEPED), constatou-se que cerca de “35,8 milhões de Brasileiros declaram-se com algum grau de deficiência visual, dos quais mais de 650 mil estão no Amazonas” (SEPED, 2016, *on-line*).

Para Cotomacci (2007, p. 25), a deficiência visual é o termo atribuído: “[...] a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais”. Assim, o conceito apresentado pelo autor, leva em consideração o que declara o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº3.128/GM/MS – Brasil (2008), no parágrafo primeiro do artigo 1º, isto é: “considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira” (BRASIL, 2008, *on-line*).

Interpreta-se que a acessibilidade e o acesso à informação arquivística são temáticas a serem discutidas por profissionais que atuam em arquivos, com a finalidade de sanar as barreiras apresentadas por elas, disponibilizando o acesso à informação e à democratização, garantida conforme a legislação vigente. Como faz notar Barbosa e Franklin (2016, p. 563), os objetivos dos arquivos são de

“[...] garantir um espaço livre de barreiras informacionais e arquitetônicas, só assim poderemos dizer que um arquivo possui um atendimento igualitário a todo e qualquer usuário da sociedade aos serviços de informação de acordo com suas necessidades”.

Diante disso, percebe-se uma lacuna na acessibilidade em arquivos que precisam ser sanadas, para assim possibilitar aos deficientes visuais o acesso, busca e recuperação das informações disponíveis nos acervos documentais.

Logo, esta pesquisa visa elucidar a contribuição da audiodescrição mediante os métodos de descrição de documentos fotográficos, apresentando um panorama das dificuldades de acessibilidade para deficientes visuais ao acesso à informação arquivística de acervos fotográficos.

ACESSIBILIDADE E DEFICIÊNCIA VISUAL NOS PARÂMETROS DA LEI

A legislação brasileira é bem ampla nas questões que envolvem a acessibilidade em defesa dos direitos resguardados pelos cidadãos nos termos da lei. Mas o que seria acessibilidade? Para Sasaki (2011, *on-line*), o termo acessibilidade “passou a ser utilizado recentemente [...] a origem do uso desse termo para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional [...]”. Com base na aceção feita pelo autor, é recomendado destacarmos outras definições de acessibilidade, a seguir apresentaremos algumas delas, levando em consideração a legislação que traz aspectos de suma importância para o propósito desse trabalho.

De acordo com o artigo 8º, I, do Decreto Federal nº 5.296/2004, acessibilidade é a:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, *on-line*).

Em consolidação com as demais leis, o mesmo decreto regulamenta a Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro, conhecida como a “Lei de Acessibilidade”, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou

mobilidade reduzida, a qual apresenta a seguinte definição de acessibilidade, em seu artigo 2º, I, consolidada por meio da Lei 13.146 de julho de 2015, como a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, *on-line*).

De acordo com essa exposição, o Decreto Federal nº 5.296/2004 estabelece as condições de acessibilidade, no que se aplica aos serviços e utilização de espaços, equipamentos, mobiliários, transportes, meios de comunicação e informação. Porém, existem vários conceitos de acessibilidade que precisam ser considerados, por isso, cabe citar o trabalho de Sasaki (2011) que, conforme o autor, existe basicamente seis tipos de abstração definidoras, a saber:

- i Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo;
- i Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc.), incluindo textos em braile, uso do computador portátil, virtual (acessibilidade digital);

- i Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar);
- i Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.);
- i Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- i Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral (SASSAKI, 2011, *on-line*).

Segundo essa concepção, pode-se destacar os desafios de acessibilidade e barreiras informacionais atribuídos aos espaços físicos de repartições, instituições e organizações.

Para Ferreira (1999 *apud* SOUZA *et al*, 2013, p. 8) “[...] acessibilidade significa a qualidade de acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção; condição de acesso aos serviços de informação, documentação e comunicação, por parte de portador de necessidades especiais”. Desse modo, a garantia do direito de acesso à informação contribui para democratização e inclusão social da informação, isto é, quando o acesso é facilitado a todo e qualquer tipo de usuário, independentemente de suas limitações físicas.

A pesquisa visa abordar apenas pessoas com deficiência visual severa e perda total da visão, consideradas cegas. Conforme autores, como: Albuquerque, Sousa e Guimarães (2015, p. 45):

“[...] esse comprometimento visual severo é caracterizado pela acuidade entre 0,1 e 0,05, já representa uma deficiência visual grave, impossibilitando as pessoas de realizarem muitas atividades por dificuldade de visão [...] a cegueira é classificada com o nível de acuidade visual menor que 0,05 ou campo visual menor que 10 graus”.

Com isso, destacamos a importância da arquivologia, mediante a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – (LAI). Isto com base no capítulo II, do Artigo 8º, que estabelece: “[...] dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (BRASIL, 2011, *on-line*)”.

A lei dispõe que é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem medidas cabíveis que possam garantir o acesso das informações a todo e qualquer cidadão, por meio da acessibilidade no local e fácil acesso do conteúdo para pessoas com deficiência. Isto é, conforme elucidado nos parâmetros do Artigo 17, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do Artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Essa garantia do direito de acesso à informação é discutida pelos autores: Oliveira, Alves e Maia (2013), que ressaltam a necessidade e perfil de cada usuário na busca pelos serviços de informação, ainda mais ao se referirem às adaptações para atender os vários tipos de usuários, sobretudo no que

“[...] implica efetivamente em prestar um serviço informacional a alguém, sem restrição de cor, raça, status social, possíveis limitações, entre outros, pois a informação é um direito de qualquer cidadão que dela procura e/ou necessita” (OLIVEIRA; ALVES; MAIA, 2013, p. 2).

O ARQUIVISTA FRENTE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO INFORMACIONAL, EM PROL DO DEFICIENTE VISUAL.

Os arquivistas necessitam de algumas competências peculiares da área que irão atuar, pois, deve adequar-se no ambiente que está inserido, de modo que venha atender o perfil e necessidade do usuário, trabalhando em prol dos recursos e atividades que oferecem o acesso à informação, para que pessoas com deficiência visual possam ter acesso. Quanto a isto, ainda há poucos trabalhos e pesquisas científicas sobre a inclusão social e acessibilidade de deficientes visuais em arquivos, ou seja, referente às limitações de acesso e métodos de descrição de documentos fotográficos, para gerar acessibilidade.

A esse respeito, Barbosa e Franklin (2016) fizeram uma abordagem relativa à função social do arquivista sobre a inclusão e acessibilidade nos arquivos, tendo como objetivo a investigação e aplicação da temática de usuários com limitações. Para os autores, o direito de acesso à informação,

além de ser um direito resguardado por lei, estabelece a cada cidadão o direito da garantia de acesso e isso vai aos fundamentos do que sustenta a Constituição Federal de (1988, *on-line*), que determina que independente das diferenças sociais, econômicas e culturais, “[...] todos são iguais perante a lei”. Corroborando com isso, Barbosa e Franklin (2016) afirmam que

[...] é com este direito que foi adquirido por todos os cidadãos que o arquivista tem de lidar, ao fornecer condições necessárias para que todos os usuários, independentemente de suas limitações ou dificuldades, tenham um bom atendimento e a estes sejam disponibilizadas as informações desejadas (BARBOSA; FRANKLIN, 2016, p. 561).

Nunes (2012), em seu estudo realizado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho, descreve as principais dificuldades relacionadas à acessibilidade, adaptando-as no contexto dos deficientes visuais. O autor enfatiza as condições de acessibilidade quanto à existência das barreiras informacionais, no que faz notar ausência de tecnologia adequada, pois as

“[...] fotografias e outros documentos não textuais, cujas informações são essencialmente visuais, não estão disponibilizados em versão visual ampliada, sonora ou tátil”, à vista disso, “o conteúdo disponibilizado pela instituição deve estar de forma acessível, para a efetivação do seu objetivo, que é a disponibilização das informações” (NUNES, 2012, p. 41).

Desta forma, o papel dos arquivos é de

“[...] garantir um espaço livre de barreiras informacionais e arquitetônicas, só assim poderemos dizer que um arquivo possui um atendimento igualitário a todo e qualquer usuário da sociedade aos serviços de informação de acordo com suas necessidades” (BARBOSA; FRANKLIN, 2016, p. 563).

Outro aspecto levantado sobre os desafios da inclusão informacional, segundo Barbosa e Franklin (2016, p. 565) consideram que o “arquivista tem como compromisso profissional dá acesso às informações”, o que é reforçado nas falas de Ribeiro e Leite (2001 *apud* BARBOSA; FRANKLIN, 2016, p. 565), ou seja, “um elemento de maior importância para a realização pessoal e profissional de qualquer indivíduo”

Desta forma, Silva (2011) destaca a deficiência visual no que envolve a discussão sobre a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, e aponta a falta de materiais em formatos acessíveis à informação por deficientes visuais, algo que reforça a discussão do acesso à informação como direito fundamental, aplicado pela legislação brasileira como garantia de acesso do deficiente visual à difusão do conhecimento e disseminação da cultura.

Esse aspecto também é comentado por, Alves *et al* (2013), que discorrem sobre o processo evolutivo dos suportes mediadores que possibilitam o acesso à informação pelos deficientes visuais e a sua relação com as tecnologias assistivas. Isto é, há como objetivo facilitar o acesso à informação por usuários com deficiência visual. Segundo esses autores:

No estágio atual de tecnologia, o suporte papel é apenas uma das formas de veiculação da informação. Hoje, encontramos suportes impresso, áudio, digital, visual, hipertextual e muitos outros. Também surgem nesse contexto as chamadas tecnologias assistivas, que [...] é todo e qualquer recurso utilizado para proporcionar melhor acesso e em consequência aumentar a independência e inclusão do deficiente (ALVES *et al*, 2013, p. 8).

Com os benefícios das tecnologias assistivas, o deficiente visual pode ter acesso ao conteúdo informacional do suporte a qual esteja registrado a informação, além disso ressaltam que, apesar de existirem vários tipos de suportes e tipos documentais, a tecnologia assistiva traz o recurso de facilitar e proporcionar o fácil acesso e oferecer a garantia do direito de acesso à informação, promovendo a inclusão social e acessibilidade da informação. Nesse sentido, a audiodescrição de fotografias pode ser uma ferramenta útil porque gera acessibilidade para deficientes visuais, bem como colabora “como um guia para auxiliar na melhoria das condições de recuperação da informação [...]” (ALVES *et al*, 2013, p. 14). Em suma, a informação é um direito de todos e é necessário que haja um maior interesse das repartições públicas e privadas no acesso e disseminação da informação para deficientes visuais.

DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Ao referir-se a tal assunto, no que envolve os registros fotográficos como fonte documental, é oportuno lembrar o conceito de documento com

base nos autores da área da Arquivologia e da Ciência da Informação, uma vez que para Otlet (1934 *apud* RONDINELLI, 2013, p. 31) o documento é

[...] um suporte de uma certa matéria e dimensão [...] no qual se incluem signos representativos de certos dados intelectuais”. Como exemplo disso o autor cita que esses documentos são: “[...] volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, discos, películas cinematográficas (OTLET, 1934 *apud* RONDINELLI, 2013, p. 31).

Nessa perspectiva, documento pode ser considerado como toda e qualquer informação registrada, independente do suporte físico, dotado de conteúdos informacionais que apresentam representatividade de resguardar os dados do contexto para qual foi produzido.

A esse respeito, Antonia Heredia Herrera (1991 *apud* RONDINELLI, 2013, p. 46) diz que documento no seu sentido amplo e genérico é “[...] todo registro de informação independente do suporte físico. Abarca tudo o que pode transmitir conhecimento humano: livros, revistas, fotografias [...]”.

Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar que a fotografia é um documento, pois, apresenta peculiaridades de registrar determinado fato, o qual se torna artefato fundamental para o conhecimento humano, a fim de elucidar os registros, ou seja, as atividades sociais, culturais; e claro, revelar um tempo vivido e marcado, pelos quais levaram a sua produção/captura de determinada situação ou contexto histórico.

Em decorrência disso, Bellotto (2006), define o conceito de documento:

[...] é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Em outras palavras, é esclarecedor transcrever a definição de documentos de arquivo, algo que para a autora significa: “[...] os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência” (BELLOTTO, 2006, p. 37).

Em suma, vimos que os documentos de arquivo são produzidos no decorrer de suas funções e atividades desempenhas no decurso das ações de qualquer organização (pública, privada ou pessoa/família), de modo que comprovem a criação/produção de seus atos, na legalidade de atestar o valor de prova e testemunho dado ao documento de arquivo.

Diante do exposto, Schellenberg (2006) reforça como documento de arquivo:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no

exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

A despeito disso, torna-se oportuno ressaltar as contribuições de Boris Kossoy (2009), o qual afirma que a fotografia é um documento de natureza de testemunho e histórico na condição de seu valor social e cultural, servindo assim como documento “[...] cujo conteúdo é um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 2009, p. 16). Ainda nessa mesma concepção levantada pelo autor, vale sustentar a definição de documento fotográfico como peça fundamental na forma de rever o passado, assim como demonstrar os elementos que fizeram parte do registro e dos valores atribuídos à fotografia, em relevância ao seu conteúdo e dimensão expressiva.

Dentro dessa linha de pensamento, Manini (2008, p.127) afirma que a fotografia “[...] só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida em arquivo”. Isso corrobora com os autores Bellotto (2006) e Schellenberg (2006), no que se referem às características do documento arquivístico e produzidos no decorrer das ações humanas na função de seus valores, prova e testemunho.

Ainda sobre essas características do documento fotográfico como documento de arquivo, Miriam Manini (2008) considera que as principais finalidades de usos atribuídas à fotografia pelas instituições/organizações são: comercial; exposição ou publicação; probatório; didático/científico e pessoal/familiar.

Dentro das diversas categorias de documento fotográfico apresentadas pela autora, este trabalho nos remete apenas usar a fotografia como documento de exposição ou publicação. Tem por finalidade divulgar os registros fotográficos como documentos que retratam determinados valores para sociedade, seja por meio das ações pessoais, educativas, culturais, econômicas e histórica ou científica, com a relevância de demonstrar o conteúdo informacional aos usuários, sejam eles com necessidades especiais ou não.

Em outros termos, “[...] é em função dessa multiplicação da informação que a fotografia alcança sua função social maior” (KOSSOY, 2009, p. 42). Com isso, o documento fotográfico perpassa valores de suas ações passadas, mediante seu conteúdo expressivo, porque fortalece o conhecimento dos dados e elementos contidos na fotografia ao seu público alvo (neste caso os usuários). Alcança assim, a função social de evidenciar e provar o reflexo de determinado fragmento da época manifestada pela imagem.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

A informação está presente em todo lugar e com isso ela se torna uma ferramenta valiosa no processo comunicacional entre pessoas, organizações e sociedade, sendo fato importante na obtenção do conhecimento registrado/materializado. Para Rondinelli: “[...] a palavra informação é imediatamente associada à notícia, acontecimento, conhecimento. Trata-se de um fenômeno básico da sociedade humana desde sempre” (RONDINELLI, 2013, p. 55).

Nessa mesma perspectiva, Rocha (2011, p. 7) afirma que a informação pode apresentar-se: “[...] nas mais diversas formas: oral, escrita, por símbolos e signos e por meio de imagens, que se incluem gravuras, desenhos e fotografias. Em todos esses meios a informação está presente, podendo criar conhecimento, seja ele explícito ou tácito” (ROCHA, 2011, p. 7).

Conforme Rocha (2011), podemos compreender que a informação está em qualquer lugar, nos mais diversos suportes de informação, como, por exemplo, as fotografias, sendo esta a fonte de informação que oferece ao homem conhecimento, seja ele explícito ou tácito e que, a partir dos dados contidos nela, auxiliam na busca de interpretações dos elementos capturados pelo documento fotográfico, propiciando aos usuários/pesquisadores fonte de informações do passado.

Nessa percepção, Kossoy (2009) considera que:

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: *um aspecto determinado* (KOSSOY, 2009, p.113, grifo do autor).

De fato, é pelo simples ato fotográfico capturado do tempo e espaço que a informação presente na fotografia tem por objetivo maior, evidenciar determinada situação histórica ou social congelada, através de uma lente da câmera fotográfica, capturando apenas a delimitação de certo lugar, pessoas e objetos, tendo como enfoque principal, revelar o contexto da fotografia como fonte de informação na construção da memória histórica e social.

Nesse sentido, além da fotografia servir como fonte de informação e pesquisa, ela também retrata a memória, permitindo-nos ilustrar o passado e presente, algo fundamental que constitui e define as informações registradas e os pensamentos narrados por um povo, ou seja, capaz de descrever as ações passadas, numa perspectiva de conhecer a cultura e a sociedade referente aos registros gerados por elas, contribuindo para a memória coletiva.

MÉTODOS DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

A descrição em sua definição abrangente denomina-se como ato de representar ou detalhar determinada situação, objeto, imagem, som, fotografia,

documento etc, como também transcrever em conformidade a representação do original.

No campo do conhecimento da arquivologia, os autores discutem a descrição de documentos como uma das funções arquivísticas, aplicada ao arquivo permanente. Isso reflete o que Oliveira (2012) situa como descrição de documentos:

A descrição arquivística tem sido apresentada na literatura da área de forma redutora em relação ao que de fato significa e representa, seja porque sua pertinência é tratada como restrita aos arquivos permanentes, seja porque é identificada com a elaboração dos instrumentos de pesquisa, ou seja, ainda porque mais recentemente, nas últimas décadas, está vinculada ao cumprimento de padrões que visam à elaboração de instrumentos de pesquisa ou dispositivos tecnológicos para o acesso às informações sobre os acervos arquivísticos (OLIVEIRA, 2012, p. 41, grifo do autor).

Como elucidado pela autora, compreende-se que a descrição de documentos de arquivo, seja a forma mais pertinente de descrever as informações nos aspectos de seu conteúdo informacional, servem como ferramenta para elaboração dos instrumentos de pesquisas, isto para dar o acesso à informação.

Na concepção levantada por Lucia Oliveira (2012), percebemos que ela reconhece que a descrição de documentos é uma atividade essencial para o acesso e disseminação da informação em arquivos, porque ressalta que para ser ter e aplicar essa função arquivística, o profissional de arquivo deve estar ciente das normas e padrões que cada instituição deve associar para si,

tomando como base as normas já existentes que apresenta as ações e níveis de descrição para cada tipo de entidade.

Em suma, as normas para a descrição de documentos arquivísticos surgem das necessidades de padronizar os procedimentos dos arquivos permanentes, com função de propiciar ao arquivista uma série de níveis e características peculiares no processo de descrição, ou seja, em razão de estabelecer a difusão dos documentos. De acordo com as publicações disponíveis no *site* do CONARQ, vimos que as normas de descrição arquivísticas são elencadas em cinco categorias, isto é, quatro nos padrões aplicados pelas diretrizes internacionais (ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDF e ISDIAH) e uma de âmbito nacional (NOBRADE), a qual é adaptada nos parâmetros pré-estabelecidos, pela norma internacional de descrição arquivística - ISAD (G). Desse modo, cada norma possui um critério estabelecido para o nível de descrição, de acordo com a necessidade da instituição ou órgão produtor dos documentos a serem descritos.

Este trabalho delimitou-se ao estudo da audiodescrição de fotografias, abordando algumas características dos métodos de descrição fotográfica existente no campo da arquivologia, no qual vale citar a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – (NOBRADE) e o modelo de catalogação para coleções fotográficas – (SEPIADES). Ademais, entendemos que se faz necessário adotar nesta pesquisa os elementos de descrição, com base no modelo apresentado pela autora Miriam Manini (2008), baseado em Smit (1997) e propõe dois focos principais para a representação/descrição da

fotografia: o conteúdo informacional e a dimensão expressiva, em que “o conteúdo informacional está ligado ao referente e a dimensão expressiva está relacionada a um conjunto de fatores ligados a técnica, como composição, enquadramento, entre outros, ou seja, sua dimensão imagética” (MANINI, 2008, p. 169).

A autora apresenta um quadro para descrição da análise documentária de fotografias, no que reforça a dimensão expressiva como uma metodologia técnica aplicada na descrição do documento fotográfico. Com base na proposta de Smit (1997 apud MANINI, 2008), podemos entender que essa representação do conteúdo informacional, presente no documento fotográfico, viabiliza-se nas categorias: “Quem/O que; Onde; Quando e Como”.

Do ponto de vista de Smit (1997, p. 4 apud MANINI, 2008, p. 168), essas categorias podem representar-se da seguinte forma:

Quadro 1 – Grade de análise para representar o conteúdo informacional da fotografia segundo Smit

QUEM	Identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais e etc.
ONDE	Localização da imagem no espaço: espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex.: São Paulo ou interior de danceteria)
QUANDO	Localização da imagem no tempo: tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex.: junho de 1997 ou dia de verão)
COMO/O QUE	Descrição de atitudes ou detalhes relacionados ao “objeto focado” quando este é um ser vivo (p. ex.: cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII)

Fonte: Smit (1997, p. 4 apud MANINI, 2008, p. 168).

Mas, para Manini (2008), as categorias apresentas por Smit (1997) referem-se a responder perguntas que representam o conteúdo informacional da fotografia, reunindo apenas os campos descritos acima. Em outras palavras, a mesma autora propôs acrescentar, no quadro de análise de fotografias, a questão técnica referente à dimensão expressiva, observando os fatores ligados que norteiam o conteúdo informacional.

Quadro 2 - Grade adaptada por Miriam Manini para análise do conteúdo informacional da fotografia

		Conteúdo informacional		Dimensão expressiva
		DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico		
<i>Quem/o que</i>				
<i>Onde</i>				
<i>Quando</i>				
<i>Como</i>				

Fonte: Manini (2008, p. 169).

Desta forma, Manini (2008) destaca seu modelo de análise do conteúdo informacional possível de ser visualizado nas características que compõem o documento fotográfico, essencial para discussão e análise do contexto histórico, social, cultural, educativo, informativo e probatório, o qual só é possível mediante percepção expressiva, levando em considerações o seu conteúdo, sem subjetividades para descrever os fatos e acontecimentos registrados de pessoas, objetos, animais e seres, isto é, dos valores atribuídos à imagem.

Para melhor compreender os campos descritivos que Manini (2008) adota em seu modelo de análise, detêm-se em exemplificar as seguintes informações que devem ser observados pelo descritor.

Na classe do **conteúdo informacional**, encontram-se os dados específicos, genérico (informação superficial sobre o que se observa) e específico (aquele que demonstra características concretas sobre o objeto focado); ou seja, essa classe dos dados específicos são adotadas nas seguintes categorias:

- **Quem/o que** – analisa-se a identificação geral daquilo que mostrar a fotografia;
- **Onde** – deve-se analisar o local a qual foi retirado/capturado o registro fotográfico, observa-se também os principais elementos que ilustram o espaço geográfico apresentado na fotografia;
- **Quando** – essa categoria refere-se à cronologia ou momento da criação da fotografia;
- **Como** – esse campo consiste em uma descrição mais detalhada referente ao objeto focado, levando em considerações os mínimos detalhes que se passa na cena registrada. Como exemplo: movimento corporal, vestimenta, expressões faciais, ou seja, observam-se as características de um ser vivo.

Ainda sobre o conteúdo informacional da fotografia, o campo descritivo **sobre** apresenta a descrição do assunto geral do que se trata o documento fotográfico, neste caso o que é expresso pela imagem/fotografia e o significado que ela passa. Já o campo da **dimensão expressiva** é representado pelas palavras-chave, pois, essas palavras estão relacionadas aos

preceitos do facilitar a busca pela informação e assimilação do que a fotografia mostra.

ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES VISUAIS: A DESCRIÇÃO FOTOGRÁFICA MEDIANTE O USO DA AUDIODESCRIÇÃO

O processo do método da audiodescrição se originou ainda em meados do ano de 1975, nos Estados Unidos da América. Somente no ano de 1990 que essa tecnologia assistiva passou ser usada aqui no Brasil, embora seja diferente das já existentes. Ela traz benefício aos usuários com necessidades especiais, pois influencia nas condições de acesso e serve para qualquer usuário independentemente de suas limitações físicas. Esse método garante às pessoas cegas o acesso aos conteúdos referentes às informações apresentadas nos documentos de arquivo, como no caso das fotografias. A audiodescrição também é denominada e conhecida pela sigla de AD.

De acordo com Franco e Silva (2010, p. 23), a “[...] audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão”. De acordo com o autor, esse recurso de tecnologia assistiva contribui para assimilação da informação e conteúdo presente nos objetos dos quais se fazem necessário audiodescrever. Contudo, a audiodescrição torna-se uma das possíveis ferramentas que auxiliam no processo de transmitir e difundir os documentos de arquivos, ainda mais aos usuários com deficiência visual. Por outro lado, garante a inclusão

informativa e promove a acessibilidade nos arquivos, ofertando o direito de acesso à informação.

Na visão de Sant'Anna (2010, p. 157):

A audiodescrição, além de promover a acessibilidade, tem um papel educativo expressivo, na medida em que possibilita aos seus consumidores, em particular às pessoas com deficiência visual, o acesso à linguagem cinematográfica, teatral, dentre outras. Por outro lado, encontrar a melhor maneira de se audiodescrever um evento, seja ele um filme, um espetáculo de dança, música ou peça teatral tem sido um grande desafio para audiodescritores e pessoas que necessitam deste serviço.

Conforme enfatiza Sant'Anna (2010), a audiodescrição é uma ferramenta utilizável em qualquer situação e de acordo com a realidade apresentada pela instituição, ou seja, em que oferece dados de informações de acordo com o perfil dos usuários, ou ainda, no que apresentam condições de acesso especial. Além disso, a audiodescrição pode ser aplicada nos diversos campos de áreas do conhecimento.

Ademais, o mesmo autor cita os mais variados e comuns tipos de exemplos da audiodescrição, pois, esse método de acessibilidade informativa pode aparecer nas seguintes categorias de descrição: filmes, teatro, ópera, desfile de modas, concurso de beleza, carnaval, dança, clipe musical, festival de música, zoológico, planetário, casamento, missa, jornalismo, sala de aula, livros infantis, comédia adulta, comédia infantil, congressos, seminários e outros eventos, comerciais, futebol, esportes radicais,

feira popular, documentários, entrevistas, turismo, museus, escultura, xilogravura, pintura, artesanato e, por último, a fotografia - objeto de pesquisa deste estudo.

Deste modo, a audiodescrição de fotografias compreende cumprir o papel fundamental da difusão e inclusão social, ou seja, a audiodescrição “[...] é a narração clara e objetiva de tudo aquilo que não pode ser percebido pelas pessoas que não podem enxergar. É a tradução das imagens em palavras” (PENA; FERREIRA, 2011, p. 52).

Por outro lado, Michelin (2013, p. 192) reforça as ações e condições que se apresenta nesse método.

A audiodescrição como recurso de ações acessíveis tem sido empregada na educação, em produtos culturais e na publicidade, entre outros campos, com progressiva frequência e são anunciados sucessos quanto a metas inclusivas, especialmente voltadas para pessoas cegas ou com baixa visão.

Vimos que o processo de audiodescrição pode ser aplicado em qualquer circunstância, seja ela educativa, seja cultura ou social. Em outras palavras, deve-se entender que ela é um método que possibilita melhorias para as pessoas cegas ou com baixa visão, no acesso do conteúdo informacional, neste caso da imagem/fotografia, pois, além de ser um direito estabelecido pela lei como garantia de acesso aos portadores de deficiência visual, ainda há barreiras informacionais a serem cumpridas pelas entidades.

Contudo, o Ministério das Comunicações define a audiodescrição como:

A narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual (BRASIL, 2006).

A respeito dessa afirmação, Casado (2007) considera que:

[...] a audiodescrição consiste em um comentário condensado que se tece ao redor da banda sonora de um meio audiovisual e que explora as pausas nos diálogos para explicar o que acontece nas cenas, descrever lugares e personagens, linguagem corporal e expressões faciais com a finalidade de aumentar a compreensão do texto audiovisual por parte do cego (CASADO, 2007 apud VILARONGA, 2010, p. 162).

Além da audiodescrição ser uma ferramenta essencial no processo de transmissão da informação/conteúdo a deficientes visuais, ela possibilita a compreensão e descrição da obra original, tendo no áudio/narração elementos necessários na transmissão dos dados de forma eficiente, como também na relevância de gerar conhecimento intelectual desses dados e informações audiodescritas.

Nessa percepção dos elementos que compõem o processo de análise da audiodescrição, a autora Christophe (2014) ressalta os principais metadados

que devem ser preenchidos e analisados pelo audiodescritor, ao realizar a audiodescrição de fotografias. De acordo com ela, os elementos a serem observados que precisam ser levados em consideração aos princípios básicos da audiodescrição “[...] em se tratando de fotografias, é preciso lidar com elementos formais como linha, luz e sombra, volume, textura, espaço, forma e cor; pois é a partir da combinação desses elementos que a imagem se constrói e ‘se comunica’ com o público” (PRÄCKEL, 2012 *apud* CHRISTOPHE, 2014, p. 28).

Para Christophe (2014), os princípios elementares da audiodescrição de fotografias se realizam dos próprios padrões e parâmetros estabelecidos por cada país, de acordo com as preferências básicas do descrever, ou seja, precisamente deve-se fazer uso de um roteiro como base. Ainda segundo Christophe (2014, p. 29), “[...] a primeira orientação é a de descrever o que se vê”, isso significa que:

- a) Não resumir. Ao invés de simplesmente dizer ‘Eles brigam’ descrever COMO a briga acontece.
- b) Não interpretar. ‘A garota anda rápido, olhando o relógio’ é mais adequado que apenas dizer ‘ela está com pressa’.
- c) Não emitir opiniões pessoais. Por exemplo, ao falar de um personagem devemos falar suas características físicas, mas não dizer que ele é bonito ou feio.
- d) Não adiantar informações ou fornecer informações extras. O público da AD deve ter acesso às mesmas informações que o público vidente (CHRISTOPHE, 2014, p. 29-30).

Nessa mesma linha de considerações, Christophe (2014) enfatiza que essas concepções mencionadas acima são referentes às obras publicadas no âmbito internacional, apesar de que no Brasil ainda não existe manuais mais abrangentes nos assuntos que envolvem a audiodescrição de fotografias. Para isso, em sua pesquisa, a autora desenvolveu uma lista de elementos/critérios para a realização da avaliação de fotografias, através da audiodescrição, levando como embasamento teórico, os princípios básicos da fotografia. Para tal análise, Christophe (2014, p. 33) destaca os seguintes critérios:

Portanto, as ADs das fotografias selecionadas serão analisadas de acordo com esses mesmos critérios. Serão observadas: a forma como é trabalhada a orientação espacial; as referências às cores; a ordem em que são descritos os elementos; a menção aos planos e ao foco; a priorização de itens em destaque; a atenção à linguagem; e as informações sobre o tema, o local fotografado, a exposição e o fotógrafo (CHRISTOPHE, 2014, p. 33).

Em síntese, os critérios de observação feita pela autora resumem-se em uma série de elementos a serem observados na transcrição da audiodescrição de fotografias, na forma de analisar os princípios básico e fundamental da audiodescrição, fazendo-se notório o modelo do Quadro 8, apresentado abaixo.

A audiodescrição oferece recursos de acessibilidade, porque tem como papel primordial, ampliar o entendimento da observação feita sobre o objeto focado, contribuindo assim na promoção da inclusão informacional.

Nas palavras de Motta (2010):

[...] os elementos imagéticos devem ser organizados de forma a facilitar a construção da imagem mental; as palavras bem articuladas para trazer sentido e harmonia ao texto, sem repetições desnecessárias, com o uso de sinônimos, advérbios e adjetivos que ajudam a pintar a cena, a colorir o texto (MOTTA, 2010, p. 60 *apud* BRAGHIROLI, 2016, p. 50).

Quadro 3 – Elementos de observação para audiodescrição de fotografias

Parâmetros Elementares da AD
Não resumir
Não interpretar ou dar opiniões pessoais
Descrever o que se vê
Atenção aos elementos da composição fotográfica (Luz e Sombra, Linha, Figura, Volume, Textura e Espaço)
Princípios Básicos para a AD de Fotografias
Informações sobre dimensões e disposição da fotografia
Descrição partindo do mais geral para o mais específico
Informações sobre cor, textura e sombreamento
Informações sobre perspectiva, foco e plano
Localização dos itens a partir do ponto de vista do espectador
Priorização de itens em destaque
Não havendo destaques, descrever partindo da direita para a esquerda, de cima para baixo
Uso de comparações sinestésicas
Evita o uso de referências visuais
Uso de linguagem clara e objetiva
Uso de figuras de linguagem

Fonte: Christophe (2014).

Conforme citado, Braghirolli (2016) complementa a tese dos autores como Franco e Silva (2010) e Christophe (2014), pois, os elementos da audiodescrição devem ser sistematizados e organizados na base de construir uma linguagem direta e precisa dos termos empregados no processo, bem como facilitar o intermédio dela quanto ao acesso da informação, em

consideração das apropriações descritas pela percepção do audiodescritor, isto nos elementos básicos da análise fotográfica, como também na projeção de criar palavras-chave, para melhor elucidar a representação e expressão da fotografia.

Nesse sentido,

[...] o uso da expressão audiodescrição [...] se dá com base na função do recurso de acessibilidade e não por ser uma descrição realizada em áudio”, isso quer dizer que para ela oferecer “[...] recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiência não será somente um cumprimento de lei, e sim, o respeito às diferenças e a promoção da inclusão social (BRAGHIROLI, 2016, p. 40).

A audiodescrição vem conquistando diversos campos do conhecimento, trazendo o benefício de descrever e gerar acessibilidade aos deficientes visuais, na medida que traduz em palavras aquilo que os olhos das pessoas cegas ou com baixa visão não podem enxergar. Nesse contexto, permite que um dos sentidos do corpo humano, no caso a audição, possa ser o canal para transmitir e compreender a informação presente no documento fotográfico que, desta forma, passa a ser acessível no acesso e difusão da informação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, assim como descritiva. Para a análise de dados, foi adaptado o quadro de análise fotográfica da autora Miriam Manini (2008) e acrescidos de dois novos campos

descritivos, o primeiro consistiu na descrição de uma síntese de dados obtidos pela análise do conteúdo informacional e da dimensão expressiva. O segundo, fez uso da apropriação da síntese, para realizar a tradução da audiodescrição, a qual serviu como roteiro para narração, conforme especificado no Quadro 4.

Quadro 4 – Modelo de análise fotográfica para audiodescrição

	Conteúdo informacional		Dimensão expressiva
	DE	SOBRE	
Categoria	Genérico	Específico	
<i>Quem/o que</i>			
<i>Onde</i>			
<i>Quando</i>			
<i>Como</i>			
<i>Síntese</i>			
<i>Tradução da Audiodescrição</i>			

Fonte: Adaptado de Manini (2008, p.169).

Quanto aos procedimentos técnicos, foram adotados os seguintes itens: 1) Construção do referencial teórico por meio do método da pesquisa bibliográfica; 2) Análise dos dados e do conteúdo informacional das fotografias do acervo fotográfico do cineasta Silvino Santos, com base no quadro elaborado pela autora Miriam Manini (2008) e adaptado para o estudo; 3) Descrição através do método documental e ampliação dos detalhes das expressões fotográficas, utilizando recursos de mídias tecnológicas como, por exemplo: gravador de áudio e o *software Movie Maker*, para edição e gravação sonora e audiovisual.

As fotografias utilizadas foram do acervo do cineasta Silvino Santos, documentos estes custodiados pelo MISAM, os quais servem para uso de exposição aos usuários que frequentam o local. Para isso, foi escolhida uma fotografia de cada uma das seguintes categorias: fauna, enchente, extrativismo, objetos e indígenas. Após a análise do conteúdo informacional e a dimensão expressiva no documento fotográfico, foi elaborado a audiodescrição, levando em consideração os princípios elementares e básicos da fotografia. Foi escolhido esse método devido a praticidade de ser manuseado por qualquer profissional que desenvolva descrição de acervos fotográficos, pois essa metodologia se diferencia de demais normas e métodos pela facilidade de agregar/preencher as informações observadas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O ACERVO FOTOGRÁFICO DE SILVINO SANTOS: O CINEASTA DA SELVA

As primeiras contribuições registradas na região amazônica sobre a produção de conteúdo cinematográfico deram-se das experiências do fotógrafo e cineasta Silvino Santos, nascido em Portugal, em 29 de novembro de 1886. Em 1899, veio para o Brasil com 14 anos, residindo em Belém no Estado do Pará. No ano de 1910 mudou-se para Manaus, onde despertou sua vocação pela cinematografia, porém, antes disso, trabalhou como fotógrafo.

Em 1913, Silvino realizou um documentário sobre empresa *Putumayo*, de posse do influente empresário nos tempos áureos da borracha,

Julio Cesar Arana. A principal função de Silvino foi registrar a vivência dos povos indígenas na região do rio Içá (*Putumayo*), com objetivo de criar um material cinematográfico que pudesse atesta a inocência de Arana, acusado na época de massacre a esses grupos, conforme mencionado segundo Costa e Lobo (2005, p. 295), a saber:

[...] J. C. Arana, um dos maiores acionistas da Peruvian Amazon Rubber Company, acusado de promover massacres contra povos indígenas da região, foi processado pelas cortes de justiça de Londres e precisava apresentar material que mostrasse a sua “verdade”. Essa “verdade” não teria melhor suporte do que o cinema, que mostraria a “realidade”. Em Manaus, convidou o fotógrafo Silvino Santos para a empreitada (COSTA; LOBO, 2005, p. 295).

Porém, como não possuía conhecimentos técnicos suficientes para o manuseio de tais aparatos tecnológicos utilizados na época, antes dessa data, foi aperfeiçoar suas habilidades em Paris, nos estúdios Pathé e no laboratório dos irmãos Lumière, atuando como estagiário e, posteriormente, retornando ao Brasil para realização do documentário. Neste mesmo ano: “[...] casou-se com Anna Maria Schermuly, descendente de alemães, que estava sendo tutelada por Araña” (BITTENCOURT, *on line*).

Silvino é contratado pelo visionário comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, influente comerciante do látex no Amazonas, a partir de 1914 e permanecendo até 1960, onde realizou amplo acervo cinematográfico sobre a região amazônica. Uma das principais contribuições de suas obras foi:

[...] *No paiz das amazonas*, de 1922, totalmente feito em Manaus. Esse filme, contribuição da firma J. G. Araújo à Exposição Internacional da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do I Centenário da Independência, ganhou medalha de ouro, e ficou meses em cartaz em vários cinemas no Rio de Janeiro, tendo sido também exibido em Londres e Paris (COSTA, 2000, p. 1074, grifo do autor).

Por mais de quatro décadas fotografando e realizando filmagens para a empresa de J. G. Araújo, Silvino, após seu falecimento, no ano de 1970, deixou um grande legado para história e memória da cinematografia no Amazonas, composto de documentários de média e curtas metragens, como também de fotografias, onde delimitou-se:

[...] doze documentários produzidos na primeira produtora de cinema local, a Amazônia Cine Films (1918-1920), dez curtas e três longas com exibição nacional e internacional, além de três dezenas de filmes “domésticos”, autêntica crônica familiar da vida do empresário J. G. Araújo em Portugal e no Amazonas (COSTA; LOBO, 2005, p. 296).

Atualmente, o acervo do cineasta Silvino Simões Santos Silva é constituído de fotografias em vários formatos de suporte, como, por exemplo: positivos e negativos em vidro, acetado e papel, encontra-se custodiado no Museu da Imagem e do Som do Amazonas – MISAM, localizado na Praça Heliodoro Balbi, s/n – Centro da cidade de Manaus, conhecida como Praça da Polícia.

Logo, buscou-se audiodescrever cinco fotografias do acervo do Cineasta Silvino Santos, utilizando a descrição fotográfica adaptado de Manini, assim como a audiodescrição, adotando os critérios abordado pela autora Christophe (2014), no que se refere aos elementos básicos e princípios da AD.

Conforme “apêndice A”, uma das fotografias selecionadas teve a finalidade de representar um pouco dos estudos e pesquisas realizados na Amazônia, demonstrando um grupo de indígenas da região. Com efeito, a imagem ilustra uma expedição conhecida como “Rice”, que ocorreu por volta dos anos de 1924 a 1925, pelo professor, pesquisador, médico, geógrafo e especialista em hidrografia o norte-americano, Alexander Hamilton Rice Jr, que se deteve em realizar um material de estudo cartográfico pela região do Rio Branco, no estado de Roraima.

Dentre essas experiências acompanhado de um grupo de profissionais, incluindo o fotógrafo e cineasta Silvino Santos, o pesquisador Rice descreveu todas as experiências por ele vivenciado, relatando-as em seu diário, o passo a passo de suas descobertas. A pesquisa compreendeu os aspectos geográficos, como também teve o intuito de mapear as áreas da conhecida Guiana Brasileira. Para obtenção desses dados, o pesquisador Rice utilizou-se da ajuda de profissionais que o acompanhavam naquela expedição, que manuseavam certos equipamentos, como, por exemplo: telégrafo sem fio e um hidroplano (hidroavião). E com ajuda e experiência de desbravamento

dos índios nas matas e rios, Rice conseguiu obter resultados satisfatórios da região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa deu-se mediante a necessidade de oferecer aos usuários portadores de deficiência visual, o acesso e inclusão do conteúdo informacional presente nos documentos de arquivo. Assim como abordou a descrição do documento fotográfico como objeto de estudo, no qual evidenciou a relevância de oferecer e gerar acessibilidade informacional a esse grupo, por meio da audiodescrição de fotografias.

Diante disso, foram selecionadas cinco categorias de fotografias do cineasta e fotógrafo Silvino Santos, ambas custodiadas no Museu da Imagem e do Som do Amazonas – MISAM, com o objetivo de apresentar um método padrão para descrição de fotografias e depois aplicá-lo em um acervo de exposição. Foi adaptado um método de descrição de fotografias da autora Miriam Manini (2008), incluindo mais dois novos campos descritivos: síntese e tradução da audiodescrição.

Por meio do método de pesquisa aplicada foi realizado o processo da audiodescrição dessas fotografias. Como recurso tecnológico, utilizou-se o programa *Movie Maker*, o qual permitiu que as etapas dessa tecnologia assistiva fossem cumpridas. Nesse sentido, realizou-se a narração com base na síntese e tradução da audiodescrição exposto no método e, logo depois, a edição da fotografia em um movimento de ampliação dela, pois, o público a

qual interessa atingir são os considerados com problemas de visão severa e perda total (cegueira). Em suma, a análise foi feita conforme essas duas etapas: descritiva e aplicada, procurando descrever cada fotografia, de acordo com os parâmetros elementares e princípios básicos da AD de fotografias.

É esclarecedor transcrever que os arquivos fotográficos podem ser utilizados como método de audiodescrição, para melhor proporcionar aos seus usuários a promoção e garantia de acesso aos documentos, sem que haja barreiras de informações, de forma que se obtenham resultados em vista de suportes acessíveis para compreensão e disseminação do conhecimento.

Dada a importância do tema, torna-se necessário, futuramente, a exposição da audiodescrição dessas fotografias pelo próprio MISAM, com objetivo de demonstrar a contribuição do arquivista no processo de ferramentas que viabilizem no acesso e inclusão de seus usuários. Ressalta-se ainda a importância da continuidade desse estudo, para que seja ampliado e revisado em decorrências das demais necessidades e limitações existentes, ou seja, com o intuito de gerar novos resultados e pôr o profissional arquivista frente aos desafios da acessibilidade informacional, com a garantia de tornar os arquivos mais inclusos na sociedade, isto em prol de pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Organização da informação e acessibilidade para usuários deficientes visuais em bibliotecas,

arquivos, museus e web. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 43 – 56, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/27627/15189>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

ALVES, Isabela Correa Ribeiro et al. A evolução dos suportes de informação e sua acessibilidade pelos deficientes visuais. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação** – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1366/1367>>. Acessado em: 02 mai. 2017.

AMAZONAS. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED. 2016. Disponível em: <<http://www.seped.am.gov.br/pagina/leis-da-pessoa-com-deficiencia/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BARBOSA, Irany Rodrigues; FRANKLIN, Kleane Pâmela dos Santos. A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. In: Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 7., 2016, Fortaleza. Anais eletrônicos... **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 559-568, out. 2016. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0559-0568.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4ª ed. reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BITTENCOURT, Flávio Araújo Lima. SILVINO SANTOS. Disponível em: <<http://bv.cultura.am.gov.br/templates/areatematica/seriememoria/pdfs/0f95dd5d16140d83c0eb4c4e9fc5fdb9.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BORIS, Kossoy. **Fotografia & História**. 3ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

BRAGHIROLI, Melina Cardoso de Paula. Impactos da audiodescrição de charges políticas para o leitor com deficiência visual. In: CARPES, Daiana Stockey (Org.). **Audiodescrição**: práticas e reflexões. Santa Cruz: Catarse, 2016, 165 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/livro-audiodescricao-praticas-e-reflexoes.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 abr. 17.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. **Portaria Nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008**. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/gcs/fle.asp?id=5834>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

CHRISTOPHE, Mariana da Costa. **Traduzindo olhares: a influência da formação do audiodescritor na audiodescrição de fotografias**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17151>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. Disponível: <<http://conarq.gov.br/index.php/publicacoes-tecnicas>>. Acesso em 29 maio 17.

COSTA, Selda Vale da *et al.* O cinema na Amazônia. **Revista Historia, Ciências, Saúde**, v. VI (Suplemento), Fiocruz, set. 2000, p.1073-1123.

COSTA, Selda Vale da; LOBO, Narciso Julio Freire. Cinema no Amazonas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 295-298, abril de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2017.

COTOMACCI, Giovana. **Lazer: direitos e acessibilidade das pessoas com deficiência ou necessidades especiais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000437308>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo.

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Org.). **Gestão em Arquivologia:**

abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008, v. 1, p. 119-183.

MICHELON, Francisca Ferreira. Palavras que levam a imagens: fotografia para ouvir. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.9, n.15, p.189-210, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/13118>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

NUNES, P. G. **Direito à informação:** as condições de acessibilidade no Arquivo histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54327/000855557.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa:** reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. A função social do profissional da informação numa biblioteca inclusiva. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, v. 5, 2013. Disponível em: <<https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>>. Acesso em: 04 abr. 17.

PATO, Paulo Roberto Gomes; MANINI, Miriam Paula. Polissemia da imagem, indexação e recuperação da informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, XIV, 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos. **Revista Informação e Interação:** Ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano. out./nov. 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/view/43/409>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PENA, Mônica dos Anjos Lacerda; FERREIRA, Fábio Félix. O direito dos deficientes visuais à audiodescrição. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 11, p. 51-70, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/1728/1591>>. Acesso em 08 abr. 2017.

ROCHA, Aline Oliveira da. **Fotografia como fonte de informação: a reconstrução de Brasília por meio de imagens.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1088/1/FOTOGRAFIA%20COMO%20FONTE%20DE%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária.** Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SANT'ANNA, Laercio. A importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 151-158. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_AUDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade.** Rio de Janeiro: Escola de Gente, 2011. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acessado em: 02 abr. 2017.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Jaqueline de Moraes da. **A deficiência visual e a proteção à acessibilidade de informação no ordenamento jurídico brasileiro.** Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalho_s2011_1/jaqueline_silva.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho; FRANCO, Eliana Paes Cardoso. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 23-42. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_AUDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SOUZA, Mônica Sena de Souza *et al.* Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n.1, p. 1 – 16, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173/pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

VILARONGA, Iracema. "Olhares cegos": a audiodescrição e a formação de pessoas com deficiência visual. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 159-166. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_AUDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf>. Acesso em 02 abr. 2017.

Apêndice A – Audiodescrição 01 – categoria: Indígenas

Fotografia 1 – Indígenas

Foto: Silvino Santos. Acervo do Museu da Imagem e do Som do Amazonas



Conteúdo informacional			Dimensão expressiva
Categoria	DE		
	Genérico	Específico	SOBRE Índigenas (Experiência Rice)
Quem/que	- Seis homens indígenas - Uma mulher indígena - Maloca - Luminária acesa - Colar pescoço índio	- Telégrafo sem fio - Sistema de rádio-telefonía - Alexander Hamilton Rice Jr - Sete indígenas - Rice testando telégrafo - Três índios com fone de ouvido - Três índios sentados testando telégrafo - Um índio de mãos cruzadas	- Pose índio - Índios escutando - Pesquisador testando equipamento s de transmissão - Olhares apreensivos dos indígenas - Apreciação dos índios sobre o objeto enfocado
Onde	Interior de uma maloca		
Quando		Agosto de 1924 a maio de 1925	
Como		- Índigenas atentos ao experimento de transmissão por meio de telégrafo	
Síntese	A fotografia retrata o momento do teste de uma transmissão de telégrafo sem fio, sistema este conhecido como rádio-telefonía. O teste se passa em uma maloca com índios, tendo como pesquisador e manuseador do telégrafo Alexander Hamilton Rice Jr.		
Tradução da Audiodescrição	A fotografia compreende-se nas dimensões horizontal, na cor preto e branco. Em plano geral apresenta o teste de um sistema de rádio-telefonía, conhecido como telégrafo. Na imagem ainda em plano geral existem sete índios que estão apreensivos com o experimento de Rice, entre esses índios três encontram-se sentados e com fones de ouvidos, frente ao pesquisador Alexander Hamilton Rice Jr, que está mexendo no equipamento e atrás dos índios sentados encontram-se quatro índios em pé. Do lado direito da fotografia, observa-se uma índia sentada e apreensiva, já atrás dela um índio com braços cruzados e com olhares atentos para câmara fotográfica, ainda neste mesmo enquadramento da direita para esquerda o terceiro índio possui um colar em seu pescoço. Na parte superior no centro da fotografia existe uma luminária acesa que reflete sobre as mãos de Rice. O local do registro é no interior de uma determinada maloca. O registro se passa aproximadamente entre os anos de 1924 a 1925 quando Rice fez suas experiências na região amazônica especificamente nas áreas conhecidas como Guiana Brasileira. A percepção fotográfica demonstra o contato dos índios com utensílios tecnológicos, neste caso o telégrafo.		

SOBRE OS AUTORES

Eliane Silveira Gonçalves



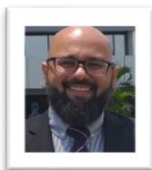
Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia. Inscrita no programa de doutorado em Ciência da Informação no IBICT/UFRJ. Profissionalmente com experiência na área de Gestão em Arquivos com ênfase em arquivos jurídicos. No campo acadêmico experiência com temas como Arquivologia, Ciência da Informação, Políticas Públicas de Informação, Formação Profissional. Atualmente é professora auxiliar da Universidade Federal do Amazonas.

Evanildo Freitas do Nascimento Júnior



Especialista em Gestão Eletrônica de Documentos – (Faculdade Unyleya). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Vencedor do Prêmio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia pela FEPARQ/IV - REPARQ em 2019, com o trabalho: *“Olhares cegos”: transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual.*

Leandro Coelho de Aguiar



Professor da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM. Mestre em Ciência da Informação (UFRJ), bacharel em Arquivologia (UFF), e licenciatura em História (UERJ). Coordenador do Archivum - Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Patrimônio, e do projeto de popularização de C&T “Diálogos com a Arquivologia”. Trabalha com temáticas envolvendo as áreas da Arquivologia e História, arquivos permanentes, patrimônio documental e história da arquivologia.

Marcelo Araújo Silva



Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas (2015). Atualmente é Chefe do Arquivo Público do Estado do Amazonas - APEAM e membro do Núcleo Gestor de implantação do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos - SIGED no Estado do Amazonas. Desenvolveu atividades de extensão e desenvolvimento no Programa Observatório da Violência de Gênero no Amazonas na Universidade Federal do Amazonas (2012-2015).

Desempenhou atividades de planejamento no Núcleo de Arquivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM (2017). Vendedor do Prêmio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da UFAM, Edição Comemoração dos 10 anos do Curso, com o trabalho: *A Pesquisa Social nas Organizações: Interloções e condições de acessos nos arquivos policiais*.

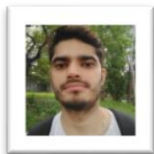
Rodolfo Almeida de Azevedo



Licenciado em História pela UFAM (2010), Bacharel em Arquivologia pela UFAM (2014). Professor Auxiliar da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM desde 2015. Vice coordenador do Curso de Arquivologia. Coordenador do Laboratório de Organização e Representação de Documentos e Informação? LORDI, pertencente Núcleo de Pesquisa em Arquivologia? NUPEARQ da UFAM. Tem experiência na área de gestão documental com ênfase nas

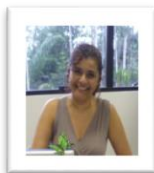
funções de classificação, arranjo e avaliação de documentos e informação.

Roger de Souza Becerra Mendez



Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil (2019). Assistente Técnico Administrativo da Prefeitura Municipal de Manaus, Brasil. Vencedor do Prêmio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da UFAM 2019, com a obra: *A produção científica discente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas: uma análise dos trabalhos apresentados pelos formandos ao longo de 10 anos (2009-2019)*.

Solange Huber dos Santos



Graduada em Biblioteconomia (1999) e em Arquivologia (2018) pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Arquivologia pela UFAM. Especialista em Gestão de Talentos pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia e Arquivologia. Atualmente é arquivista na UFAM. Vendedora do Prêmio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da UFAM 2018, com a obra: *Evasão discente no ensino superior: estudo de caso no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas*.